



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

*CENTRO EDUCACIONAL 02 DO
CRUZEIRO*



Brasília, 2024.

Sumário

1– Identificação	06
2 - Apresentação	13
3 – Histórico do Unidade Escolar	19
4 – Diagnóstico da Realidade da Unidade Escolar	25
5 – Função Social da Escola	26
6 - Missão da Unidade Escolar	29
7 – Princípios Orientadores da Prática Educativa	30
8 – Metas da Unidade Escolar	35
9 - Objetivos	36
9.1 - Objetivo Geral	40
9.2 - Objetivos Específicos	40
10 – Fundamentos Teórico-metodológicos que Fundamentam a Prática Educativa	45
11– Organização Curricular da Unidade Escolar	51
12- Organização do Trabalho Pedagógico da Unidade Escolar	53
12.1 - Organização dos tempos e espaços	62
12.2 - Relação escola–comunidade	63
12.3 - Relação teoria e prática	65
12.4 - Metodologias de ensino	66
12.5 - Organização da escolaridade: ciclos, séries, semestres, modalidade(s), etapa(s), segmentos, anos e/ou séries ofertados	69
13 - Oferta do Ensino Médio	72
13.1 - Itinerários formativos ofertados e unidades curriculares que os compõem	72
13.2 - Estratégias para o processo de escolha das Eletivas e das Trilhas de Aprendizagem pelos estudantes	73
13.3 - Organização do IFAC, das Unidades Curriculares Eletivas e das Trilhas de Aprendizagem, do Projeto Interventivo e do Projeto de Vida	74
13.4 Estratégias para a divulgação e incentivo da participação dos estudantes no IFTP	75
13.5 Organização do IFLE	76
13.6 Organização do IFI: projetos pedagógicos de Matemática e Língua Portuguesa, Formação de Hábitos Individual e Social e unidades curriculares flexíveis	76
14 – Apresentação dos Programas e Projetos Institucionais Desenvolvidos na Unidade Escolar	77
15 – Apresentação dos Projetos Específicos da Unidade Escolar	78
15.1 Articulação com os objetivos e os meios do PPP	78
15.2 Articulação com Currículo em Movimento	80
15.3 Articulação com o PDE e/ou com o PPA e/ou com o PEI e/ou ODS 4	81
16 - Apresentação dos Programas e Projetos Desenvolvidos na Unidade Escolar em Parceria com outras Instituições, Órgãos do Governo e/ou com Organização da Sociedade Civil	83
16.1 Articulação com os objetivos e as metas do PPP	83
16.2 Articulação com o Currículo em Movimento	83
16.3 Articulação com o PDE e/ou com o PPA e/ou com o PEI e/ou ODS 4	84

17 - Desenvolvimento do Processo Avaliativo da Unidade Escolar	86
17.1 Avaliação para as aprendizagens	87
17.2 Avaliação em larga escala	92
17.3 Avaliação institucional	93
17.4 Estratégias que implementam a perspectiva formativa da avaliação para as aprendizagens	94
17.5 Conselho de Classe	95
18 – Papéis e Atuação	97
18.1 Serviço Especializado de Apoio de Aprendizagem (SEAA)	97
18.2 Orientação Educacional	99
18.3 Atendimento Educacional Especializado em Solo de Recursos (AEE/SR)	101
18.4 Profissionais de apoio escolar: Monitor, Educador Social Voluntário, Jovem cangango, entre outros	102
18.5 Biblioteca Escolar	105
18.6 Conselho Escolar	106
18.7 Profissionais Readaptados	108
18.8 Coordenação Pedagógica	110
18.8.1 Papel e atuação do Coordenador Pedagógico	112
18.8.2. Desenvolvimento da Coordenação Pedagógica	113
18.8.3 Valorização e formação continuada dos profissionais da educação	116
19 - Estratégias Específicas	118
19.1 Redução do abandono, evasão e reprovação da educação	118
19.2 Recomposição das aprendizagens	118
19.3 Desenvolvimento da Cultura de Paz	120
19.4 Qualificação da transição escolar	121
20 – Processo de Implementação do PPP	121
20.1 Gestão Pedagógica	122
20.2 Gestão de Resultados Educacionais	125
20.3 Gestão Participativa	126
20.4 Gestão de Pessoas	127
20.5 Gestão Financeira	128
20.6 Gestão Administrativa	129
21 – Processo de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Implementação do PPP	131
21.1 Avaliação Coletiva	131
21.2 Periodicidade	133
21.3 Procedimentos / Instrumentos	135
21.4 Registros	136
22 – Referências	138
23 - Apêndices	142
24 - Anexos	156

1. Identificação:

O Centro Educacional 02 do Cruzeiro fica situado em SHCES 805 – Cruzeiro Novo - Brasília-DF - CEP-70655-850 registrado sob CNPJ: 00.394.676/0001 – 07 (SEEDF) e 00.521.583/0001-04 (APM – CED 02 CRUZEIRO), possui endereço eletrônico de e-mail: ceduc2cruzeiro@gmail.com; ced02cruzeiro.PPPc@edu.se.df.gov.br e telefones: 61-39018338; 61- 3361-8836 e 61- 99237-3366. Para tanto, é representado atualmente pelos seguintes servidores - Diretor(a): Wilson Alves Badaró Júnior Matr; 38536-0, Vice-Diretor(a): – João da Cruz Feitosa Leal; Matr - 214281-3, supervisor(a): Diurno Damiana Aparecida Teles Moreira; Matr –203797-1, Supervisor(a): Noturno - LUDIMILA DE SOUSA RORIZ; Matr - 244.558-1 e Chefe de Secretaria – Patrícia Rodrigues de Almeida Araújo; Matr – 253.617-X. Instagram: [linktr.ee/ced02.cruzeiro](https://www.instagram.com/linktr.ee/ced02.cruzeiro) e Facebook: <https://www.facebook.com/ced.cruzeiro>

A Unidade Educacional faz parte da estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal da Diretoria Regional de Ensino do Plano Piloto/Cruzeiro situada à SHCES Q.805 lote 2 AE s/nº - Cruzeiro Novo/DF - telefone 39018338. Era conhecida como CIE ao longo dos anos, quando nos anos 90 passou a nova denominação de Centro educacional 02 do Cruzeiro Novo.

Hoje o Ced 02 do Cruzeiro está a funcionar com a regência dos professores, monitores, educadores sociais voluntários, membros do conselho escolar, merendeiros, vigilantes, serviços gerais e demais colaboradores com as seguintes pessoas e suas respectivas funções:

Tabela 1 – lista de servidores do Centro Educacional 02 do Cruzeiro –2024.

ABEL FERREIRA DA SILVA JUNIOR	PROFESSOR DE CIÊNCIAS
ADALBERTO ROMERO JUNIOR	PROFESSOR DE MATEMÁTICA
ADRIANE MARIA DE CARVALHO LEITE	PROFESSORA DE ATIVIDADES
AGNALDO DOS SANTOS	PROFESSORA DE MATEMÁTICA
AIRAN ALMEIDA DE LIMA	ORIENTADOR EDUCACIONAL
ALESSANDRO MARCAL BANDEIRA	PROFESSOR DE ATIVIDADES
ALEXANDRE HAMILTON CHEVALIER	PROFESSOR DE MATEMÁTICA
ANA CRISTINA GIORDANO CARACOL C	PROFESSORA DE SOCIOLOGIA
ANA MARIA MENDONÇA DA SILVA	PROFESSORA READAPTADA/APOIO A COORDENAÇÃO
ANDERSON PRESLEY MARTINS	ORIENTADOR EDUCACIONAL
ANGELA ANDREOTTI DOS SANTOS	PROFESSORA - SALA DE RECURSOS
ANGELO ROBERTO ROSA AVILA	PROFESSOR DE ALTAS HABILIDADES

ASTRIDES FARIAS DE LIMA OLIVEIRA	PROFESSORA DE PORTUGUÊS
BERNARDO SILVEIRA CARNEIRO P	PROFESSOR DE FILOSOFIA/SOCIOLOGIA
CICERO FERREIRA DE LIMA FILHO	PROFESSOR DE MATEMÁTICA
CLARICE CABRAL	PROFESSORA DE ARTE
CRISTIANE ANDRÉIA TEIXEIRA MESQUITA	COORDENADORA EDUCACIONAL DO DIURNO
CRISTINA TORRES TAVARES	PROFESSORA DE BIOLOGIA
DAMIANA APARECIDA TELLES MOREIRA	VICE DIRETORA
DAYANNE SILVA ARAUJO	PROFESSOR DE PORTUGUÊS
DAYSE MARILIA LEAL	SECRETARIA
DENICE GONÇALVES DE AMORIM	PROFESSORA DE PORTUGUÊS
DERBIANO ALVES SOARES	PROFESSOR DE FÍSICA
DORALICE PEREIRA DE ASSIS	PROFESSORA DE SOCIOLOGIA
EDILSON PORTELA FRANCA	PROFESSOR DE ORÇAMENTO
EDVALDO MONTE DOS SANTOS	PROFESSOR DE FILOSOFIA
EDVANIA MARCELINO MOREIRA	PROFESSORA READAPTADA – APOIO PEDAGÓGICO
EDSON ANTONIO DA COSTA NERES	PROFESSOR DE FÍSICA
EDUARDO JOSE FERREIRA GOMES	PROFESSOR DE INGLÊS
ELAINE SOARES DA SILVA	PROFESSORA DE PORTUGUÊS
ELISABETH BRANDÃO DOURADO	PROFESSORA DE QUÍMICA
ERIC ROMANO MAIA	PROFESSOR DE INGLÊS
ERIKA AKEMI YOSHIDA TELES	ORIENTADORA EDUCACIONAL
EVILLIN APARECIDA NEVES	PROFESSORA DE ATIVIDADES
FERNANDA FRANCHINI DE MATTOS	PROFESSORA DE ATIVIDADES
FRANCISCA CARLA ILORCA	PROFESSORA DE ATIVIDADES
FRANCISCO ERIK DE LIMA ROCHA	PROFESSOR DE PORTUGUÊS
GERALDO VANDERLEI MESQUITA DO AMARAL	CHEFE ADMINISTRATIVO

GIGLIOLA DUCI DAMO CORDOVA	PROFESSORA DE ESPANHOL
GILDENOR RODRIGUES DA CUNHA	SECRETARIA
GLAUCIA JULIANA DE MENEZES LUCAS	PROFESSORA DE QUÍMICA
GRACILIANO MONTELO DE SOUSA	PROFESSOR READAPTADO -SALA DE LEITURA
GUSTAVO OVÍDIO FERREIRA OLIVERA	PROFESSOR READAPTADO -SALA DE LEITURA
HELENA NOGUEIRA DO COUTO REIS	PROFESSORA DE PORTUGUÊS
HÉLIO CORDEIRO DE CASTRO	PROFESSOR GESTÃO DE QUALIDADE/ PROJETO.
HELIO RESENDE JUNIOR	PROFESSOR DE HISTÓRIA
IDENILDE RODRIGUES MASCARENHAS	PROFESSORA READAPTADA/APOIO A COORDENAÇÃO
IVANILDO ALMEIDA GUIMARÃES	PROFESSOR DE GEOGRAFIA
JANE TEIXEIRA LIMA DE QUEIROZ	PROFESSORA READAPTADA/SALA DE LEITURA
JOÃO ALVES BEZERRA FILHO	PROFESSOR DE ARTE
JOÃO DA CRUZ FEITOSA LEAL	SUPERVISOR
JOÃO DE ARRUDA FERREIRA	PROFESSOR DE PORTUGUÊS
JOÃO PEDRO FRAGOSO BRANDÃO	PROFESSOR DE MATEMÁTICA
JORGE CARLOS MORAES NOGUEIRA	CHEFE DE SECRETARIA
JOSÉ CESAR SILVA	PROFESSOR DE ARTE
JOSÉ MAGNO RIBAS	PROFESSOR READAPTADO– APOIO A COORDENAÇÃO
JOSÉ NASCIMENTO DA SILVA JUNIOR	PROFESSOR DE BIOLOGIA
JOSÉ PAULO BRANDÃO FARIA	SECRETARIA
JOSÉ PAULO DA SILVA COSTA JUNIOR	PROFESSOR DE HISTÓRIA
JOSÉ RIBAMAR DA MOTA LIMA	PROFESSOR DE FÍSICA
JOSÉ SERGIO GARCIA VIEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
JOSUÉ SALES VIEIRA	PROFESSOR DE GEOGRAFIA
JULIA FERRAZ MARCONDES DE MOURA	PROFESSORA DE FILOSOFIA
JULIO CESAR TEIXEIRA DA SILVA	COORDENADOR (NOTURNO)

KAUAN GOMES MANSUR	PROFESSOR READAPTADO– APOIO A COORDENAÇÃO
KLYCIA COSTA VINHAES MORAES	PROFESSORA READAPTADA– APOIO A COORDENAÇÃO
LAIS MARTINS SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
LARA LOPES FIDELES OLIVEIRA	COORDENADORA EDUCACIONAL DO DIURNO
LEONARDO TADEU ALVES BADARÓ	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
LILIANE ALEXANDRE DE LIMA P	PROFESSORA DE MATEMÁTICA
LUANA REGINA EUZEBIA DA SILVA	PROFESSORA DE ATIVIDADES
LUCIA ANGELICA DE SILVÉRIO	PROFESSORA READAPTADA - SALA DE LEITURA
LUCIANA CHUEKE PUREZA	PROFESSORA DE INGLÊS
LUCIANO RIBEIRO DE ARAUJO	PROFESSOR DE QUÍMICA
LUDIMILA DE SOUSA RORIZ	SUPERVISORA
MANOEL ANTONIO DOS SANTOS	PROFESSOR DE GEOGRAFIA
MARA CRISTINA SANTOS FREITAS	PROFESSORA - SALA DE RECURSOS
MARA LUCIA ALVES ROCHA	PROFESSORA DE PORTUGUÊS
MARCELO DE OLIVEIRA LINS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
MARCELO SILVA MADEIRA	PROFESSOR READAPTADO - SALA DE LEITURA
MARCOS GOMES FIGUEIRA	PROFESSOR DE FÍSICA/CIÊNCIAS
MARIA ALBANETE DA CONCEIÇÃO	APOIO DE PORTARIA
MARIA AMÁLIA SANTOS ADJUTO	PROFESSORA DE ADMINISTRAÇÃO
MARIA BENEDITA SANTOS DA SILVA	APOIO À DIREÇÃO
MARIA EDNEIDE PEREIRA ALVES	PROFESSORA - APOIO A COORDENAÇÃO
MARIANA NOLETO SIQUEIRA CANTO	PROFESSORA DE PORTUGUÊS
MARIA VARELA TORRES QUINTANILHA P	PROFESSORA DE BIOLOGIA
MARIO MARCONDES MELO MENDES	PROFESSOR DE SOCIOLOGIA
MARLENE RAMBO	PROFESSORA - LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA
MARTHA ELIENE GONCALVES BEZERRA P	PROFESSORA DE FILOSOFIA

MAURÍCIO CHAGAS PADILHA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
MONICA HARUMI SHIMIZU	PROFESSORA INGLÊS
MURILO MORAIS RORIZ	PROFESSOR DE MATEMÁTICA
NALIANA RODRIGUES JUVENAL	PROFESSORA DE LIBRA
NOEME ALVES DE ALMEIDA	APOIO A MECANOGRRAFIA
OSVALDO SOUSA FERREIRA JUNIOR	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
RAFAEL MARTINS OLIVEIRA	PROFESSOR DE HISTÓRIA
RAIMUNDO NONATO DA SILVA	COORDENADOR
RAISSA MENEZES DE OLIVEIRA	PROFESSORA DE SOCIOLOGIA
REGINA CÉLIA TEIXEIRA PINHEIRO	COORDENADORA
RICARDO COSTA PRATESI	PROFESSOR DE FILOSOFIA
ROBERTA MENDONÇA DA CRUZ	PROFESSORA DE MATEMÁTICA
ROBERT LAMAS CORREA	COORDENADOR (DIURNO)
ROBERTO MARIO VIEIRA DA SILVA	PROFESSOR DE GESTÃO DE ARQUIVO / PESSOA
ROBSON GUIMARÃES BRANDÃO	PROFESSOR APOIO A COORDENAÇÃO
RUTHYELEN CRISTINA MACHADO DE P	PROFESSORA DE MATEMÁTICA
SAMUEL FERNANDES SILVA	PROFESSOR DE ATIVIDADES
SANDRO SOARES SENSEVE	PROFESSOR DE DIREITO
SARAH ALENCAR SABINO	PROFESSORA DE MATEMÁTICA
SARA LIMEIRA DE SANTANA EPIFANIO P	PROFESSORA DE GEOGRAFIA
SEBASTIAO ANTONIO DE M PERES	PROFESSOR DE CONTABILIDADE
SERGIO LUIZ DOSCHER DA FONSECA P	PROFESSOR DE HISTÓRIA
SERGIO NEI DE CARVALHO SILVA	PROFESSOR DE CID FUTSAL
SHEILLA SOARES DA SILVA FONSECA	PROFESSORA DE INGLÊS
SIMONE VARELA	PROFESSORA DE INFORMÁTICA
TATIANA ROSSELA DUARTE DE OLIVEIRA R	PROFESSORA DE PORTUGUÊS

THAIANA LIS MONTEIRO	PROFESSORA READAPTADA–APOIO PEDAGÓGICO
UWERBETH RODRIGUES DA COSTA	MECANOGRAFIA
WILSON ALVES BADARÓ JUNIOR	DIRETOR

Tabela 2 – lista de educadores sociais do Centro Educacional 02 do Cruzeiro – 2024.

ELMA ASSUNÇÃO	MATUTINO
MARIA REGINA SOUZA DO ESPIRITO SANTO	MATUTINO
THUANY GOMES DOS SANTOS	MATUTINO

Tabela 3 – lista de profissionais terceirizados do Centro Educacional 02 do Cruzeiro – 2024.

ALESSANDRO RODRIGUES DE SOUZA	VIGILANTE
ANGELITA ANTONIO DA CONCEIÇÃO	LIMPEZA
ANDREIA SILVA DOS SANTOS	LIMPEZA
CÉLIA MARIA DE SOUZA VIEIRA	LIMPEZA
DALVA ALVES PORTELA	COCÇÃO
DIONATO CARDOSO COSTA	LIMPEZA
DHIONY BENTO PEREIRA	VIGILANTE
EDIPAULA ALVES SENA	COCÇÃO
ELLEN PATRÍCIA VIEIRA DA SILVA	COCÇÃO
EVERTON ALVES DOS SANTOS	VIGILANTE
FRANCISCA DANUSIA ALVES	LIMPEZA
ISAAC ROCHA MEDEIROS	LIMPEZA
ILDA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	LIMPEZA
IONE BRASIL SANTOS	LIMPEZA
JOSENIRO RODRIGUES	VIGILANTE
KELLY PEREIRA DA SILVA	LIMPEZA
MARCOS ANTONIO RODRIGUES	LIMPEZA

MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO SILVA	LIMPEZA
MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA SILVA	LIMPEZA
MARILDA GONÇALVES DE OLIVEIRA	LIMPEZA
MARINA PEREIRA DOS SANTOS	LIMPEZA
NOIDES OLIVEIRA DE LACERDA	COCÇÃO
VICTOR ANTONIO DA CONCEIÇÃO	LIMPEZA

2. Apresentação:

O CEEd 02 do Cruzeiro Novo e o PPP

Antes de qualquer coisa faz-se saber que a elaboração do PPP não se perfaz em um determinado ano, mas advém de anos de construção em que discussões enriquecedoras em coordenações e semanas pedagógicas buscaram determinar aquilo que esta UE pretende para sua formação e perenidade.

Seu funcionamento em termos empíricos é amplo tendo em sua atuação o ensino do Ensino Médio, Fundamental – EJA – e Ensino técnico profissional. Destaca-se pela qualidade de Ensino e trabalha junto à comunidade discente valores e objetivos educacionais e de cidadania voltados ao público a que está inserida.

Histórico Escolar

A elaboração do Projeto Pedagógico de 2024, do Centro Educacional 02 do Cruzeiro, escopo principal aqui definido e determinado, deu-se a partir da reformulação do Projeto elaborado em 2021, o qual foi revisado e reescrito com adaptações ao novo modelo de gestão e projetos desenvolvidos pela escola, com a participação da comunidade escolar, a qual foi convidada para contribuir na elaboração do novo PPP.

A elaboração deste Currículo envolveu escolhas diversas, sendo a opção teórica fundante para a identificação do projeto de educação que se propõe, do cidadão que se pretende formar, da sociedade que se almeja construir. Por que optar por teorias de currículo? Porque definem a intencionalidade política e formativa, expressam concepções pedagógicas, assumem uma proposta de intervenção reflexiva, fundamentada e orientada para a

organização das práticas desta escola. Ao considerar a relevância da opção teórica, a SEEDF elaborou seu Currículo a partir de alguns pressupostos da Teoria Crítica ao questionar o que pode parecer natural na sociedade, como: desigualdades sociais, hegemonia do conhecimento científico em relação a outras formas de conhecimento, neutralidade do currículo e dos conhecimentos, busca de uma racionalidade emancipatória para fugir da racionalidade instrumental, procura de um compromisso ético que liga valores universais a processos de transformação social a efetivar suas concepções e seu desenvolvimento (PUCCI,1995; SILVA, 2003).

Para promover as conexões entre currículo e multiculturalismo, sem desconsiderar as relações de poder que estão na base da produção das diferenças, alguns pressupostos da Teoria Pós-Crítica também fundamentam este documento. Ao abrir espaço não apenas para ensinar a tolerância e o respeito, mas, sobretudo, para provocar análises e avocar concepções dos processos pelos quais as diferenças são produzidas por meio de relações de assimetria e desigualdade” (SILVA, 2003, p. 89). Questiona-se, então, permanentemente essas diferenças, são propostas como eixos transversais: educação para a diversidade, educação para a cidadania, educação para a sustentabilidade e educação para e em direitos humanos. Seguem alguns pontos importantes da educação:

Pelo exposto, isso torna-se como importante parâmetro em que se deseja trabalhar partindo de um referencial compatível com as exigências da educação atual; traçando um planejamento que vai ao encontro das reais necessidades de uma sociedade em mudanças. Representa uma escola que não deseja se estagnar, mas que quer avançar na qualidade social da formação de seus alunos.

Este Projeto Político Pedagógico representa uma tentativa de encorajar o diálogo entre o corpo docente e os auxiliares de educação, no sentido de percebermos que, somente, juntos é que devemos traçar o caminho que queremos seguir, enquanto formadores de opinião e responsáveis pela formação alheia, ou seja, de adolescentes, jovem e adulto, que formam o corpo discente desta escola.

A proposta pensada para esse PPP de 2024 é de dar mais voz a alguns segmentos que são geralmente pouco ouvidos. Para que isso aconteça a gestão juntamente com a coordenação e a supervisão marcaram reuniões por setores, em conjunto, por vezes isoladamente e separadamente, para que eles pudessem dar suas opiniões de como melhorar a Instituição. Na maioria dos setores, com cinco encontros o plano de ação e o conhecimento pleno do PPP

apresentado, estudado e analisado, para que pudessem desenvolver o objetivo almejado, que é o conhecimento do nosso PPP.

Um momento enriquecedor, no entanto, um pouco trabalhoso foi o segmento comunidade escolar, pois foi necessário convocar reuniões extraordinárias nos finais de semana (sábados), conseqüentemente a presença dos pais ou responsáveis foi relativamente irregular. No entanto, em alguns momentos, houve a necessidade de elaborarmos formulários pela plataforma Google e usar ferramentas da referida plataforma como: Classroom, Meets e WhatsApp (canal criado para ter um acesso rápido às sugestões e demandas) com intuito de melhor organizar o espaço e tempo para a demanda; todos esses recursos foram utilizados, para que houvesse uma maior integração entre escola e comunidade escolar. No final, surgiram boas propostas.

Este novo PPP traz consigo a marca visível da participação dos professores da Educação de Jovens e Adultos – EJA, por meio das discussões, em coordenações coletivas, dos textos que formalizaram o Plano de Curso e o Projeto Integrador do Curso Técnico em Serviços Públicos Integrado à EJA e das reflexões acerca de tópicos importantes, das Diretrizes Operacionais da EJA e das Diretrizes de Avaliação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, os quais fundamentaram os capítulos básicos que compõem este projeto.

Portanto, o PPP se apresenta como a base legal que conjuga os referenciais da prática pedagógica da escola, com as diretrizes básicas para a funcionalidade do trabalho pedagógico do CED 02. Também representa uma opção para reformulação futura, visto que a educação e suas metodologias não se perfazem em um objeto estanque, mas uma relação dinâmica do processo de ensino aprendizagem, que não deve tardar por muito tempo, porque esta é a natureza deste documento. Assim, poder-se-á cada vez mais dispor de um PPP que, de fato, represente uma escola democrática e participativa.

Instrumentos e procedimentos:

Não diferentemente, uma grande necessidade da Unidade Educacional – UE - supracitada centra-se em trabalhar coletivamente, por mais que existam propostas para democratizar a escola, surge na necessidade de a escola propor formas de participação de seus envolvidos. A partir desse entendimento a comunidade local e a escolar (pais, alunos,

funcionários e professores) foram promovidos a ter voz ativa. Essa prática auxilia a direção, que passa a ser mais um membro que participa e decide e não o único a tomar decisões. Esta pesquisa tem como norte a participação da comunidade escolar para uma gestão democrática de qualidade. Dessa maneira, possibilita-se à comunidade escolar conhecer informações sobre o que é “gestão democrática” e quais os benefícios para a educação, ressaltando principalmente a influência da participação de todos para seu alcance. Desse modo, temos como questão de investigação: quais elementos que fundamentam a participação da comunidade escolar para a construção desse Projeto Político Pedagógico - PPP? Esta se justifica por trazer um tema intrigante e de grande relevância para a educação, visto que propõe a participação de todos os envolvidos na escola para democratizá-la. A participação da comunidade escolar na construção do PPP se deu por meio de reuniões participativas elaboradas para contemplar a construção da própria identidade da escola da comunidade. Além disso, ressalta-se a importância da participação de todos os interessados pela educação, ao destacar a relevância da gestão participativa e, portanto, democrática, dentro da escola para refletir que esta é um sonho possível. Foram abordadas questões como atuação comunitária e de todos os setores sociais dentro da escola e o papel do gestor na proposta de uma gestão democrática e de alguns elementos que podem contribuir para uma gestão colegiada como a eleição de dirigentes escolares e o colegiado. Ademais, considerou-se dados coletados por meio de entrevistas e formulários em plataforma digital que possibilitaram a gestão democrática mostrar que a construção de uma educação de excelência se traduz no anseio desta comunidade.

Sujeitos participantes

O Centro educacional 02 do Cruzeiro valoriza a participação de todos e possibilita várias estratégias para obter resultados. Foram traçadas, ao longo do ano, várias propostas como: exposições, eventos diversos, apresentações teatrais, projetos culturais, dentre outros. Com a pandemia, a escola precisou ajustar todos os momentos, para que tivéssemos participação e aproveitamento em todos os momentos. Houve a Semana de Educação para a Vida, onde a instituição de ensino proporcionou aos alunos um momento especial como interação total com diversas áreas do conhecimento e profissões diversas. Houve a elaboração de um formulário para identificar as curiosidades, dúvidas e preferências profissionais.

A comissão do PPP e seus integrantes foi feita a partir de voluntariedade e tentativa de

aproximação de todos que verificaram a importância da participação na construção do determinado documento. Ademais, verifica-se que no PPP participaram os docentes e demais atores pedagógicos como bibliotecário, secretários, supervisores, coordenação, direção bem como os protagonistas dessa ação, os discentes. E, nesse sentido, abriu-se um tópico à parte para esclarecer a desenvoltura da participação desses atores. Frisa-se que a escola foi aberta a toda comunidade do Cruzeiro e demais participantes escolares.

Protagonismo dos estudantes na apresentação do PPP

- Ilustrações:



Figura 1. Apresentação de esboço temático PPP



Figura 2. Construção do planejamento em ação PPP.



Figura. 4 Descrição dos cartazes esquemáticos do PPP em ação



Figura 5. Apresentação lúdica do PPP para a comunidade escola

Alunos relataram a importância que se tem em participar na construção do PPP. Para a grande maioria, se sentir protagonista em algo que tem uma implicância direta em suas vidas faz grande diferença. Nesse sentido, debater e construir um documento em conjunto com todos os atores do sistema pedagógico é de fundamental importância e possibilita ter um sentimento de pertencimento àquilo a que se insere.

Então, não basta apresentar um documento e seguir algo que não se permitiu participar, devem-se criar momentos de construção a ratificar a sua existência para que assim fique a ideia de parte da história de sua vida. Formar essa identidade escolar para os docentes e demais atores, e principalmente para os estudantes é o pilar. Nesse sentido, o currículo deve estar em movimento a ser sempre revisado como um processo dinâmico como se perfaz a educação. Isso se dá em função da necessidade e função da vida.

3 - Histórico da Unidade Escolar:

Descrição Histórica e atos de regulação

Como aviltado Centro Educacional 02 do Cruzeiro integra a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e está subordinado, pedagógica e administrativamente, à Coordenação Regional do Plano Piloto/Cruzeiro – CRE-PPP.

Seu prédio foi construído entre 1971 e 1972 e inaugurado em 22 de março de 1973, quando foram iniciadas as atividades escolares sob a denominação Centro 02 de Ensino de 1º Grau (parecer nº 04/73 de 07/02/73). Em 1976 foi transformado em Centro Interescolar (Resolução nº 95 CD, de 21/10/76) e, em 1980 (Portaria nº 17 de 17/07/80), em Centro Educacional 02 do Cruzeiro, denominação que perdura até hoje.

Em 27 de maio de 1993, foi inaugurado o Laboratório de Ciências e em 1996 teve início uma grande reforma que se estendeu por todo o ano de 1997. No período da reforma, parte de suas turmas foi deslocada para escolas próximas, como a Escola Classe 1 e o Centro de Ensino Fundamental 2 do Cruzeiro. As obras foram oficialmente concluídas em 27 de novembro de 1998, com a presença do governador e outras autoridades da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Em 1999 foi criado o Grupo de Teatro Noigandres, formado por alunos e ex-alunos da escola. Com esse trabalho a Escola inicia uma fase de projeção no cenário artístico educacional local, destacando-se pelos diversos projetos. No ano 2000, foi implantado o Projeto Química na Horta. Já em 2001, no Festival de Teatro Athos Bulcão, no Centro Cultural Banco do Brasil- CCBB, nossa escola ganhou o primeiro lugar sob o comando da Professora Cléo. Neste mesmo ano, foi instalada a primeira sala de informática na escola. Ainda em 2001, o time de futsal da Escola consagrou-se bicampeão da modalidade nos Jogos Escolares do DF, sendo convidada pelo Comitê Olímpico Brasileiro para representar o DF nos Jogos Nacionais. Dois anos depois, com o Projeto Teatro Inclusivo na Escola, da Professora Antônia Silvana Chaves, ganha o 1º lugar na categoria Ensino Médio, concorrendo ao Concurso Professor 2003 da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Este mesmo projeto, em São Paulo, obteve menção honrosa pelo Instituto Arte na Escola da Fundação lochpe.

Nos últimos anos, nossa Escola apresenta-se, sempre, presente nos diversos fóruns do Ensino Médio promovidos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal com diversos projetos, entre eles, o Tecendo a Interdisciplinaridade, do prof. Fábio Silva, ganhador do Prêmio Professor 2004, categoria Ensino Médio. Nesse ano, ainda, o Projeto Arte na Escola, deste mesmo professor, foi indicado para representar Brasília, junto ao Instituto Arte na Escola da Fundação lochpe (SP).

Incluída no Projeto Igualdade nas Diferenças, promovido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a aluna Verônica Góes que, após concluir o Ensino Médio em nossa escola, foi aprovada no vestibular para o curso de Artes Plásticas da Universidade de Brasília. Esta jovem, mesmo tendo nascido com ausência de ambos os braços, escreve com o pé. Sem nunca ter sofrido nenhum tipo de preconceito, notabilizou-se em nossa Escola por sua força de vontade, abnegação e alto desempenho. Foi estagiária em Artes Plásticas nesta Escola, sendo, depois, aprovada no Concurso Público para a Polícia Civil do DF.

Em 2004, nossa escola deixou de atender às séries do Ensino Fundamental (7ª e 8ª), limitando-se ao Ensino Médio Regular e terceiro segmento da Educação de Jovens e Adultos, porém, no início de 2008, a escola passou a funcionar no noturno com todas as turmas da modalidade EJA. No turno vespertino, a escola foi cedida para a Escola Classe da

Vila Itapuã. Neste mesmo ano foram instituídas três turmas de aceleração para alunos com defasagem idade-série.

Em 2005, foi reincorporada à escola parte de seu antigo terreno, num total de 5.053m² e iniciada parte das obras previstas no Projeto Adhemar Ferreira da Silva. Foi implantada a Sala de Recursos para alunos de altas habilidades. O LIED – Laboratório de Informática Educativa recebeu novos equipamentos do Tribunal de Contas da União. Em 2006 firmou-se uma importante parceria com a Prefeitura Militar de Brasília (Exército Brasileiro). Decorrente dessa parceria, a nossa escola recebe o apoio de mão-de-obra especializada para a execução de serviços de pintura, eletricista, bombeiro hidráulico, marcenaria e todos os serviços necessários à manutenção das instalações da escola.

Outro fato importante foi a parceria com o Projeto de Bibliotecas Casa do Saber do Grupo Gasol, que resultou na revitalização da biblioteca, tanto em relação às dependências físicas (banheiros, pintura, computador, móveis etc.) quanto ao acervo. Passamos a contar com uma atualização constante do acervo da biblioteca, inclusive o jornal “Noticie” marcou a publicação de vários eventos da escola com as três tiragens anuais.

Em 2012, durante todo o ano, no turno da tarde a escola foi cedida para os alunos do Centro Educacional 01 do Cruzeiro, no período da sua reforma. Já em 2013, em um ato de ousadia e de visão de futuro, nossa escola implantou o sistema de regime anual, com oferta anual. Porém, em

2015, a escola retorna à modalidade anual.

Em 2016, nossa escola, depois de um grande empenho coletivo de todos os professores do turno noturno e do apoio da SEEDF, aprova junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal seu curso Técnico em Serviços Públicos Integrado à Educação de Jovens e Adultos – EJA. Agora, no segundo semestre deste ano, iniciam-se as duas primeiras turmas do referido curso, com uma modalidade de ensino bastante inovadora, qual seja, a metodologia da integração curricular, a partir de eixos temáticos integradores.

Em 2017, a nossa escola participou do Concurso de Iniciativas de Espaços Educadores promovido pela Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA, na Categoria de Educação Formal, com o projeto “ECOPERCEPÇÃO” - produção de vídeos educativos na educação ambiental, no qual foi premiada com o primeiro lugar, na área educacional formal.

Em 2018, acompanhando as escolas do Distrito Federal, voltou ao regime de regime

anual, com oferta anual.

Em 2020, volta a ter o turno vespertino em sua grade de ensino, com 6 turmas de ensino médio.

Em 2021, a UE funcionou com três turnos. As aulas no 1º semestre continuam, virtualmente, tendo em vista a pandemia.

Em 2022, como volta como regime anual com oferta semestral - 18 turmas de 2º e 3º anos no período matutino, Novo Ensino Médio - 1º anos e o curso Técnico de Administração, uma parceria do SEBRAE e SEDF, concomitante com os estudantes da 3ª série da escola. Ainda se tem 17 turmas no noturno (todos os segmentos).

Em 2023, os três turnos em regime anual com oferta semestral estão a funcionar com 18 turmas de 3º anos, Novo Ensino Médio - 2º e 1º anos e o curso Técnico de Administração, uma parceria do SEBRAE e SEDF, concomitante com os estudantes da 3ª série da nossa escola. Ainda há 17 turmas no noturno (todos os segmentos).

Caracterização Física

Instalações do Centro Educacional 02 do Cruzeiro

O CED 02 do Cruzeiro possui, ainda, uma área total de terreno de 20.0000 m2 com os blocos A, B, C, D, E, F e G construídos de forma horizontal. Tem dezoito salas de aulas, uma biblioteca, uma sala para atendimento de alunos portadores de necessidade educacionais especiais. Uma sala para atendimento de alunos detentores de altas habilidades, uma sala para prática do conteúdo de Artes; uma sala exclusiva para os servidores; uma sala para os professores. Cinco bebedouros distribuídos nos corredores da escola, seis banheiros para uso dos alunos, além do banheiro destinado a deficientes físicos com toda estrutura de apoio.

Há uma sala para cada setor de atendimento: Serviço de Orientação Disciplinar-SOD, para a supervisora pedagógica, para os Supervisores Administrativos, para a mecanografia, para o grêmio da escola, para o Serviço de Orientação Educacional-SOE, uma sala para Coordenação Pedagógica, uma sala para reunião. Um auditório com capacidade para 110

peças com cadeiras tipo universitária. Um almoxarifado para bens perecíveis. Dois almoxarifados para outros materiais. Uma sala exclusiva para os professores de Educação Física. Dois banheiros na área de Educação Física: um feminino e outro masculino. Duas quadras poliesportivas: sendo uma descoberta e outra coberta. Um campo de futebol gramado. Uma sala para a Secretaria Escolar. Possui uma cozinha semi-industrial com um refeitório, uma biblioteca, na qual atendem os alunos da escola e a comunidade do Cruzeiro, um laboratório de ciência, duas mesas de tênis de mesa, uma sala de informática, sala de direção e uma área de convivência para os alunos. É importante ressaltar, que no CED2-Cruzeiro existe uma sala exclusiva para o Posto do Pólo da Polícia Militar.

4. Diagnóstico da Realidade da Unidade Escolar:

a) Descrição das características sociais, econômicas e culturais da comunidade:

O Centro Educacional 02 do Cruzeiro foi construído para atender, prioritariamente, à comunidade do Cruzeiro Novo. Entretanto, atende também a alunos oriundos do Cruzeiro Velho, Octogonal, Sudoeste, Setor de Indústria e Abastecimento, Setor Militar Urbano, Setor de Armazenagem Norte, Cidade Estrutural, Cidade do Guará, e outras cidades do Distrito Federal e de várias cidades do Estado de Goiás situadas no entorno do Distrito Federal. Estes estudantes buscam no CED 02-Cruzeiro a qualidade de ensino que esta escola oferece, tendo em vista que foi implantada nos últimos quatro anos uma nova visão de gestão administrativa pedagógica abrangendo os espaços da escola, de forma que todas as áreas conversam com todas as extensões, com o objetivo de identificar problemas e, em conjunto, identificar as causas destes e resolvê-los em conjunto, buscando uma solução de forma a atender as necessidades dos alunos.

O CED 02-Cruzeiro está localizado na Região Administrativa do Cruzeiro encontra-se dentro da Poligonal de tombamento do Plano Piloto. Desde 1992 a RA-XI é considerada Patrimônio Histórico e Artístico da Humanidade, conforme prevê o Decreto-Lei nº 25 de 30/11/37, e a Portaria nº 314 de 08/10/92, do atual Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, do Ministério da Cultura.

O Cruzeiro Novo, região onde está localizada a escola, é um setor urbanizado, com alta densidade demográfica. O mercado de trabalho local é restrito (comércio pouco expressivo e atividade industrial quase inexistente). A população economicamente ativa, em sua maior parte, está concentrada na atividade terciária, e é constituída por servidores públicos e seus dependentes, pequenos comerciantes, e profissionais autônomos. As opções de serviços e lazer (Cruzeiro Novo, Cruzeiro Velho, Sudoeste e Octogonal) se restringem ao pequeno comércio, um Shopping Center (Terraço) e duas associações recreativas. Não há teatros nem salas de cinema.

A Região na qual está construída a escola não se caracteriza como sendo uma região com altos índices de violência. Mas o consumo de droga e de álcool é bastante acentuado. Reiteramos que dentro das instalações do CED2-Cruzeiro existe um Núcleo do Batalhão Escolar da Polícia Militar do Distrito Federal.

A comunidade atendida se configura em sua maioria por classes econômicas C, D e E. Nesse sentido, se faz importante verificar que apesar da alta vulnerabilidade, esse público não é igualmente alcançado por políticas públicas. A desigualdade de acesso à internet, infraestrutura inadequada e a educação deficitária limitam drasticamente as opções de futuro no contexto da transformação do mercado de trabalho.

Apesar do contexto, compreende-se que a desigualdade de classe manifesta uma relação estabelecida por um movimento de exploração, o qual é produzido e produz o sistema de vida no capitalismo, uma relação complexa que é permeada e permeia diversas outras relações de desigualdades. Mas, não há tempo para se lamentar e explorar as potencialidades oferecendo a comunidade local base para seu desenvolvimento é meta dessa instituição educacional.

Assim, a UE oferece aos seus alunos cursos de apoio, orientação profissional e alimentação adequada para seu desenvolvimento a incorporar essas potencialidades com parcerias público privadas de oferecimento de realocação e alocação da classe trabalhadora oportunizando o ingresso na economia e fomentando o desenvolvimento técnico e profissional por meio do conhecimento.

b) Apresentação e análise de resultados de indicadores, índices e dados:

Os dados relativos ao desenvolvimento do estabelecimento de ensino – Ced 2 do Cruzeiro – Podem ser vistos conforme o que se prescreve abaixo. Segundo o Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB - que é uma iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) desenvolvido para mensurar o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Saeb) e a taxa de aprovação, indicador que tem influência na eficiência do fluxo escolar, na progressão dos estudantes entre etapas/anos na educação básica, o Ced 2 apresentou-se da seguinte maneira como se vê abaixo. Antes de mais nada, esses dados apresentados são ainda relativos ao ano de 2017 e devem ser levantados novamente para verificar os indicadores atuais.

Noutro modo, segundo a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – SAEB – por meio da aplicação da Prova Brasil que é uma avaliação censitária bianual foi-se capaz de mensurar a qualidade do ensino ministrado na UE supracitada verificou-se a seguinte classificação. Cumpre saber que a instituição é pertencente à rede pública e apresentou as seguintes informações sobre os níveis de aprendizagem em Língua Portuguesa (Leitura) e em Matemática a fornecer resultados relevantes sobre o desenvolvimento do ensino.

Destarte, apresentou-se, ainda, indicadores contextuais sobre as condições extra e intraescolares em que ocorre o trabalho da escola. Faz-se importante saber que esses dados apresentados visam servir de subsídio para diagnóstico, reflexão e planejamento do trabalho pedagógico da escola, bem como para a formulação de ações e políticas públicas com vistas à melhoria da qualidade da educação básica.



PASSE O MOUSE SOBRE OS PONTOS PARA MOSTRAR MAIS INFORMAÇÕES.



Verte-se que esses dados são detentores das seguintes informações:

3ª Série
Língua Portuguesa
Nível 2 Proficiência: 270.64
Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none">• Reconhecer a ideia comum entre textos de gêneros diferentes e a ironia em tirinhas.• Reconhecer relações de sentido estabelecidas por conjunções ou locuções conjuntivas em letras de música e crônicas.• Reconhecer o uso de expressões características da linguagem (científica, profissional etc.) e a relação entre pronome e seu referente em artigos e reportagens.• Inferir o efeito de sentido da linguagem verbal e não verbal em notícias e charges.
Matemática
Nível 2 Proficiência: 270.54
Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA <ul style="list-style-type: none">• Reconhecer as coordenadas de pontos representados em um plano cartesiano localizados no primeiro quadrante. NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES <ul style="list-style-type: none">• Reconhecer os zeros de uma função dada graficamente.• Determinar o valor de uma função afim, dada sua lei de formação.• Determinar resultado utilizando o conceito de progressão aritmética. TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES <ul style="list-style-type: none">• Associar um gráfico de setores a dados percentuais apresentados textualmente ou em uma tabela.

Assim, verifica-se que os desafios são muitos no sentido de buscar o desenvolvimento a fim de melhorar a posição sub-ótima em que essa unidade educacional se encontra.

c)Dados escolares:

Considerando a aprovação de quantitativo de alunos à Universidade de Brasília - UnB - como um indicador, em 2017 foram 21 aprovados no Programa de Avaliação Seriado, 2016 foram aprovados doze alunos e em 2015 foram aprovados dez alunos. Estes números demonstram certa qualidade do ensino ministrado no CED 02-Cruzeiro, caso seja considerado um indicador da qualidade de ensino, a quantidade de alunos aprovados na Universidade de Brasília-UnB, frisa-se que a construção em sua completude de alunos deve levar em consideração não apenas índices de aprovação, mas o fornecimento de alunos para o setor de trabalho, bem como, no grau de satisfação de toda comunidade com os egressos. Por conseguinte, a escola atinge um patamar considerado. É a Instituição Educacional na qual mais se aprova na Região Administrativa do Cruzeiro, Octogonal e Sudoeste e com menor índice de reprovação. E está entre as dez primeiras do Plano Piloto e entre as vinte cinco primeiras do DF em dados absolutos de educação advindos dos meios de comunicação e oficiais.

O resultado final do Centro Educacional 02 do Cruzeiro em 2022 ficou na perspectiva projetada pela gestão democrática da I.E., conforme a tabela abaixo:

Tabela 04: índices 2023

SÉRIES	Nº de Alunos	AP	REP
1º ANOS	196	168	28
2º ANOS	331	290	41
3º ANOS	251	232	19

Legenda
AP- Aprovado;
REP – Reprovado;

A escola ficou com uma percentagem de reprovação menor que dez por cento. O qual nos levou a uma satisfação com os resultados, mas nada que nos acomodasse. Para 2018, a meta é diminuir o índice de reprovação no 1º ano. Essa é uma série bastante complicada historicamente, visto que é um período de mudanças radicais nas estruturas curriculares e nos desafios que pais e sociedade impõem aos alunos.

Já a EJA, como uma modalidade singular de ensino e com características únicas, a avaliação, feita para diagnosticar problemas de evasão, não passa por número de alunos aprovados e reprovados. Pois o índice de reprovação é menor que o próprio regular – Ensino Médio. O foco agora é a diminuição de alunos que se matriculam e acabam abandonando. Esse índice é maior que 20%. O técnico tem uma aprovação de mais de 95% no semestre.

No período de 2015 a 2024, a escola passa por um aumento de estudantes. Desta forma, temos 26 turmas de ensino médio, sendo 18 do período matutino e 08 do período vespertino. Temos 17 turmas de EJA/integrado a EJA (profissional). Com mais de 1200 alunos no total dividido em alunos no período matutino, alunos no período vespertino e alunos no noturno.

VEJAMOS A DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS
POR TURMAS E SEGMENTOS:

ENSINO MÉDIO - 1º ANO
(VESPERTINO)

Opção A

MATEMÁTICA – EDUCAÇÃO
FÍSICA - PORTUGUÊS

1º A30 ALUNOS

1º B30 ALUNOS

1º C 30 ALUNOS

FÍSICA, BIOLOGIA, QUÍMICA,
ARTES e ESPANHOL

Opção B

1º D30 ALUNOS

1º E..... 18 ALUNOS

1º F 16 ALUNOS

1º G.....18ALUNOS

1º H.25 ALUNOS

MATEMÁTICA – EDUCAÇÃO
FÍSICA - PORTUGUÊS HISTÓRIA,
FILOSOFIA, GEOGRAFIA,
SOCIOLOGIA, INGLÊS.

TOTAL DE ALUNOS NO 1º
ANO

.....
197 ALUNOS.

ENSINO MÉDIO – 2º ANO (MATUTINO)

BLOCO I

2º A 38 ALUNOS

2º B 35 ALUNOS

2º C.....29 ALUNOS

2º D 31 ALUNOS

2º E..... 32 ALUNOS

2º F..... 26 ALUNOS

BLOCO II

2º G..... 28 ALUNOS

2º H..... 26 ALUNO

2º I.....32 ALUNOS

2ºJ29 ALUNOS

TOTAL DE ALUNOS NO 2º ANO :308.

MATEMÁTICA – EDUCAÇÃO FÍSICA -
HIST, FILOSOFIA, BIOLOGIA, PORT, QUI

MATEMÁTICA – EDUCAÇÃO FÍSICA - PORT
GEO, SOC, FÍSICA, ARTES, ESPANHOL E (PD)

ENSINO MÉDIO - 3º ANO (MATUTINO)

BLOCO I

3º A 39 ALUNOS

3º B 39 ALUNOS.

3º C.....38 ALUNOS

MATEMÁTICA – EDUCAÇÃO FÍSICA - PORTUGUÊS
HISTÓRIA, FILOSOFIA, BIOLOGIA, QUÍMICA E INGLÊS.

BLOCO II

3º D 27 ALUNOS

3º E 27ALUNOS.

3º F..... 24 ALUNOS

3º G. 27 ALUNOS

3ºH. 26 ALUNOS

TOTAL DE ALUNOS NO 3º ANO: 221

MATEMÁTICA – EDUCAÇÃO FÍSICA – PORTUGUÊS

GEOGRAFIA, SOCIOLOGIA, FÍSICA, ARTES, ESPANHOL E (PD).

NOTURNO

EJA (1º SEGMENTO)

1º ETAPA (1ºA)16 ALUNOS

2ª ETAPA (2ºB)10 ALUNOS

3º ETAPA (3ºC)18 ALUNOS.

4º ETAPA (4ºC)16 ALUNOS

TOTAL DE ALUNOS 1º SEGMENTO - 60 ALUNOS.EJA (2º SEGMENTO)

7º ETAPA (7ºG) 15 ALUNOS

8º ETAPA (8ºG) 29 ALUNOS

TOTAL DE ALUNOS 2º SEGMENTOS - 81 ALUNOS EJA(3º SEGMENTO)

1º ETAPA (1º I/1ºJ) 34 ALUNOS

2º ETAPA (2ºK) 30 ALUNOS

3º ETAPA (3º K) 42 ALUNOS

TOTAL DE ALUNOS 3º SEGMENTOS – 106 ALUNOS

EJA (PROFISSIONAL)

MÓDULO I 36 ALUNOS

MÓDULO II. 10 ALUNOS

MÓDULO III. 11 ALUNOS

MÓDULO IV 05 ALUNOS

MÓDULO V 12 ALUNOS

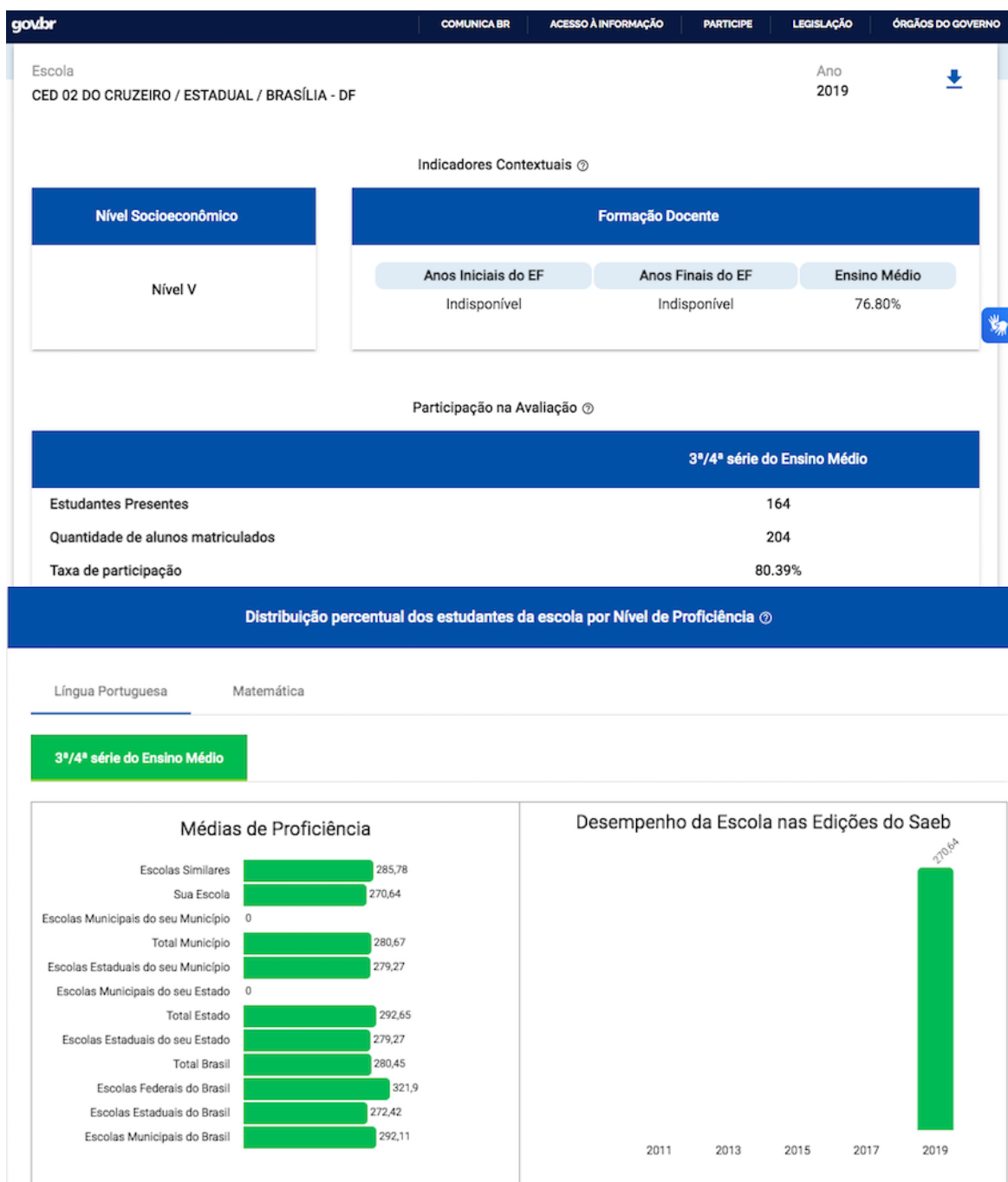
TOTAL DE ALUNOS 74 ALUNOS.

SEGMENTOS)

5º ETAPA (5ºE) 18 ALUNOS

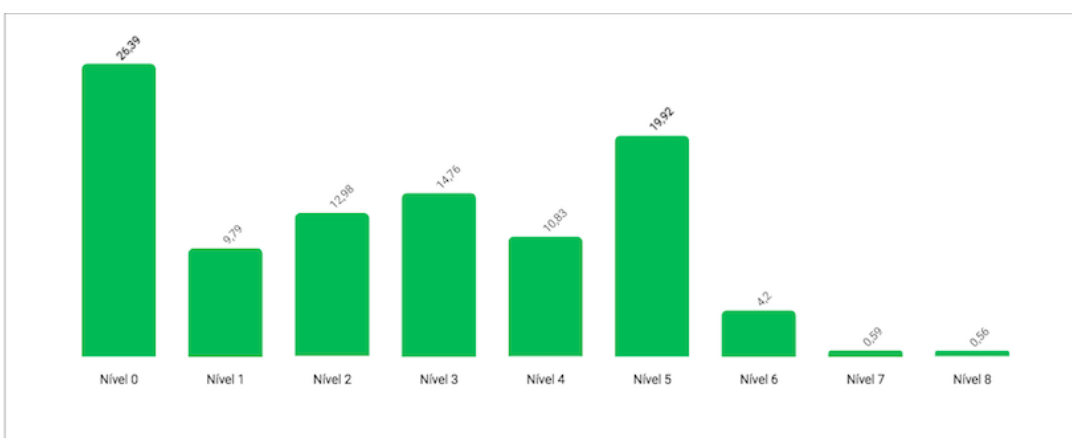
6º ETAPA (6ºF)..... 19 ALUNOS

Cabe saber que as metodologias usadas para o mapeamento de informações forma a partir do levantamento de dados do Censo escolar, dados do i-educar, registros e discussões da semana pedagógica, bem como das coordenações semanais. Deve-se ainda registrar que dados no decorrer do ano letivo corrente serão incorporados ao documento tão logo seja disponibilizado.



Distribuição Percentual dos Alunos do 3ª/4ª série do Ensino Médio por Nível de Proficiência

	Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8
Sua Escola	26.39%	9.79%	12.98%	14.76%	10.83%	19.92%	4.20%	0.59%	0.56%
Escolas Similares	13.88%	9.19%	14.13%	18.53%	20.44%	16.30%	5.85%	1.61%	0.08%
	Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8
Total Município	16.50%	10.64%	14.97%	18.18%	18.44%	13.81%	6.10%	1.32%	0.05%
Total Estado	13.22%	8.55%	12.40%	15.86%	18.76%	17.33%	10.48%	3.26%	0.15%
Total Brasil	17.14%	11.83%	15.19%	17.00%	16.54%	13.26%	7.11%	1.85%	0.08%



5. Função Social da Escola

Compreensão da finalidade da escola:

A escola, no desempenho de sua função social e formadora de sujeitos, precisa ser um espaço de sociabilidade que possibilite a socialização e a construção do conhecimento, tendo em vista que esse conhecimento não é dado a priori. Trata-se de conhecimento vivo e que se caracteriza como processo de construção. Nesta linha de raciocínio, a função social do CED 02 será participar, ativamente, da construção da sociedade, priorizando a inclusão de todos socialmente excluídos por questões físicas, de gênero, raça, religião e de classe, mediante a formação de um cidadão competente e livre para escolher sua carreira profissional, crítico, politizado, ético, empreendedor e com capacidade para tomar decisões por meio dos letramentos científicos e culturais. Ou seja, pessoas que possam atuar nas suas comunidades, visando melhorias e promoção humana.

Além disso, espera-se que no final de sua formação básica, nossos alunos tenham desenvolvido o hábito da leitura, os mecanismos de utilização do método científico para compreender e solucionar problemas de âmbito social ou ambiental, saber relacionar a ciência com a sociedade e com a tecnologia, produzindo uma análise mais profunda das questões cotidianas com criticidade e proatividade.

É importante falar da importância dos Princípios Norteadores. Considerando a educação como prática social que se desenvolve nas relações estabelecidas entre os sujeitos da aprendizagem, na sala de aula, nosso princípio básico é a construção coletiva do conhecimento como instrumento de transformação social que contemple, fundamentalmente, a formação integral do aluno voltada para a preparação para a vida, para o trabalho e para o exercício pleno da cidadania e a formação de líderes para suas comunidades, bem como para o bem-estar dos profissionais de nossa Instituição de Ensino.

6. Missão da Unidade Escolar

a) Propósito da unidade escolar:

Nossa missão é oferecer uma educação de qualidade (social), e ampliar os espaços, os tempos e as oportunidades de aprendizagens, dando ênfase ao protagonismo estudantil, favorecendo o desenvolvimento integral dos nossos educandos, para que eles possam agir construtivamente na transformação social do seu meio e da sociedade. Garantir a participação ativa da comunidade escolar no processo educativo, promovendo a interação entre a família e a escola por meio de estratégias didáticas diversificadas, tais como: oficinas; participação nos projetos desenvolvidos na unidade escolar; realização de trabalhos voluntários– conforme os eixos de interesses apresentados; convites para o desenvolvimento de jogos, brincadeiras, contação de histórias, bazares, almoços, eventos, festas, construção de painéis coletivos, entre outros.

b) Intencionalidade da Unidade Escolar:

Disso extrai-se que a intencionalidade da UE vai no sentido de proporcionar uma educação pública, gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de transformação social e de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e da permanência com êxito no decorrer do percurso escolar de todos os estudantes, preparando-os para a vida.

Outro grande pensamento do colégio é desenvolver nos nossos alunos a responsabilidade social e cívica diante de patrimônios públicos e auxiliar para o amadurecimento da consciência ética e pública, bem como despertar nos profissionais e auxiliares de educação local, o espírito de solidariedade e de relações sociais estáveis e respeitadas.

7. Princípios Orientadores da Prática Educativa

a) Princípios que orientam a prática educativa LDB (Lei 9394/96):

Um dos propósitos do CED 02 é tornar os estudantes cidadãos críticos, protagonistas e integralmente letrados. Possibilitamos o letramento por meio da valorização e da legitimação de práticas letradas locais, que trazem em si mesmas a diversidade linguística e cultural, além de proporcionar o contato com o aprendizado de práticas letradas institucionalizadas, incluídas a cultura clássica da literatura, da música e das artes, por exemplo; ou da ciência e da tecnologia de ponta.

Tendo em vista os sujeitos de direito em suas multiplicidades, em relação às identidades sociais presentes em nossa escola, pensou-se, também, em percursos formativos que permitam o acesso a saberes e conhecimentos necessários à construção e manutenção da identidade da escola sem, contudo, ratificar a ideia de um currículo básico, mas respeitando especificidades da comunidade escolar e as características culturais, linguísticas e sociais nos quais está inserida.

Por isso mesmo, uma das nossas metas é a da reinvenção criativa constante da escola, de seus tempos e espaços pedagógicos, reafirmando o direito ao acesso, à permanência e aos processos formativos decorrentes de sua prática escolar que formem pessoas que em primeiro lugar, antes de mais nada, sejam felizes e contribuintes do bem-estar comum.

É função desta Instituição de Ensino entender, registrar e mapear as angústias dos jovens que aqui estudam, especialmente daqueles oriundos da periferia para que as práticas pedagógicas possam, também, pautar-se pelas suas histórias e experiências de vida. Percebe-se, inclusive, que para esses jovens o CED 02 representa uma escola democrática e humanizada, onde se articulam relações sociais saudáveis, mas também a formação científica e tecnológica, ou seja, uma conexão entre o pensar e o saber fazer, entre a ciência, o

trabalho e a cultura, conforme propõe as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, no sentido de viabilizar a integração curricular mais próxima da realidade concreta.

Para implementar esta perspectiva de ensino, nossa escola se volta para o desenvolvimento de uma prática escolar que contemple a formação integrada do educando, incorporando ações cooperativas e interações menos assimétricas e mais humanizadas entre toda a comunidade escolar, de modo a reforçar relações de confiança mais duradouras que facilite, no contexto escolar, o desenvolvimento de competências, por exemplo, linguística comunicativa em práticas sociais letradas, pois “[...] saber utilizar a leitura e a escrita nas diferentes situações do cotidiano são, hoje, necessidades tidas como inquestionáveis tanto para o exercício da cidadania, no plano individual, quanto para a medida do nível de desenvolvimento de uma nação, no nível sociocultural e político”, (MORTATTI, 2004, p. 15).

Neste sentido, fundamenta-se a prática pedagógica do CED 02, mediante o comprometimento de seu corpo docente com um projeto de Educação voltado para a leitura crítica do mundo, a cidadania, a alteridade, o respeito à diversidade em todos os seus âmbitos. O letramento dos cidadãos vai desde o entendimento de princípios básicos de fenômenos do cotidiano até a capacidade de tomada de decisão em questões pessoais ou desinteresse público.

A inserção desta questão como fundamentação teórica, neste projeto, perpassa pelo estudo dos novos multiletramentos emergentes na sociedade contemporânea, em grande parte, devido às novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), e pela inclusão em nossas atividades curriculares a grande variedade de culturas já presentes no Mundo globalizado e, por vezes, caracterizada pela intolerância com a diversidade cultural, com a alteridade (ROJO, 2012, p. 12).

Vejamos o que prescreve a legislação, Lei 9394/96 – LDB - sobre princípios e fins da educação, a saber:

TÍTULO II – Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua

qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extra-escolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII – consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

Assim, como é sabido a Educação Integral é uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural - e se constituir como projeto coletivo, compartilhado pelos estudantes, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

A educação integrada é uma concepção que visa desenvolver os alunos em todas as suas dimensões formativas, o que proporciona um aprendizado muito mais completo do que quando se foca apenas nos caracteres intelectual e cultural. Dessa maneira, considera-se as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades. Para isso, é importante a integração de ações, incluindo a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação.

Não obstante, a integralidade está atrelada a intersectorialidade que implica em fortalecer e reunir conhecimentos, práticas e estruturas sociais e culturais entre diferentes setores, para que dialoguem e somem esforços na execução conjunta de ações que beneficiem o cidadão. Destarte, a articulação entre os saberes e esforços dos diferentes setores públicos como forma de garantir a efetivação de suas políticas como a própria aprendizagem é o que aqui se insere.

No Centro Educacional 02 do Cruzeiro Novo propiciam-se as ideias e princípios supracitados como também a transversalidade, ou seja, os temas transversais trabalhados contribuem para formação humanística, compreensão das relações sociais, por meio de situações de aprendizagens que envolvem a experiência do/a estudante, temas da atualidade, assim como, conteúdos tradicionais, criando eixos geradores de saberes. Esses são saberes que contribuem e integram as diferentes formas de diálogo entre nossa Unidade de Aprendizagem e a Comunidade em que ela está inserida.

De todo exposto, verifica-se que a comunidade escolar está preocupada e possibilita um arranjo para melhorar o bem comum da comunidade em que se insere, promovendo saberes, debates e ensinamentos e formação a sua comunidade. Por isso são esses vínculos do território com as relações sociais, ou, como afirma o autor: “Territorialidade é a primeira forma espacial que o poder assume” (PEREIRA E COLABORADORES, p. 26, 2012).

Para possibilitar todos esse atributo se faz necessário correlacionar o trabalho em rede e para isso verifica-se um processo longo, de construção de espaços de encontro e ação conjunta, que envolvem cumplicidades, articulações e compromissos. Deve valer-se da diversidade de pensamentos e opiniões e produzir processos de aprendizagem comuns, que se convertam em linhas de ação para todos.

b) Princípios epistemológicos:

Toda proposta curricular é situada social, histórica e culturalmente; é a expressão do lugar onde se fala e dos princípios que a orientam e nesta UE não foi concebido de forma distinta. Falar desses princípios epistemológicos do Currículo de Educação Básica da SEDF nos remete ao que compreendemos como princípios. Princípios são ideais, aquilo que procuramos atingir e expressam o que consideramos fundamental: conhecimentos, crenças, valores, atitudes, relações, interações. Dentro da perspectiva de Currículo Integrado, os princípios orientadores são: teoria e prática, interdisciplinaridade, contextualização, flexibilização. Esses princípios são centrais nos enfoques teóricos e práticas pedagógicas no tratamento de conteúdos curriculares, em articulação a múltiplos saberes que circulam no espaço social e escolar.

Avançar no mundo da ciência significa embarcar numa visão mais ampla, inclusive, compreender como os cientistas trabalham e quais as limitações de seus conhecimentos. Isso implica conhecimentos sobre história, filosofia e sociologia da ciência, (SANTOS, 2007). Porto (2010) diz que a inclusão da história da ciência nos currículos de ciência, o estudo e a discussão de episódio da história da ciência, por exemplo, podem propiciar ao estudante reflexões a respeito de como os cientistas trabalham, suas motivações e suas interações com a comunidade científica e com a sociedade em geral.

O ensino das Ciências tem-se limitado a um processo de memorização de vocábulos, de sistemas classificatórios e de fórmulas por meio de estratégias didáticas em que os estudantes aprendem os termos científicos, mas não são capazes de extrair o significado de sua linguagem (SANTOS; 2007), por falta de domínio na questão do letramento científico e esta instituição aborda o assunto de maneira a se distanciar da degravação, e parte para concepção de educação significativa.

Ensinar ciência significa, portanto, ensinar a ler sua linguagem, compreendendo sua estrutura sintática e discursiva, o significado de seu vocabulário, interpretando suas fórmulas, esquemas, gráficos, diagramas, tabelas etc. (SANTOS; 2007).

Alguns autores fazem relatos de como a aprendizagem da linguagem científica está ficando a desejar; alguns professores para fazer com que os alunos gostem da matéria estão

abdicando da linguagem científica para ficar apenas com a linguagem cotidiana. Para Mortimer (1998), um dos principais problemas na aprendizagem de conceitos científicos é a linguagem científica. Para ele, aprender ciência é aprender a sua linguagem, o que implica no desenvolvimento dos multiletramentos, em sala de aula.

Outra orientação que tem sido proposta para o letramento científico é a inclusão de aspectos sócio científicos (ASC) no currículo; esses aspectos referem-se às questões ambientais, políticas, econômicas, éticas, sociais e culturais relativas à ciência e tecnologia (SANTOS; 2016).

Temas sócio científicos são aqueles que associam aspectos políticos, sociais, econômicos, ambientais, éticos e morais aos conteúdos disciplinares e necessariamente envolvem diferentes opiniões a respeito, significado social e aspectos científicos e tecnológicos (SILVA; 2009).

Estes temas abordam temas cognitivos, mas vai além dessa percepção, pois acabam incluídos também temas sobre ética, moral, políticas e tecnologia (FORGIARINI e AULER, 2009). Percebe-se, portanto, a importância do letramento para as práticas pedagógicas, em sala de aula.

Complementar os estudos com os temas transversais, é outro fator fundamental, pois esses expressam conceitos e valores básicos à democracia e à cidadania e obedecem a questões importantes e urgentes para a sociedade contemporânea, fazendo um trabalho mais significativo e expressivo na comunidade escolar. O papel da escola nos temas transversais é ser o facilitador e intermediador nos assuntos relevantes das sociedades e comunidade escolar, favorecendo um desenvolvimento intelectual, social, senso de espaço, de cidadania, entre outros e facilitando a interdisciplinaridade.

c) Da educação inclusiva:

Não há como construir um Projeto Político Pedagógico sem considerar a Constituição Maior de nosso Estado brasileiro. Dessa maneira, a Carta Republicana de 1988 contempla o princípio da dignidade da pessoa humana a se referir à garantia das necessidades vitais de cada indivíduo, ou seja, um valor intrínseco como um todo. É um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, nos termos do artigo 1º, III daquela Lei Maior, sendo fundamento

basilar da República. Essa enunciação vem a ser um princípio, e, como visto fundamentado na Constituição Federal a examinar princípios de educação a todos os seres independente de todos os seres e comprometimentos que possam apresentar. Por isso, a igualdade de oportunidades educacionais deve ser abarcada a todos os seres. Destarte, a inclusão adstrita à Lei de Diretrizes da Educação Básica, conhecida como LDB, debate exaustivamente esse

assunto a exigir que todos sejam incluídos no processo educacional sem a segregação ou de que sejam tratados diferentes.

A própria Lei Fundamental impõe aos poderes públicos um tratamento igual de todos os seres humanos perante a lei e uma proibição de discriminações infundadas, sem prejuízo de impor diferenciações de tratamento entre pessoas, quando existam especificidades relevantes que careçam de proteção. Na mesma seara, vem o princípio da isonomia registrar que deve-se existir equalização das normas e dos procedimentos jurídicos entre os indivíduos, garantindo que a lei seja aplicada de forma igualitária entre as pessoas, levando em consideração suas desigualdades para a aplicação dessas normas.

Isso simboliza que as oportunidades educacionais e a liberdade de aprender e expressar-se deva ser respeitado em sua completude. Nisso, sugere-se a ideia que o direito de ser diferente deva ser respeitado a elevar essa equalização e igualdade na sua plenitude, a respeitar a isonomia e igualdade que sugere o legislador.

8 - METAS DA UNIDADE ESCOLAR

O Plano de Metas é um instrumento de planejamento e gestão que auxilia as Unidades Educacionais a definir as prioridades e ações estratégicas. Trata-se de um documento que consolida as propostas e apresenta os principais compromissos da gestão educacional com a oferta e melhoria dos serviços oferecidos à população, considerando como critérios básicos a promoção do desenvolvimento sustentável, a inclusão social, o respeito aos direitos humanos, a igualdade de gênero e o respeito ao meio ambiente.

Meta 1: ampliar a oferta de Ensino Médio Regular e Profissionalizante.

Meta 2: ampliar a oferta do ensino de Educação de Jovens e Adultos.

Meta 3: melhorar a posição no ranking das escolas participantes do PAS e ENEM até 2026

Meta 4: diminuir a evasão escolar ao patamar de 20% ou menos dos alunos matriculados até 2026.

Meta 5: aumentar a participação nos certames públicos em 20% ou mais até 2026.

9 – OBJETIVOS

OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

9.1 - Objetivo Geral

Promover uma educação de qualidade social de modo a desenvolver as capacidades intelectuais e sociais do educando, assegurando-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios necessários para o prosseguimento em estudos posteriores e progredir no trabalho, a considerar a sua função de indivíduo participativo na construção do bem-estar comum.

9.2 - Objetivos específicos:

Para isso, a prática escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, bem como as atividades pedagógicas facilitadoras do acesso ao ensino superior. Para se chegar ao objetivo geral desenvolvido e construído com as mãos de todos atores educacionais, nossa Unidade Escolar dentro do PPP passa por objetivos específicos a possibilitar inserir o alunado no mercado de trabalho a aproximar os alunos das transformações do mercado, possibilitando uma formação mais ampla. Ademais, a Escola em questão, se preocupa com a formação integral do aluno a principalmente fazer com que esse ator esteja feliz em seu caminho em completude de toda sua vida.

Por isso, deve-se reconhecer a importância da educação de qualidade social, meios para estudos e práticas escolares de forma geral e específica a observar a importância do novo ensino médio, o qual representa uma reforma na estrutura do atual sistema de ensino do país, como prescreve o Ministério da Educação (MEC). Por meios dos diagnósticos produzidos por vários setores da escola, como coordenações, conselhos participativos, reuniões com os pais ou responsáveis dias temáticos com propósitos de autoavaliações conseguiram nos direcionar para uma linha de objetivos específicos que atendam aos anseios da comunidade escolar.

Na área pedagógica:

Na gestão de modo geral, é importante observar alguns objetivos:

- Acompanhar a gestão de todas as áreas e setores da escola de forma compartilhada, gerenciando-a com base nas determinações do PPP e nos seus projetos e planos de ações, em prol da formação integral do aluno;
- Gerenciar todos os setores da escola a partir da perspectiva de resultados positivos, considerando a função social da escola e sua proposta de trabalho, de modo a fomentar o trabalho em equipe, uma convivência saudável e o respeito mútuo entre todos os profissionais docentes e auxiliares de educação;
- Realizar, periodicamente, a avaliação de cada área da escola à luz deste PPP e dos seus projetos e planos de ações, bem como a autoavaliação geral do desempenho da instituição, segundo propõe as Diretrizes de Avaliação da SEEDF, com vista à melhoria da gestão e a conquista dos objetivos, previamente, definidos;
- Proporcionar o aperfeiçoamento dos auxiliares de educação e formação continuada dos professores, quer pelo incentivo à participação em cursos da rede, quer pela implementação de coordenações coletivas de formação e estudos. Aprimorar o educando como pessoa humana, incluindo a formação ética, desenvolvimento da autonomia intelectual, no processo de aprendizagem, bem como o pensamento crítico em relação à realidade concreta;
- Preparar o aluno para que compreenda os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática no contexto de cada componente curricular, a partir da introdução, na prática de sala de aula, da pesquisa como princípio pedagógico;
- Ser uma escola inclusiva para os alunos com necessidades educacionais especiais e para todos aqueles oriundos de segmentos socialmente excluídos, por questões de raça, cor, gênero, orientação religiosa e de classe social;
- Utilizar a tecnologia, inclusive as TICs em todas as suas dimensões para transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento escolar e científico, considerando os planos e proposta de ensino da instituição;

- Integrar os conhecimentos da base nacional comum com a formação profissional, promovendo o desenvolvimento de competências e a capacidade de mobilizar, articular e colocar em prática conhecimentos, habilidades, atitudes e valores; necessários para o desempenho eficiente das atividades requeridas pelo curso Técnico em Serviços Públicos Integrado à Educação de Jovens e adultos;

Na área Financeira:

- Inovar, por meio da implantação de uma prática de gestão pedagógica e administrativa voltada para resultados, tendo como pilares uma gestão democrática envolvendo todas as áreas da escola;
- Implantar uma educação de qualidade voltada para a preparação para a vida e para o trabalho, que se manifesta em três vertentes: a regime anual, com oferta anual como propedêutica ao ensino superior; a EJA voltada a fornecer o acesso aos bens culturais, sociais, econômicos, também, em relação aos seus direitos e o Curso técnico integrado a Educação de Jovens e Adultos, voltada para formação para o trabalho.
- Integrar os conhecimentos ministrados em sala de aula assegurando um formato baseado na aprendizagem significativa, de modo a desenvolver a construção de conhecimento coletivo, considerando a interdisciplinaridade e a contextualização dos conteúdos por meios de projetos que desperte o interesse pela pesquisa como meio de resolução de problemas práticos;
- Reconhecer a diversidade e o multiculturalismo dos sujeitos de sala de aula, de modo a incorporar suas experiências no processo de ensino e de avaliação, inclusive relacionar a prática de ensino com a realidade desses sujeitos, além oferecer possibilidades de resgate e promoção dos mesmos através de projetos específicos que vise sua inclusão no contexto social;
- Promover a integração curricular entre os conteúdos disciplinares e as práticas sociais/ou o mundo do trabalho, a partir de eixos temáticos e dos integradores trabalho, ciência, tecnologia e cultura, mediante o desenvolvimento da pesquisa

como princípio pedagógico ou pedagogia de projetos e o trabalho como princípio educativo, inseridos na prática de sala de aula;

- Preparar os alunos para as avaliações externas – PAS e ENEM mediante a promoção de estratégias direcionadas no contexto escolar e da motivação para participação em eventos e projetos internos e externos que se constituem como reforço para os referidos exames.

10 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS – METODOLÓGICOS QUE FUNDAMENTAM A PRÁTICA EDUCATIVA

Currículo em Movimento

a) Concepção de Currículo, Avaliação-Ensino-Aprendizagem

A já mencionada Carta Magna representa um marco no decorrer da história da educação brasileira no que se refere à relevância da gestão democrática nas instituições de ensino, ao defender no artigo 206, incisos III e VI, alguns princípios orientadores, tais como: a gestão democrática dos sistemas de ensino público; a igualdade de condições para acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; a valorização dos profissionais do ensino e a garantia de padrão de qualidade.

Com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), regulamenta-se que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema, terão a incumbência de elaborar e executar sua Proposta Pedagógica (PPP), assim como os docentes não apenas incumbir-se-ão de participar da elaboração da proposta pedagógica da escola, como elaborarão e cumprirão o plano de trabalho, segundo a PPP da unidade escolar, zelando pela aprendizagem dos educandos.

Ainda de acordo com a LDB nº 9394/96, os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades, considerando alguns princípios básicos, dentre eles: a participação dos profissionais da educação na elaboração da PPP da escola. Também respeitarão a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define conhecimentos, competências e habilidades essenciais à formação dos nossos educandos no decorrer da Educação Básica, conforme com o que define o Plano Nacional de Educação (PNE), e norteará os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, assim como as PPPs de todas as unidades escolares públicas e privadas voltadas à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) e ao Ensino Médio em todo país.

Nesse sentido, amparada pelos princípios éticos, políticos e estéticos apresentados pelas normas regulamentadoras da LDB nº 9394/96, ou seja, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, considerando não apenas a implementação da Proposta Pedagógica, mas também às vivências desenvolvidas nos estabelecimentos de ensino. É importante destacar que a BNCC apresenta dez competências essenciais para a organização do trabalho pedagógico nas instituições de ensino voltadas ao atendimento de todas as etapas e modalidades da Educação Básica que perpassam as dimensões cognitivas (conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural), comunicativas (linguagens; tecnologias; argumentação) e socio emocionais (autonomia e autogestão; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; responsabilidade e cidadania).

Dessa forma, para a elaboração da PPP das escolas, precisamos considerar as competências apresentadas anteriormente, assim como a participação da comunidade escolar, um dos fundamentos expostos na perspectiva da Gestão Democrática, inclusive na Lei 4.751/2012, que ressalta a importância da participação dos diversos sujeitos sociais que compõem a realidade, os contextos e as demandas reais da escola.

Nessa perspectiva, a SEEDF defende a construção de uma PPP que implemente uma escola para todos, ou seja, associada à construção da qualidade social que abarca práticas pedagógicas intencionais sobre a escola que temos e a escola que queremos em prol do desenvolvimento dos nossos educandos que se constituem enquanto cidadãos para exercerem a sua cidadania, para conviverem em sociedade e para se constituírem como agentes de transformação social, conforme proposto no Currículo em Movimento.

b) Teoria Críticas e Pós Crítica:

O Currículo em Movimento fundamenta-se na Lei Maior, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96), no Plano Nacional de Educação (PNE), no Plano Distrital de Educação (PDE), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na Lei de Gestão Democrática nº 4751/2012, nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, entre outros documentos norteadores que embasaram a fundamentação teórico- metodológica da PPP das unidades escolares do Distrito Federal.

Dessa forma, o Currículo em Movimento está arraigado de pressupostos básicos inerentes a essa abordagem, dentre eles: as teorias críticas e pós-críticas, à concepção e os princípios de educação integral, a psicologia histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica, o currículo integrado, os eixos transversais e a concepção da avaliação para as aprendizagens e não avaliação das aprendizagens - formativa.

No campo do currículo, questionar conexões e ideologias para construir o conhecimento e o saber levam ao pressuposto da educação pretendida. Disso, o PPP da unidade escolar se fundamentará na organização do trabalho pedagógico intencional, que visa à ampliação dos tempos, espaços e oportunidades; à formação humana integral; à construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Afinal, o Currículo em Movimento da SEEDF foi elaborado com o objetivo de construir uma educação de qualidade que favoreça o desenvolvimento pleno dos estudantes da educação básica da rede pública de ensino, garantindo não apenas o acesso, mas o direito de construir aprendizagens cada vez mais significativas associadas às demandas e às especificidades inerentes à comunidade escolar, motivando e amparando-os, inclusive quanto à permanência nas unidades escolares, minimizando os índices de evasão e abandono, ampliando as possibilidades de sucesso escolar.

c) Pedagogia Histórico-Crítica

Nessa perspectiva, cabe destacar os fundamentos teórico-metodológicos eleitos pela Secretaria de Educação do Distrito Federal: a Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico-Cultural.

Outro ponto fundamental no embasamento da proposta pedagógica do CED 02 é a interdisciplinaridade, que é uma questão imprescindível na legislação do Ensino Médio e no Currículo da Educação Básica do SEEDF. Por isso mesmo, tecemos algumas relevantes considerações sobre este pressuposto metodológico que deverá referenciar toda a prática escolar de nossos professores.

Da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, a organização escolar das aprendizagens desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento das capacidades essenciais humanas, condição na qual provocará níveis mais elevados de desenvolvimento psíquico. O ensino organizado pode ser considerado o instrumento mais apropriado para a formação de conceitos mais elaborados, principal finalidade da aprendizagem, e que exerce grande influência no desenvolvimento psíquico.

De acordo com Vigotsky (2000, p. 303), "[...] um passo de aprendizagem pode significar cem passos de desenvolvimento" - criando, assim, a zona de desenvolvimento próximo. Para o autor, portanto, embora a aprendizagem e o desenvolvimento não coincidam inteiramente, são dois processos que estão em complexas inter-relações. Nesse sentido, a aprendizagem escolar revela-se fundamental para o processo de desenvolvimento e aquisição das características históricas e culturais do homem. Quando organizada com foco na zona de desenvolvimento próximo, a educação promove desenvolvimento intelectual e afetivo à medida que propicia uma série de processos de amadurecimento que, sem ela, se encontram socialmente dispersos e desigualmente distribuídos.

Sob esse olhar, cabe à escola a transmissão do conhecimento sistematizado produzido ao longo da história da humanidade com vistas à transformação e ao desenvolvimento cognitivo dos alunos. Como afirma Saviani (2016), precisamos adotar metodologias que aperfeiçoem a prática educativa, levando em consideração a correta utilização do espaço escolar e a instrumentalização do educando, por meio do exercício da função efetiva da escola, que é transmitir o saber sistematizado.

Nesse sentido, nossa Escola busca junto a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas sequenciar as aprendizagens de forma a manter a continuidade e o aprofundamento em relação ao Ensino Fundamental, porém com a premissa de não repetir desnecessariamente, durante os três anos de Ensino Médio, tudo o que já está previsto para ser ensinado nos nove anos da etapa anterior. Essa premissa se aplica particularmente ao ensino de história e de geografia, visto que os estudantes têm seu primeiro contato com Filosofia e Sociologia apenas no Ensino Médio. Assim, as unidades temáticas interdisciplinares foram concebidas para dar um passo adiante em relação aos objetivos de aprendizagem, às competências, habilidades e ao conteúdo de ensino.

Por outro lado, era uma premissa necessária que a distribuição dos objetivos de aprendizagem dentro da etapa do Ensino Médio apresentasse flexibilidade suficiente para que os estudantes pudessem cursá-los sem pré-requisitos. As unidades temáticas são independentes entre si, mas possuem cada um dos objetivos de aprendizagem específicos, que devem ser trabalhados por área. Sabe-se que o desenvolvimento dos objetivos de aprendizagens nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas se dá, até certo limite, de forma difusa e descentralizada, com objetivo diluído ao longo de todo o processo e sendo desenvolvido por diferentes componentes da área, diferentemente do que acontece com outras ciências, em que, geralmente, um objetivo precisa ser desenvolvido plenamente antes que se inicie outro. Por isso, a área deve priorizar o diagnóstico do que os estudantes já sabem, compreendem e podem fazer dentro de um determinado período letivo, no caso o semestre, para construir objetos de conhecimento interdisciplinares dentro de cada unidade temática,

que transversalizar os processos cognitivos e os níveis de complexidade das aprendizagens.

No CEd 02 do Cruzeiro a pedagogia histórico-crítica é defendida e implementada de maneira que a escola seja um espaço da educação formal em sua especificidade, que é a prática do ensino dos produtos do saber científico em suas formas mais desenvolvidas, dos conhecimentos historicamente sistematizados por meio dos quais ocorrerá a humanização dos indivíduos com os aspectos do cotidiano. Busca-se, assim, implementar a educação com a instrumentalização dos alunos, por meio da transmissão do conhecimento científico, artístico e filosófico, entendendo que a educação sozinha não mudará a sociedade, mas uma práxis emancipatória do professor efetivará a função da escola.

d) Psicologia Histórico-Cultural.

Como difundido por todo conhecimento psicopedagógico a psicologia histórico-cultural fundamenta-se nas bases materialista, histórica e dialética de compreensão da realidade e apresentam, desde a primeira metade do século XX, os princípios sobre a constituição e desenvolvimento do psiquismo humano, e é a partir dessas referências que são anunciadas as possibilidades e necessidades de constituição do pensamento e da linguagem, assim como as demais funções superiores, pelas atividades educativas (VIGOTSKI,2000). Outros autores abordam o mesmo elemento da seguinte maneira:

Pelo termo linguagem humana entendemos um complexo sistema de códigos que designam objetos, características, ações ou relações; códigos que possuem a função de codificar e transmitir a informação, introduzi-la em determinados sistemas. A 'linguagem' dos animais, que não possui estas características, é uma 'quase- linguagem'. [...] Portanto, a linguagem desenvolvida do homem é um sistema de códigos suficiente para transmitir qualquer informação, inclusive fora do contexto de uma ação prática. (Luria, 1987, p. 25).

Assim foi adotada, em nossa comunidade escolar, uma tentativa de resgate da construção regional com todos seus aspectos culturais relevantes a não deixar de lado suas conquistas, seus anseios e suas necessidades. Para tanto, unem-se os aspectos da linguagem, símbolo da comunidade, com as necessidades acadêmicas de formação cultural.

Dessa forma, consegue-se o CEd 02 desenvolver na comunidade escolar, sua marca sem deixar de inserir sua cultura histórica e cultural trazidas de outras regiões do país, notadamente carioca, pelo fruto histórico de sua origem e desenvolvimento a considerar o público nordestino e grande influência das mais diversas unidades da federação a trazer e buscar essas características de militares e profissionais transferidos de várias localidades. Porém, há que se diga que a comunidade traz já reconhecida identificação própria e carrega grande influência de outras localidades regionais.

11 - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR

BNCC CURRÍCULO EM MOVIMENTO

Da interdisciplinaridade adotada no CEd 02 do Cruzeiro:

Ainda, em acordo com a proposta acima citada da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF - a prática pedagógica implementada, em sala de aula, busca orientar por uma configuração curricular que propõe a superação de uma organização de conteúdos prescritivos, linear e hierarquizado denominada por Bernstein (p.65, 1977) de currículo coleção que, segundo o autor, tem as seguintes características:

1. A fragmentação e a descontextualização dos conteúdos e das atividades didático-pedagógicas realizadas por alunos e professores;
2. Livros didáticos como definidores do que o professor deve priorizar em sala de aula;
3. As disciplinas escolares trabalhadas de forma isoladas, impedindo os vínculos necessários com a realidade;
4. Postura passiva dos alunos diante de práticas transmissíveis e reprodutivas de informações e o processo do trabalho pedagógico desconsiderado, priorizando-se os resultados através de exames externos indicadores do padrão de qualidade.

Ao contrário dessas características do currículo coleção, a prática pedagógica aqui induzida deseja organizar uma configuração curricular de modo integrado onde os conteúdos mantenham uma relação aberta entre si, considerando a melhor forma para se fazer essa integração, quer a partir de temas selecionados ou eixos integradores, conforme previsto no Plano de Curso do nosso Técnico em Serviços Público Integrado à Educação de Jovens e Adultos, quer mediante o desenvolvimento de projetos pedagógicos integradores entre as diversas disciplinas ou em torno dos eixos transversais, conforme propõe o Currículo em Movimento.

Na perspectiva de um ensino que valoriza a construção da autonomia do aluno e a integração curricular, a interdisciplinaridade e a contextualização são núcleos basilares de nossa prática escolar. Como destaca o Currículo em Movimento, a primeira, além de favorecer a abordagem de um mesmo tema envolvendo diferentes disciplinas, a partir da compreensão das partes que liga as diferentes áreas do conhecimento para uma melhor compreensão do todo, ultrapassa a fragmentação do conhecimento e do pensamento que tem caracterizado o ensino médio brasileiro. A segunda, por sua vez, dá sentido social e político aos conceitos do conteúdo curricular estabelecendo uma conexão com a realidade concreta, mediante as dimensões integradoras da vida humana, o que faz o aluno identificar relações entre o que se faz na sala de aula e as experiências vivenciadas no cotidiano. Além disso, “o processo de ensino-aprendizagem contextualizado é um importante meio de estimular a curiosidade e fortalecer a confiança do educando” (BRASIL, 2013. p. 36).

Dessa maneira, o CED 02 proporciona a distribuição dos conteúdos por blocos a dividir-se por áreas temáticas tendo por objetivo nortear a sistematização das ações de extensão para educação acadêmica e profissional. Essa Unidade Escolar estabelece o Eixo Integrador como uma estratégia de interdisciplinaridade de uma ou mais áreas de conhecimento em que os estudantes têm a oportunidade de conhecer, integrar e aplicar conteúdos e experiências numa adoção de diálogo e interação para a solução de desafios.

Em nossa escola todo esse trabalho é desenvolvido por meio de trabalhos acadêmicos, saídas a campo, desenvolvimento de trabalhos em conjunto com outros atores como o SENAI e demais parceiros da escola. Cabe ainda por dizer, que todos os instrumentos avaliativos e de construção pedagógica são desenhados dentro dessa ideia.

Como propõe o DCNEM, o CED 2 do Cruzeiro prima por uma formação integral dos educandos, tanto no Ensino Médio diurno como na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para o ensino integrado, entendemos que o currículo deve integrar no seu desenvolvimento as dimensões da própria vida social, sintetizadas no trabalho, na ciência, na tecnologia e na cultura.

Estas dimensões compreendem os eixos integradores entre os conhecimentos de distinta natureza, contextualizando-os em sua dimensão histórica e em relação ao contexto social vivenciado pelo aluno. Pelo currículo integrado, conforme Brasil, (2013, p. 25), acreditamos que podemos organizar o conhecimento e desenvolver o processo de ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende compreender pela contextualização, por ser uma orientação pertinente à formação integrada.

É justamente no contexto dessas dimensões integradoras, principalmente o trabalho como princípio educativo, o que significa compreender o ser humano como produtor de sua realidade e agente capaz de transformá-la pelo trabalho, que defendemos a pesquisa como princípio pedagógico, a partir da prática da pedagogia de projetos ou de projetos integradores inseridos no contexto escolar.

A prática da pesquisa é um instrumento de integração do ensino com a realidade social, porque instiga o aluno no sentido da curiosidade em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude, para que sejam incorporados, na prática escolar, “pacotes fechados” de visão de mundo, de informações e de saberes, quer sejam do senso comum, escolares ou científicos. (BRASIL, 2013, p.37).

Na visão da Teoria Crítica, são considerados na organização curricular conceitos, como: ideologia, reprodução cultural e social, poder, classe social, capitalismo, relações sociais de produção, conscientização, emancipação e libertação, currículo oculto, resistência. Consideram-se as necessidades pedagógicas e políticas como referenciais curriculares comuns, como diretrizes gerais para a Rede, tendo em vista que “[...] a não definição de pontos de chegada contribui para a manutenção de diferentes patamares de realização, e, portanto, manutenção das desigualdades” (SAVIANI, 2008).

No entanto, nessa definição não podemos desconsiderar que o currículo na ação diz respeito não somente “[...] a saberes e competências, mas também a representações, valores, papéis, costumes, práticas compartilhadas, relações de poder, modos de participação

e gestão etc.” (idem, 2008) e que a realidade de cada grupo, de cada escola seja tomada como ponto de partida para o desenvolvimento deste Currículo.

Por esse olhar, os conhecimentos se complementam e são significados numa relação dialética que os amplia no diálogo entre diferentes saberes. A SEEDF propõe um novo paradigma para a Educação Integral que compreenda a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais.

- Tempos - criança precisa gostar da escola, querer estar na escola. A escola precisa ser convidativa. Tirar a criança da rua pode ser consequência desse fato, mas não um objetivo em si, que poderia redundar numa visão de enclausuramento. “A escola não pode ser vista como um depósito de crianças para ocupar tempo ocioso ou para passar o tempo. Existe uma intencionalidade educativa” (MAURÍCIO, 2009).

Há um conjunto de conhecimentos sistematizados e organizados no currículo escolar e também práticas, habilidades, costumes, crenças e valores que conformam a base da vida cotidiana e que, somados ao saber acadêmico, constituem o currículo necessário à vida em sociedade (GUARÁ, 2006). Espera-se, com essa lógica curricular, favorecer o encontro interdisciplinar, bem como evitar a valoração entre um tempo de alegria, caracterizada por atividades não convencionalmente escolares, e um tempo de tristeza, caracterizada pelo conteúdo formal e acadêmico, pois a Educação Integral não pretende rachar a escola ou levantar um muro temporal conturbado e fragmentado.

- Espaços - a escola não é só um espaço físico. É um clima de trabalho, uma postura, um modo de ser, conforme Freire (1993). Assim, a Educação Integral considera a existência de uma complexa rede de atores, ambientes, situações e aprendizagens que não podem ser reduzidas a mera escolarização, pois correspondem às diversas possibilidades, requisições sociais e expressões culturais presentes no cotidiano da vida.

- Oportunidades - a opção pela educação integral emerge da própria responsabilidade dos sistemas de ensino. preconizada no artigo 22 da LDB 9.394/96: “A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. A Educação Integral depende, sobretudo, de relações que visam à integração, seja de conteúdo, seja de projetos, seja de intenções. Para ela, num mundo cada vez mais complexo, a gestão das necessidades humanas e sociais exige a contribuição de múltiplos atores e sujeitos sociais, de uma nova cultura de articulação e abertura de projetos individuais e coletivos para a composição com outros conhecimentos, programas e saberes (GUARÁ, 2006).

Conforme o BNCC o eixo transversal pode ser definido como aquilo que atravessa. Portanto, TCTs, no contexto educacional, são aqueles assuntos que não pertencem a uma área do conhecimento em particular, mas que atravessam todas elas, pois delas fazem parte e a trazem para a realidade do estudante. Na escola, são os temas que atendem às demandas da sociedade contemporânea, ou seja, aqueles que são intensamente vividos pelas comunidades, pelas famílias, pelos estudantes e pelos educadores no dia a dia, que influenciam e são influenciados pelo processo educacional (BRASIL, 2021).

Por isso, nessa Escola prioriza-se a relevância e responsabilidade da educação, a ser consenso que, para atingir seus objetivos e finalidades há que se adotar uma postura que considere o contexto escolar, o contexto social, a diversidade e o diálogo. Os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) são assim denominados por não pertencerem a uma disciplina específica, mas por traspassarem e serem pertinentes a todas elas. Existem distintas concepções de como trabalhá-los na escola. Essa diversidade de abordagens é positiva na medida em que possa garantir a autonomia das redes de ensino e dos professores.

Assim, por meio de trabalhos interdisciplinares, atividades o CED 02 proporciona em suas mais diversas trocas de experiências a valorizar a diversidade e inclusão. Para isso, buscase identificar afinidades com os demais e, da mesma maneira, respeitar as diferenças. Essas atividades referem-se a todos os conteúdos abordados e por meio do Projeto de Vida. Seja, proporcionando trabalho coletivos e intermediando as escolhas e o respeito múltiplo, seja

buscando aprimorar suas atividades como feiras culturais, teatros, e ações sociais.

Para isso são usadas algumas técnicas psicopedagógicas educacionais sendo necessário que:

5. Fortaleça a autoestima a partir da representatividade.
6. Faça dinâmicas de integração.
7. Explore a **diversidade** por meio de filmes orientados.
8. Execute dinâmicas que estimulem valores.
9. Use os personagens da literatura.

De todo exposto, é de comum acordo e disseminado nessa instituição que o ensino seja orientado de modo que, entre outros os educadores, além dos docentes:

1. Sejam flexíveis e adaptáveis.
2. Construa uma “base” ou “retiro”.
3. Não policie o gênero.
4. Certifique-se de que suas atividades fora de **sala de aula** sejam acessíveis.

Educação para Diversidade

Por fim, A diversidade na educação é um conceito que propõe a inclusão de todos os indivíduos e o respeito às suas diferenças. Ou seja, é por meio dela que os estudantes passam a ter mais respeito às variedades de gênero, cor, religião e comportamento que existem em sua sala. Nesse contexto, nesta UE trabalha-se com fim de que os Direitos Humanos sejam respeitados a observar o direito do ser humano em existir e ser da maneira que carece de respeito dignidade com intuito do bem comum.

Da Cidadania e educação em e para direitos humanos

É difundida no contexto educacional que educar em direitos humanos significa contribuir para a construção da cidadania, nesse processo, a educação é tanto um direito

humano em si mesmo, como um meio indispensável para realizar outros direitos, constituindo-se em um processo amplo que ocorre na sociedade. Diante disso, os direitos humanos visam garantir a dignidade e a integridade da pessoa, especialmente frente ao Estado e suas estruturas de poder, e a cidadania assegura o equilíbrio entre os direitos e deveres do indivíduo em relação à sociedade e da sociedade em relação ao indivíduo.

Dessa forma, focalizar o tema dos Direitos Humanos permite que se avance no sentido da educação integral se tornar efetiva, para além de conceitos meramente teóricos. Para isso, a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana por meio da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz.

Esses temas são desenvolvidos a partir de ações como trabalhos desenvolvidos por diversos professores, seja de maneira indireta, seja por meio de conteúdos específicos nas disciplinas de história, sociologia, filosofia, biologia e Introdução ao ensino do Direito.

Há também trabalhos realizados com a busca de colaboradores e ex-alunos que proporcionam debates e palestras sobre a temática. Ademais a UE promove junto a Instituições de Ensino Superior e Instituições Estatais, como defensoria pública e ministério público ações que promovam a disseminação e amplitude desses conhecimentos.

Da Educação para sustentabilidade

Sustentabilidade consiste no desenvolvimento de métodos e técnicas de maneiras que permitam disponibilizar recursos para o futuro. Essa ideia, não está apenas centrada na ideia de Meio Ambiente, ela permeia qualquer ação capaz de controlar a atividade humana que impacta no desenvolvimento de suas ações e continuidade de suas atividades. Por meio dessa perenidade, essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

Por isso, essa situação deve ser examinada muito além das técnicas administrativas, devendo se difundir para aqueles que principalmente precisarão desses recursos, e, portanto, a sua aplicabilidade no meio educacional é de extrema significância e ratificação. Nesses termos, essa UE avança muito além das ideias prementes de recursos ambientais ela busca

entender esse conceito em Economia, Cidade, Desenvolvimento físico e pessoal, a construir ao encontro da integralidade um ensino capaz de demonstrar a necessidade de disseminar o conhecimento e manutenção das atividades primordiais para a vida.

No entanto, como a caracterização da Sustentabilidade parece se esgotar no conceito ambiental, esse é o mais desenvolvido, porém, ensina-se que nele não se esgota. Estabelecer um mecanismo de educação no sentido sustentável é uma ideia que permite abarcar as necessidades e construção de um conceito que envolve recursos naturais, recursos humanos, sistêmicos, distintos com uma grande amplitude.

De tal maneira, que vai além da disciplina de Geografia e Biologia, perpassando pela transversalidade e interdisciplinaridade em todos os cantos desta UE. Isso é feito seja por meio de trabalhos, feiras culturais, debates e em projetos de sustentabilidade dentro de meio ambiente e educação financeira (MOREIRA, 2007).

Nessa linha de raciocínio, uma maneira de reforçar a construção de um cidadão crítico e histórico, além da interdisciplinaridade, é por meio de aspectos sócio científicos. O CTS (Ciências/Tecnologia/Sociedade) e/ou EA (Educação Ambiental), são exemplos práticos dessa modalidade metodológica de ensino.

O ensino de ciências pautado na CTS contribui nesse sentido, uma vez que a sociedade se caracteriza como eixo estruturante e na articulação entre os demais eixos, numa perspectiva

interdisciplinar. (BUCIOLI; 2014). Nas sociedades em geral, as instituições de ensino têm como uma de suas funções a formação de cidadãos (BAZZO, 1998). Pois, muitos alunos, principalmente os alunos da modalidade EJA, devido sua maturidade, conhecem todos os benefícios que as revoluções tecnológicas e científica produziram para sociedade, mas os malefícios gerados não são discutidos, tais como geração de resíduos, desmatamentos, poluição e outros. Por isso surge o movimento CTS, o qual tenta englobar discussões de importância social no Ensino de Ciências. (GUIMARÃES; 2009). Com isso os alunos poderão ser o dono de seu destino profissional, deixando de ser apenas mão de obra. As influências do movimento CTS são evidentes nos currículos de ciência prevendo a construção de conhecimento (substantivo, processual e epistemológico) sobre a ciência enquanto empreendimento humano, em interação com a tecnologia e a sociedade, com potencialidades e limitações na resolução de problemas pessoais, sociais e ambientais promovendo uma educação sustentável que contemple uma visão extremamente abrangente. (GALVÃO, REIS e FREIRE; 2004).

O trabalho por meio de Programas e Projetos

Como propõe o DCNEM, o CED 2 do Cruzeiro prima por uma formação integral dos educandos, tanto no Ensino Médio diurno como na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para o ensino integrado, entendemos que o currículo deve integrar no seu desenvolvimento as dimensões da própria vida social, sintetizadas no trabalho, na ciência, na tecnologia e na cultura.

Estas dimensões compreendem os eixos integradores entre os conhecimentos de distinta natureza, contextualizando-os em sua dimensão histórica e em relação ao contexto social vivenciado pelo aluno. Pelo currículo integrado, conforme Brasil, (2013, p. 25), acreditamos que podemos organizar o conhecimento e desenvolver o processo de ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende compreender pela contextualização, por ser uma orientação pertinente à formação integrada.

É justamente no contexto dessas dimensões integradoras, principalmente o trabalho como princípio educativo, o que significa compreender o ser humano como produtor de sua

realidade e agente capaz de transformá-la pelo trabalho, que defendemos a pesquisa como princípio pedagógico, a partir da prática da pedagogia de projetos ou de projetos integradores inseridos no contexto escolar.

A prática da pesquisa é um instrumento de integração do ensino com a realidade social, porque instiga o aluno no sentido da curiosidade em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude, para que sejam incorporados, na prática escolar, “pacotes fechados” de visãode mundo, de informações e de saberes, quer sejam do senso comum, escolares ou científicos. (Brasil, 2013, p.37).

Na perspectiva da Teoria Crítica, são considerados na organização curricular conceitos, como: ideologia, reprodução cultural e social, poder, classe social, capitalismo, relações sociais de produção, conscientização, emancipação e libertação, currículo oculto, resistência. Consideramos as necessidades pedagógicas e políticas como referenciais curriculares comuns, como diretrizes gerais para a Rede, tendo em vista que “[...] a não definição de pontos de chegada contribui para a manutenção de diferentes patamares de realização, e, portanto, manutenção das desigualdades” (SAVIANI, 2008). No entanto, nessa definição não podemos desconsiderar que o currículo na ação diz respeito não somente “[...] a saberes e competências, mas também a representações, valores, papéis, costumes, práticas compartilhadas, relações de poder, modos de participação e gestão etc.” (idem, 2008) e que a realidade de cada grupo, de cada escola seja tomada como ponto de partida para o desenvolvimento deste Currículo.

Nessa visão, os conhecimentos se complementam e são significados numa relação dialética que os amplia no diálogo entre diferentes saberes. A SEEDF propõe um novo paradigma para a Educação Integral que compreenda a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais.

Tempos - criança precisa gostar da escola, querer estar na escola. A escola precisa ser convidativa. Tirar a criança da rua pode ser consequência desse fato, mas não um objetivo em si, que poderia redundar numa visão de enclausuramento. “A escola não pode ser vista como um depósito de crianças para ocupar tempo ocioso ou para passar o tempo. Existe uma intencionalidade educativa” (MAURÍCIO, 2009).

Há um conjunto de conhecimentos sistematizados e organizados no currículo escolar e também práticas, habilidades, costumes, crenças e valores que conformam a baseda vida

cotidiana e que, somados ao saber acadêmico, constituem o currículo necessário à vida em sociedade (GUARÁ, 2006). Espera-se, com essa lógica curricular, favorecer o encontro interdisciplinar, bem como evitar a valoração entre um tempo de alegria, caracterizado por atividades não convencionalmente escolares, e um tempo de tristeza, caracterizado pelo conteúdo formal e acadêmico, pois a Educação Integral não pretende rachar a escola ou levantar um muro temporal conturbado e fragmentado.

Espaços - a escola não é só um espaço físico. É um clima de trabalho, uma postura, um modo de ser, conforme Freire (1993). Assim, a Educação Integral considera a existência de uma complexa rede de atores, ambientes, situações e aprendizagens que não podem ser reduzidas a mera escolarização, pois correspondem às diversas possibilidades, requisições sociais e expressões culturais presentes no cotidiano da vida.

Oportunidades - a opção pela educação integral emerge da própria responsabilidade dos sistemas de ensino. preconizada no artigo 22 da LDB 9.394/96: “A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. A Educação Integral depende, sobretudo, de relações que visam à integração, seja de conteúdo, seja de projetos, seja de intenções. Para ela, num mundo cada vez mais complexo, a gestão das necessidades humanas e sociais exige a contribuição de múltiplos atores e sujeitos sociais, de uma nova cultura de articulação e abertura de projetos individuais e coletivos para a composição com outros conhecimentos, programas e saberes (GUARÁ, 2006). Por todo exposto nossa escola busca construir processos integrativos com o objetivo de transformar a realidade, a estabelecer o cidadão, sempre partindo do conhecimento de seus contextos, práticas e experiências. Para tanto, não podemos deixar de esquecer as vivências teórico-metodológicas presentes em suas de Culturas a possibilitar construção do conhecimento por meio de cursos, oficinas, jornadas, grupos de pesquisa e trabalho, encontros, intercâmbios, seminários, debates, campanhas e fóruns. Esse é um sistema que incorpora projetos (curto prazo – feiras, gincanas, inter classe) e programas de ação (médio e longo prazo, alcance dos objetivos traçados nas metas factíveis) desenvolvidos como importantes ferramentas para a atuação, além de serem estabelecidos para educação transformadora e eficaz que projeta alcançar nos certames lugar em destaque no cenário do Distrito Federal, quiçá em cenário nacional.

O Centro Educacional 2 apresenta para seu grupo de estudantes uma possibilidade de aprender a prática com profissionais nas disciplinas de eletivas aquilo que o docente melhor conhece. Ademais, projetos e programas com as instituições do Sistema 'S' promovem em nosso ambiente uma possibilidade ímpar nesse sentido.

Vale destacar que parcerias com empresas e supermercados locais permitem trazer aos alunos experiências com o trabalho seja por meio de estágio ou por meio do programa "menor aprendiz". Juntamente busca-se junto a associações e parceiros a inclusão dos alunos e inserção no mercado de trabalho, seja para os que se destacam ou daqueles que necessitam de labor para auxílio na vida cotidiana.

12 - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR

A perspectiva pedagógica que se defende no Centro Educacional 02 do Cruzeiro é a de que a aprendizagem é uma construção coletiva, que se dá a partir de interações que os sujeitos de sala de aula estabelecem entre si e com o meio social em que vivem. O conhecimento escolar deve ser construído de forma dialógica e não pela transferência mecânica, como critica o educador Paulo Freire. O conhecimento que se constrói a partir de relações interativas, mobiliza, no aluno, a capacidade de criação, de significação e a ressignificação de conteúdo anteriormente construído, levando-o a novas investigações e, conseqüentemente, à autonomia da aprendizagem do aluno.

12.1 - Organização de tempos e espaços.

Buscando uma perspectiva de sucesso para a aprendizagem, é preciso que a organização deste espaço seja pensada como um ambiente acolhedor e prazeroso para o discente, ou seja, um lugar onde eles possam estudar e desenvolver sentindo-se estimulados e autônomos.

Nesse sentido a UE juntamente com o esforço da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) em conceber e implementar o currículo signatário da concepção de educação integral e de criar por meio da educação condições para que nossos jovens e adultos se humanizem, apropriando-se da cultura, produto do desenvolvimento histórico humano. Por meio desse conceito esta Secretaria propõe o currículo como um instrumento aberto em que os conhecimentos dialogam entre si, estimulando a pesquisa, a inovação e a utilização de recursos e práticas pedagógicas mais criativas, flexíveis e humanizadas.

Pelo tempo mostra-se a quantidade de horas que os professores de cada matéria terão para usar em sala de aula, as avaliações, cursos, os feriados, as férias, períodos em que o ano se divide, os dias letivos, as atividades extracurriculares (como campeonatos inter classe, festa junina, entre outros) e as atividades curriculares. A organização do tempo e do espaço é importante para o desenvolvimento integral do educando e é pensando nisso que temos o tempo de rotina escolar trabalhada em equipe, para que possamos transmitir comodidade aos nossos alunos como também os espaços que favorecem o crescimento, a identidade e a autonomia.

Por isso tem-se na organização do trabalho escolar nesta UE elementos contextuais: o ambiente, a escola e a sala de aula e elementos pessoais: aos alunos e os professores. Há também os recursos do ambiente, que podem ser espaços naturais ou construídos. Após esse entendimento, verifica-se a importância dessa delimitação para um avanço em conhecimentos essenciais para se compreender a prática escolar num espaço e tempo escolar real e numa perspectiva de possíveis mudanças com vistas a se efetivar uma nova prática, resultante de estudos e reflexões a partir de alguns referenciais teóricos comprometidos com uma educação que contemple a escola como espaço social, de lutas, de conflitos e de transformações, pretendemos, ao retornar a escola, pode provocar um sentido diferente no espaço escolar.

Revelar à escola, mais diretamente aos professores e equipe pedagógica, que está chegando alguém diferente, com olhar e ações diferentes, cujo objetivo não é o de apenas se manter diferente, mas contaminar a todos como se tivesse em suas mãos um instrumento mágico, leve, de efeitos tão surpreendentes que todos almejam ser tocados por ele.

Como é sabido o conhecimento a que tratamos não se esgota, pois há sempre muito mais a conhecer compreender e assim compreender as pessoas, nossos alunos, nossos colegas e o espaço e o tempo de cada um numa dimensão humana e social.

12.2 - Relação da escola-comunidade:

A relação escola-comunidade, junto a outras relações que envolvem a família e o resto das instituições sociais da localidade, constitui um dos vínculos essenciais para levar adiante o trabalho educativo da escola. Por isso, a implantação da gestão democrática escolar insere em sua estrutura todos os membros da comunidade educacional - gestores, coordenadores, professores, pais ou responsáveis, familiares, alunos e, em alguns casos, instâncias colegiadas - nos aspectos organizacionais da escola.

Nesse contexto, acredita-se que é fundamental garantir a igualdade, a liberdade, a participação, a transparência, a divisão de responsabilidades e a descentralização das decisões. Ao respeitar todos os princípios mencionados, a gestão consegue alcançar resultados satisfatórios. Para tanto a base da democracia é respeitada no momento em que se busca na estrutura escolar ratificar todas as posições estratégicas e de organização e representatividade por meio da eleição democrática seguindo a posição de maioria simples para o estabelecimento de seu quadro, com a maior transparência possível, como por

exemplo, eleição de:

- i. Gestor (direção por chapas);
- ii. Coordenadores
- iii. Representantes de sala;
- iv. Professor Conselheiro;
- v. Presidente de grêmio estudantil;
- vi. Presidente do Conselho escolar e
- vii. Presidentes da APAM.

Disso extrai-se o protagonismo dos pais/responsáveis nos diversos aspectos relevantes com a própria construção do modelo do PPP em questão. /a escola promove a solução de conflitos por meio da representatividade dos professores conselheiro e dos seus representantes de sala, além de oportunizar a momentos de resolução e definição da utilização de recursos por meio de audiências públicas escolares.

Há de se considerar que a escola busca com o comércio local e proximidades indicação e alocação de seus discentes no mercado de trabalho próximo além de promover seleção e fomento em diversas áreas do mercado de trabalho, como alguns parceiros temos o mercado Veneza e a AMHPDF – Associação dos Médicos e Hospitais Privados do Distrito Federal.

12.3 - Relação teoria e prática:

Nesta percepção acerca de ensino-aprendizagem, em se falando tanto de interdisciplinaridade como de CTS, o aluno deve ser considerado protagonista da aprendizagem, sujeitos históricos e sociais que devem exercer papel ativo, mediante a pesquisa, com características próprias de sua idade e da experiência do contexto onde está inserido. Portanto, são pessoas singulares e em desenvolvimento, agentes e produtores da vida social.

A partir dessa percepção processual de aprendizagem, o CED 02 busca criar condições para que alunos e educadores, seja no ensino médio regular ou na Educação de Jovens e Adultos, construam seu papel de produtores de conhecimento, com vista a uma inserção baseada no compromisso com a realidade social e as mudanças necessárias.

A proposta de educação que visamos implementar, assim como o Currículo em Movimento da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF) fundamenta-se

na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural, opção teórico-metodológica que se assenta, dentre os vários fatores, na realidade socioeconômica da população do Distrito Federal. Até porque a prática pedagógica mediante um currículo que se orienta pela perspectiva acima, no sentido de construir sujeitos autônomos e agentes de transformações sociais não pode desconsiderar o contexto social, econômico e cultural dos educandos. (Currículo em Movimento da Educação Básica. Pressupostos Teóricos. SEEDF, p.30, 2014).

12.4- Metodologias de Ensino

Além de contribuir para educação de qualidade, continuar-se a aprimorar a qualidade de ensino-aprendizagem é um grande desafio da educação para qualidade do ensino. Esta passa com certeza pela formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na educação. A melhoria da qualidade de ensino, indispensável para assegurar ao cidadão o pleno exercício da cidadania e a inserção das atividades produtivas que permita a elevação constante ao nível de vida, constitui um compromisso desta UE. Este compromisso, traduz-se na continuidade de aprendizagens e técnicas para o aperfeiçoamento da qualidade educacional.

Para isso, o CEd 02 conta com a rede de educação do Distrito Federal, por meio da escola de formação continuada – EAPE – e também com parcerias como o SEBRAE. Ademais, esta instituição realiza atividades necessárias à consecução da educação escolar e não se restringem ao trabalho do Estado, é essencial que a todos os demais profissionais que atuam no ambiente escolar sejam igualmente asseguradas condições para formação continuada, e nesse sentido trabalha-se com os talentos internos do Centro Educacional que conta em sua composição com vários professores Especialistas, Mestres e Doutores que doam seu tempo em corroborar com o compartilhamento de aprendizagens significativas nessa instituição.

A política global de formação dos profissionais em educação deve privilegiar uma sólida formação teórica, a relação teoria-prática, a interdisciplinaridade, a gestão democrática, a formação cultural, o desenvolvimento de compromisso cultural, ético e político da docência e dos trabalhadores que auxiliam sua realização, a reflexão crítica sobre a formação para o magistério, a fim de favorecer a qualidade da profissionalização e valorização dos profissionais.

A formação continuada dos profissionais da educação pública é garantida pela Secretaria de Educação, cuja atuação inclui a coordenação, o financiamento e a manutenção de programas como ação permanente, além de buscar parceria junto às universidades, instituições de ensino superior e assessorias voltadas para a educação. Esta formação deve estar diretamente relacionada ao ensino público, mas não há em nossa instituição a restrição de trocas com Universidades Públicas ou Privadas para garantir o enriquecimento e crescimento de nossos profissionais, trabalhando esses significativos desenvolvimentos ao

longo das coordenações, semanas pedagógicas e jornadas de ensino.

Nesse diapasão as metodologias de ensino perfazem um conjunto de técnicas e processos cujo objetivo é prover formação para alunos em distintas áreas do conhecimento. Por isso, há metodologias indicadas conforme o grau de instrução de cada um, bem como a proposta pedagógica de cada instituição.

Destarte, pelo princípio da unicidade entre teoria e prática, seja na prática pedagógica criadora, crítica, reflexiva, teoria e prática, ou seja, em processos como: leitura, escrita, pesquisa orientada, problematização, exploração de objetos, mapas, globos, resolução de problemas, procura-se pautado no Currículo Em Movimento da Educação Básica pressupostos teóricos que garantam as duas atribuições a ganhar novos significados que sejam colaborativos, complementares e efetivos. Ao reconhecer a unidade indissociável entre teoria e prática, é importante, também, considerar que, quando são tratadas isoladamente, assumem caráter absoluto, tratando-se na verdade de uma fragilidade no seio de uma unidade indissociável. Vásquez (1977) afirma que, ao falar de unidade entre teoria e prática, é preciso considerar a autonomia e a dependência de uma em relação à outra; entretanto, essa posição da prática em relação à teoria não dissolve a teoria na prática nem a prática na teoria, tendo em vista que a teoria, com sua autonomia relativa é indispensável à constituição da práxis e assume como instrumento teórico uma função prática, pois “é a sua capacidade de modelar idealmente um processo futuro que lhe permite ser um instrumento – às vezes decisivo – na práxis produtiva ou social”.

Nessa perspectiva de práxis, o conhecimento é integrado, há uma visão articulada de áreas de conhecimento/componentes curriculares, de saberes e de ciências; as metodologias são mais dinâmicas, mutáveis e articuladas aos conhecimentos. Dessa maneira o CEd 02 trabalha com uma visão tradicional, mas não deixa de usar em vários aspectos uma possibilidade Construtivista de ensino.

De tal maneira que nossa instituição busca metodologias no processo de ensino-aprendizagem que proporcionem avaliação das aprendizagens que adquiram sentido emancipatório quando passa a considerar o conhecimento em sua totalidade e em permanente construção. Para garantir a unicidade da teoria-prática no currículo e sua efetividade na sala de aula, a UE do CEd 02 privilegia estratégias de integração que promovam reflexão crítica, análise, síntese e aplicação de conceitos voltados para a construção do

conhecimento, permeados por incentivos constantes ao raciocínio, problematização, questionamento, dúvida.

O ensino articula teoria e prática e requer do professor e estudantes a tomada de consciência, revisão de concepções, definição de objetivos, reflexão sobre as ações desenvolvidas, estudo e análise da realidade para a qual se pensam as atividades. Para tanto são usados elementos articuladores entre as áreas de conhecimentos/ componentes curriculares e atividades educativas que favorecem a aproximação dos estudantes aos objetos de estudo, permitindo-lhes desvelar a realidade e atuar crítica e conscientemente, com vistas à apropriação/ produção de conhecimentos que fundamentam e operacionalizam o currículo, possibilitando encontrar respostas coletivas para problemas existentes no contexto social.

Para tanto, alguns princípios que norteiam as metodologias ativas de aprendizagem são usados, como a: problematização da realidade, trabalho colaborativo (em equipe) e professor assumindo um papel de mediador, ou facilitador, do processo de ensino-aprendizagem a buscar usar de forma multidisciplinar e interdisciplinar o desenvolvimento das atividades escolares.

A interdisciplinaridade pode integrar-se em outras áreas específicas, com o propósito de promover uma interação entre o aluno, professor e o cotidiano. (Bonatto, Barros, Gemeli, Lopes e Frison; 2012), ainda achamos que ela pode estimular alunos a desenvolver sua análise crítica, facilitar no traquejo com os currículos extensos.

A interdisciplinaridade surgiu na França e na Itália em meados da década de 60, num período marcado pelos movimentos estudantis que, dentre outras coisas, reivindicavam um ensino mais sintonizado com as grandes questões de ordem social, política e econômica da época (GONÇALVES; 2007).

Para Lenoir (2001), a interdisciplinaridade se estabelece em três planos: a interdisciplinaridade curricular, a interdisciplinaridade didática e a interdisciplinaridade pedagógica. A interdisciplinaridade curricular se estabelece no âmbito administrativo, nas Investigações em Ensino de Ciências e na construção do currículo escolar; define o lugar, os objetivos e programas de cada disciplina.

A interdisciplinaridade didática compreende o planejamento do trabalho interdisciplinar a ser realizado, aproximando os planos específicos de cada disciplina de modo que os conteúdos possam ser mais facilmente integrados. E, por fim, a interdisciplinaridade pedagógica, que trata da prática pedagógica interdisciplinar, isto é, aquela que ocorre na sala

de aula.

A interdisciplinaridade tem um papel bastante exaltado na educação, principalmente na modalidade de ensino para jovens e adultos. Pois essa modalidade visa a construção do um cidadão crítico e histórico, capaz de compreender seu papel social, político e econômico num mundo globalizado. Nessa Unidade Educacional busca-se um currículo que expresse ideias como conjunto de disciplinas/matérias, relação de atividades a serem desenvolvidas pela escola, resultados pretendidos de aprendizagem, relação de conteúdos claramente delimitados e separados entre si, com períodos de tempo rigidamente fixados e conteúdos selecionados para satisfazer alguns critérios avaliativos.

Nessa linha de raciocínio usa-se para o desenvolvimento metodológico algumas performances, que dentre elas destacamos: aprendizagem baseada em problemas, aprendizagem baseada em problemas, aprendizagem baseada em projetos, sala de aula invertida, gamificação e, por fim, o estudo de caso.

12.5 Organização da escolaridade: ciclos, séries e semestres

O Centro Educacional 02 do Cruzeiro está ancorado na Legislação Brasileira, tendo como norte a Lei de Diretrizes e Base da Educação; as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE (Resolução CNE/CEB 2/2012; o Currículo em Movimento implantado em 2014 nas escolas públicas do Distrito Federal; a regime anual, com oferta anual implantada, de forma pioneira, no CED 02-Cruzeiros, em 2013.

Como supracitado hoje tem-se no CEd 02 18 turmas de 2º e 3º anos no período matutino, Novo ensino médio - 1º anos e o curso técnico de Administração, uma parceria do SEBRAE e SEDF, concomitante com os estudantes da 3ª série da escola. Ainda se tem 17 turmas no noturno (todos os segmentos).

Em 2023, os três turnos em regime de regime anual, com oferta anual está a funcionar com 18 turmas de 3º anos, Novo ensino médio - 2º e 1º anos e o curso técnico de Administração, uma parceria do SEBRAE e SEDF, concomitante com os estudantes da 3ª série da nossa escola. Ainda há 17 turmas no noturno (todos os segmentos). Como se verá no item, **11.1.2 Regime anual, com oferta semestral organização curricular**, poder-se-á observar toda a distribuição e organização escolar com a base curricular vigente, como o funcionamento dos distintos segmento escolares e a organização dos blocos e modalidades de ensino em vigor no

ano de 2023. Para tanto, disponibilizar-se-á também o alinhamento de diretrizes de avaliação.

Etapa(s) e/ou modalidades segmentos, anos e/ou séries ofertados na unidade escolar:

A organização no tempo escolar de acordo com as fases de crescimento do ser humano. Como é sabido a última etapa da educação básica é o ensino médio, que congrega o 1º, 2º e 3º ano do ensino médio. O novo currículo do Ensino Médio é organizado por áreas de conhecimento e não por matérias e será composta por 4 áreas de conhecimento mais 1 de formação Técnica e Profissional. Na nova estrutura, até 1.800 horas da carga horária contemplam habilidades e competências relacionadas às 04 áreas do conhecimento.

Nesse sentido, essa UE comporta ainda dois currículos de ensino. Os ciclos são uma tentativa de regularizar o fluxo dos alunos ao longo das séries na escola, superando o fracasso escolar das altas taxas de reprovação, é a concepção do conhecimento, ensino, aprendizado, currículo. No currículo anterior, pressupunha o ensino por série, onde existia a retenção/reprovação. - Mesmo conteúdo do sistema seriado, só que organizado em ciclos de estudo, onde cada aluno tem um tempo maior para se apoderar das aptidões específicas do que foi estudado.

A BNCC dá centralidade aos aspectos éticos envolvidos nas diferentes competências e habilidades. Já nas Competências Gerais da Educação Básica, encontramos em destaque os aspectos éticos envolvidos no uso de tecnologias digitais de informação (Competência Geral 5), os direitos humanos, o meio ambiente, o consumo e os cuidados pessoais (Competência Geral 7) e a tomada de decisões (Competência Geral 10).

O trabalho pedagógico, normalmente, entende-se todo o trabalho cujas bases estejam, de alguma forma, relacionadas ao fazer pedagógico numa escola, evidenciando, portanto, métodos, questões curriculares, avaliação, recuperação e acompanhamento de

alunos, serviço de orientação, conselhos de classe e as coordenações pedagógicas, que estruturam e viabilizam todas as atividades pedagógicas mediante o planejamento coletivo, tendo em vista o alcance de objetivos relativos à produção de conhecimentos.

Pela sua natureza, não é um trabalho simples, pois, mais do que saberes, exige interação entre sujeitos, possibilidade de linguagens em interlocução e capacidade de conciliação entre propostas e referenciais teórico-metodológicos que, geralmente, norteiam as atividades e discussões coletivas.

Nesta perspectiva, as reflexões e demandas acerca da organização do trabalho pedagógico, em nível de coordenação pedagógica, em nossa escola, atribuem relevância à duas dimensões referenciais: a primeira busca compreender e interpretar a legislação vigente que norteia diretamente o Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e a Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e a segunda que se fundamenta nos marcos regulatórios da Constituição Federal de 1988 e na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que se concretizam na Lei nº 13.005 de 26 de junho de 2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE – 2014/2024) e na Lei na Lei nº 4.752 de 7 de fevereiro de 2012 que trata do Sistema de Ensino e a Gestão democrática do Sistema de ensino Público do Distrito Federal.

Assim, a Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) requer um novo olhar sobre a escola com base no entendimento de que essa tarefa não é atribuição específica dos gestores escolares e coordenadores pedagógicos. É um princípio democrático orientador de todo o trabalho da comunidade escolar que encontra aporte na meta 19 (estratégia 19) do PNE, que define como intenção “estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as), e seus familiares na formulação do projeto pedagógico, currículos escolares, planos de gestão escolar (...)”, dentre outras iniciativas. (BRASIL, 2014).

Um dos objetivos desse PPP é promover a autonomia na gestão administrativa e pedagógica, por meio de ações que se adequam à realidade, identidade, diversidade cultural e religiosa dessa instituição escolar.

Assim, essa instituição de ensino considera suas particularidades e traz para melhor desenvolvimento de seus discentes o que se indica no plano nacional a considerar seus ciclos, modelos e currículos em transição e ação.

13. Oferta do Ensino Médio:

O Ensino Médio é focado no protagonismo e na autonomia dos estudantes, que podem escolher de acordo com as áreas de interesse, facilitando a carreira profissional e a preparação para o mundo do trabalho (SEDF; 2022).

O novo currículo do Ensino Médio é composto pela Formação Geral Básica (FGB) ofertada três vezes por semana (segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira) e pelo Itinerário Formativo (IF) ofertado duas vezes por semana (terça-feira e quinta-feira).

A FGB está constituída pelas quatro áreas do conhecimento e seus respectivos componentes curriculares: Linguagens e suas Tecnologias (Língua Portuguesa, Arte, Língua Inglesa, Língua Espanhola e Educação Física); Matemática e suas Tecnologias (Matemática); Ciências da Natureza e suas tecnologias (Física, Química e Biologia) e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Filosofia, Geografia, História e Sociologia) em consonância com as competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e com os objetivos de aprendizagem do Currículo em Movimento da rede pública de Ensino do Distrito Federal.

13.1 - Itinerários formativos:

O Centro Educacional 02 do Cruzeiro oferece a todas as suas turmas de Ensino médio desde 2022 o Itinerário Formativo por Áreas do Conhecimento (IFAC). Este Itinerário é composto pela unidade curricular Projeto de Vida, por unidades curriculares Eletivas, por Trilhas de Aprendizagem e por Projeto Interventivo.

As oito turmas de 1ª série que compõem o turno vespertino cursam o Projeto de Vida e cinco Eletivas. As Eletivas dos dois primeiros semestres são oferecidas de acordo com a opção das turmas dos alunos.

As turmas ABCD no primeiro semestre estão na Opção A e cursam Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física, Arte, Língua Espanhola, Física, Química e Biologia, e as turmas EFGH estão na Opção B e cursam Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física, Língua Inglesa, Filosofia, Geografia, História e Sociologia. No segundo semestre, os componentes curriculares semestrais são invertidos. Dessa forma, as eletivas são muito relevantes e caracterizadas nesta série como reforço e /ou aprofundamento, sendo realizadas

concomitantemente com os seus respectivos componentes curriculares e seus professores.

13.2 - Estratégias para o processo de escolha das eletivas e das Trilhas de Aprendizagem pelos estudantes

Nas turmas de primeiro ano do ensino médio a escolha da eletiva se faz por opção daquelas que no início do ano foram construídas e disponibilizadas para famílias e alunos em reunião inaugural. Nesse momento pais, alunos e toda a comunidade escolar pode construir, sugerir os conteúdos mais importantes no contexto de sua aprendizagem. O grau de importância inicial foi ao encontro com aquele que inicialmente buscam os certames do PAS/UnB e ENEM. Essa construção foi muito importante para adequação curricular, pois o aluno consegue fazer sua escolha e avaliação daquilo que realmente seria importante para sua formação e que lhe interessa. As eletivas, então, levam em consideração os interesses e anseios de toda a comunidade acadêmica, a aumentar se protagonismo e engajamento.

Deve-se cuidar, que com esse modelo conseguimos compor os anseios dos responsáveis e dos discentes para escolha mais próxima da idealização de sua carreira.

Nas turmas de 2ª e 3ª séries, no turno matutino, os alunos já escolhem a sua Trilha de Aprendizagem e suas Eletivas. As Trilhas de Aprendizagem são ofertadas por esta unidade escolar de acordo com os professores determinados a atuar com o IF de acordo com a modulação do ano vigente. Além dessa estratégia, ressalta-se a importância de oferecer as unidades curriculares que compõem as trilhas de acordo com o interesse e formação do professor designado.

Assim que as possíveis trilhas são escolhidas, a coordenação pedagógica e todos os professores do turno divulgam e orientam os alunos a fazerem e suas escolhas de forma adequada e interessante para o aluno realizam as inscrições de cada aluno nas turmas pretendidas. Estratégia esta utilizada para equilibrar o número de estudantes por turma.

Cabe ressaltar que as trilhas se compõem de uma interação participativa, nas quais conseguimos compreender e mapear os interesses dos grupos a realizar a apresentação da estrutura capaz de o estudante ver sua jornada estratégica pedagógica ao longo de todo ensino médio.

13.3 - Organização do IFAC das Unidades Curriculares Eletivas e das Trilhas de Aprendizagem, do Projeto Interventivo e do Projeto de Vida

Não menos importante está inserido na oferta aos discentes o Projeto Interventivo e o Projeto de vida a fim de corrigir distorções e ao mesmo tempo possibilitar acompanhar e direcionar ao estudante sua carreira ou caminho de superação com vista ao seu desenvolvimento acadêmico e profissional.

Seguindo os critérios descritos acima, neste ano letivo aos alunos da 2ª série são oferecidas as trilhas Leitura: uma janela para o mundo; Multimídia: do rádio ao podcast; A vida é uma arte sem fim e engenhando o mundo. Aos alunos da 3ª série são oferecidas as trilhas Multimídia: do rádio ao podcast; A vida é uma arte sem fim; A incrível máquina humana e Admirável mundo novo.

Ressalta-se que cada trilha é constituída por unidades curriculares específicas e indicadas para cada semestre de acordo com seu eixo estruturante conforme o Catálogo de Trilhas de Aprendizagem do Novo Ensino Médio. Além das trilhas indicadas acima e do Projeto de Vida, os alunos podem escolher as seguintes eletivas organizadas por área de conhecimento:

Os projetos interventivos são distribuídos dentro da carga horária do docente e da grade horária curricular de modo a não atrapalhar o desenvolvimento do educando e permitir que esse acompanhe o fluxo de estudo. Para tanto desenvolve-se seja nas disciplinas de Formação Geral Básica ou nas Eletivas conteúdos que possibilitam retomadas a corrigir distorções e pré-requisitos não alcançados.

Busca-se, também, junto a parceria com OSCIP e OS promover a educação por meio de projetos e oferta de conhecimento que desenvolvam os docentes, mais precisamente o sistema “S” (SEBRAE – SESI – SENAC).

Faz-se saber que as disciplinas ligadas ao empreendedorismo são uma oferta desses parceiros a estabelecer uma oferta das IFTP pelas próprias parceiras integrantes do sistema “S”.

Linguagens e suas tecnologias	Matemática e suas tecnologias	Ciências da natureza e suas tecnologias	Ciências humanas e sociais aplicadas
Projeto de redação; Espanhol no PAS / UnB; Espanhol no ENEM; Língua inglesa para o PAS / ENEM; Educação física e corpo humano; Futsal; Criação teatral: do roteiro ao palco; Arte em foco.	Obmep na escola; Tópicos de matemática para exames; Geometria plana: no mundo e na prática; Matemática básica para a vida.	Física para o ENEM; Química para exames; Tópicos essenciais em química.	Sociologia para o PAS; Sociologia para o ENEM; História para o PAS; PAS humanidades; As origens da evolução dos movimentos trabalhistas no Brasil; Atualidades em debate; Geografia para o PAS; Olimpíadas das ciências humanas.

13.4 -Estratégias de divulgação e incentivo da participação dos estudantes no IFTP

O Itinerário de Formação Técnica e Profissional (IFTP) é composto pela unidade curricular Projeto de Vida, por cursos técnicos, por cursos de qualificação profissional e por unidade curriculares eletivas.

Esse itinerário possui Processo Seletivo para ingresso no início do ano eletivo. No CED 02 do Cruzeiro este Processo Seletivo foi divulgado aos alunos e aos seus responsáveis por meio das redes sociais e na primeira reunião de pais.

13.5 - Organização do IFLE

O Itinerário Formativo Língua Espanhola (IFLE) é composto pela unidade curricular Língua Espanhola ofertada nas três séries do Ensino Médio e tem duas horas-aula semanais. Compõe a Opção A da Formação Geral Básica, desse modo a avaliação deste IF é orientada pelas regras dos componentes curriculares da FGB, e seus resultados computam na Média da Área de Códigos e Linguagens.

14– APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS DESENVOLVIDOS NA UNIDADE ESCOLAR

Em nossa Unidade Escolar os programas e projetos institucionais são desenvolvidos com o objetivo de facilitar o processo de aprendizagem, proporcionar mais acesso à educação e gerar mais compreensão acerca de temas sociais e de conscientização. O objetivo é promover uma ampla reflexão sobre o trabalho pedagógico desenvolvido nos espaços educativos, envolvendo educandos, comunidade, professores, educadores populares e toda a comunidade nessa reflexão e na transformação das práticas para que a qualidade sociocultural e socioambiental da educação seja socialmente referenciada.

Ou melhor, visa-se a oportunizar aprendizagens significativas à vida dos(as) educandos(as) e à autonomia de todos os sujeitos que participa do processo de ensino e de aprendizagem. Nessa seara participam equipe técnico-pedagógica da UE, supervisores, gestor da Unidade Educacional (diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos), professores, representantes dos/as alunos/as (crianças, adolescentes, jovens e adultos), representantes dos funcionários administrativo e operacional da escola, representantes da comunidade escolar (pais, mães, responsáveis pelas crianças, familiares, movimentos sociais, ong's etc.), educadores/as de Jovens e Adultos e monitores e Professores especialistas: Inglês, Educação Artística, Educação Física dentre outros.

Por meio da realização da Leitura do Mundo, informações sobre a escola e a comunidade foram coletadas e discutidas com a coletividade. É importante destacar que o documento final foi sistematizado por grupos de trabalho constituídos nas unidades educacionais com representantes de todos os segmentos.

Dessa maneira destaca-se que no CEd 02 apresenta-se programas e projetos desenvolvidos nesse Distrito como: CID – Circuito de Ciências – PIBID /UnB – Haldas Habilidades, bem como faz-se parte do Programa Federal: Pé de Meia.

15– Apresentação dos Projetos Específicos da Unidade Escolar

15.1- Articulação dos objetivos com o PPP

Antes de começar a pormenorizar, faz-se saber que os projetos abaixo descritos são específicos desta unidade escolar, diferentemente daqueles em que foram supracitados anteriormente, que descreviam os relativos a projetos e programas da Unidade da Federação ou em nível nacional.

Projetos interdisciplinares, Componente Curricular, por áreas do conhecimento, entre áreas do conhecimento e outros.

Projeto EXPOCIE – (Feira de Ciência e Cultura)

OBJETIVO –Inserir a integração curricular nas práticas pedagógicas de sala de aula, de modo adenvolver no aluno o gosto pela pesquisa como princípio pedagógico e a introdução das culturas científicas e tecnológicas, bem como a autonomia intelectual do aluno frente ao processo de ensino-aprendizagem.

Principais ações – Implementar as práticas pedagógicas do professor, de modo a viabilizar a integração curricular, em sala de aula, no sentido de desenvolver a interdisciplinaridade e a contextualização da aprendizagem. É uma perspectiva que intercala teoria e prática, através de eixos temáticos e dos integradores ciência, trabalho, tecnologia e cultura, a partir de um planejamento coletivo e bimestral/semestral, conforme decisão coletiva, nas coordenações pedagógicas, visando a apresentação coletiva, mediante a promoção de feiras de ciências e cultura, como evento integrador de todo o processo escolar bimestral/semestral.

Novamente, esclarece-se da importância em planejamento e preteritamente da solicitação a Secretaria de Estado de Educação por meio da Coordenadoria Regional de Ensino a solicitação de transporte escolar para realização das atividades a serem desenvolvidas. Essas atividades pedagógicas externas exigem a demanda de deslocamento que fica prejudicada caso não ocorra o atendimento da demanda por deslocamento prevista.

Responsáveis: Professores, coordenação e direção.

Avaliação: As avaliações são feitas de formas diversificadas, seja pelos professores, os próprios alunos e convidados: como por exemplo avaliadores da CRE. Elas devem compor a verificação bimestral da aprendizagem e se compõem de momentos antes, durante e depois da apresentação. Há também uma avaliação feita pelo corpo docente das atividades desenvolvidas e acompanhamento do desenvolvimento do trabalho.

Projeto Eventos Integradores – SEMANA EJA

OBJETIVO – Inserir a integração curricular nas práticas pedagógicas de sala de aula, de modo a desenvolver no aluno o gosto pela pesquisa como princípio pedagógico e a introdução das culturas científicas e tecnológicas, bem como a autonomia intelectual do aluno frente ao processo de ensino-aprendizagem.

Principais ações – Implementar as práticas pedagógicas do professor, de modo a viabilizar a integração curricular, em sala de aula, no sentido de desenvolver a interdisciplinaridade e contextualização da aprendizagem. É uma perspectiva que intercala teoria e prática, através de eixos temáticos e dos integradores: ciência, tecnologia, cultura e o mundo do trabalho, a partir de um planejamento coletivo e semestral, nas coordenações pedagógicas, visando a

apresentação coletiva, mediante a promoção da Semana EJA, como evento integrador de todo o processo escolar semestral.

Responsáveis: Professores, coordenação e direção.

Avaliação: As avaliações são feitas de formas diversificadas, seja pelos professores, os próprios alunos e convidados: como por exemplo avaliadores da CRE. Elas devem compor a verificação bimestral da aprendizagem e se compõem de momentos antes, durante e depois da apresentação. Há também uma avaliação feita pelo corpo docente das atividades desenvolvidas e acompanhamento do desenvolvimento do trabalho.

15.2 Articulação Com Currículo Em Movimento

Projeto de Iniciação Científica e apoio pedagógico

OBJETIVO – Desenvolver nos alunos o gosto pela pesquisa como princípio pedagógico, a introdução das culturas científicas e tecnológicas e a seleção de trabalhos científicos para a feira de ciências regional da SEEDF.

Neste grupo constam aqueles projetos de apoio didático-pedagógico que têm como finalidade apoiar a prática pedagógica, quer no sentido de suprir as dificuldades de acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem pelo aluno; quer no sentido de reforçar a implementação da prática pedagógica, de forma grupal ou por área de conhecimento ou mesmo individualizado, a partir da pesquisa como princípio pedagógico ou de práticas sociais de letramento contextualizadas.

Principais ações: Caracterizar-se como um instrumento complementar da implementação do processo de integração curricular. Será organizado através da seleção voluntária de turmas para o desenvolvimento de pesquisa direcionada, no 2º bimestre, mediante o método científico, intercalando teoria e prática, no contexto de sala de aula do ensino médio regular. Dentre outras questões reforçar na prática pedagógica do professor a interdisciplinaridade e a contextualização da aprendizagem, bem como a autonomia intelectual do aluno no processo de ensino-aprendizagem e produção de trabalhos científicos e, conseqüentemente, a apresentação dos mesmos no final do 2º bimestre.

Deste grupo também faz parte aqueles projetos de apoio técnico pedagógicos, oriundos do laboratório, da informática, da biblioteca ou de qualquer um dos setores que compreende a estrutura administrativa da escola, que têm por natureza fornecer suporte técnico às atividades, visando o melhor desempenho das práticas escolares.

Responsáveis: Professores e coordenação.

Avaliação: As avaliações são feitas de formas diversificadas, seja pelos professores, os próprios alunos e convidados: alunos de outras UEs. Elas devem compor a verificação bimestral da aprendizagem e se compõem de momentos antes, durante e depois da apresentação. Há também uma avaliação feita pelo corpo docente das atividades desenvolvidas e acompanhamento do desenvolvimento do trabalho.

15.3 Articulação com PDE e/ou com PPA e/ou PEI e/ou ODS

Projeto: Saídas Pedagógicas

OBJETIVO - Desenvolver a interdisciplinaridade e essencialmente a contextualização dos conteúdos, mediante a participação ativa dos alunos em experiências afins e práticas sociais externas, visando aumentar e consolidar o conhecimento dos mesmos, por meio de experiências fora do contexto escolar e a participação dos professores.

Principais ações – Estruturar e articular todas as experiências extraclases ou saídas à campo como Saídas Pedagógicas, de forma virtual, quando possível, até o fim da pandemia de modo a dinamiza-las e organiza-las, criteriosamente, mediante protocolo próprio da coordenação pedagógica, no sentido da contextualização das práticas pedagógicas do professor, a partir de experiências e práticas sociais externas.

Estas Saídas devem ser previamente inseridas no contexto da prática pedagógica de sala de aula, mediante planejamento coletivo entre, pelo menos, dois componentes curriculares e devidamente as seguradas no sistema de avaliação destes componentes, pelos seus respectivos titulares, considerando a conveniência e andamento do processo de sala de aula dos demais professores.

Trata-se de um único projeto que abarca todos os turnos da escola, segundo as peculiaridades de cada um e deve ser implementado por um plano de ação próprio para cada turno, flexível e renovável a cada bimestre/semestre, sob a responsabilidade da coordenação pedagógica e da gestão da escola.

Responsáveis: Professores, coordenação e direção.

Avaliação: As avaliações são feitas de formas diversificadas, seja pelos professores, os próprios alunos. Há também uma avaliação feita pelo corpo docente das atividades desenvolvidas e acompanhamento do desenvolvimento do trabalho.

Projeto Aulão Interdisciplinar

OBJETIVO – Preparação dos alunos para as avaliações externas – PAS e ENEM, no contexto do

processo de ensino-aprendizagem, através de aulas com enfoque nas matrizes de referência dos exames externos.

Principais ações – Desenvolver estratégias que diagnostique as fragilidades no preparo acadêmico do aluno do turno diurno e o familiarize com as provas externas – PAS e ENEM, através da realização de aulas interdisciplinar e contextualizadas com enfoque nas matrizes de referências dos exames externos. Pode ser ministrada por um docente ou por mais de um, de forma coletiva, no auditório da escola ou mesmo nas salas de aulas.

Responsáveis: Professores e coordenação

Avaliação: As avaliações são feitas de formas diversificadas, seja pelos professores, os próprios alunos. Há também uma avaliação feita pelo corpo docente das atividades desenvolvidas e acompanhamento do desenvolvimento do trabalho.

Projeto Monitorias de Matemática

OBJETIVO – Promover a recuperação dos alunos que se encontram com rendimento abaixo da média no componente curricular matemática, de modo a promover sua inserção no ritmo de acompanhamento das aulas regulares do componente.

Principais ações – Desenvolver estratégias interventivas de recuperação e reforço para diminuir o índice de reprovação no componente curricular matemática e, conseqüentemente, recuperar os conteúdos dos alunos que ficaram em defasagem no bimestre anterior. Este projeto destina-se aos alunos do turno diurno e deve ser desenvolvido no turno vespertino, a partir de um monitor para pequenos grupos de alunos com dificuldades de aprendizagem no referido componente.

Responsáveis: Professores de matemática e coordenação

Avaliação: As avaliações são feitas pelos professores, os próprios alunos e convidados, bem como os professores da área de exatas.

16 – Apresentação dos Programas e Projetos desenvolvidos na Unidade Escolar em Parceria com outras instituições, Órgãos do Governo e/ou Com Organização da Sociedade Civil

16.1 Articulação com os objetivos de as metas do PPP

Projeto de Recuperação de Estudos

META – Implementar as condições necessárias para a efetivação de estratégias eficazes e permanentes de intervenção. Por um lado, junto àqueles alunos que após a realização da avaliação diagnóstica confirmar deficiências significativas nas práticas básicas de letramento (leitura, escrita e interpretação) e nos pré-requisitos básicos de matemática. Por outro lado, na recuperação de estudos daqueles estudantes que após passar por todas as etapas de aprendizagem e avaliação do período letivo e, por decisão do conselho de classe, não estiver apto para o módulo seguinte, resultando seu aproveitamento em aprendizagem pouco evidenciada - APE, em até dois componentes curriculares.

Este projeto é exclusividade dos alunos da EJA, especialmente aqueles do Curso Técnico em Serviços Públicos Integrado à Educação de Jovens e Adultos – EJA, conforme prever o plano de curso do referido curso, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal – CEDF.

OBJETIVO – Viabilizar a realização das práticas pedagógicas interventivas para os alunos com problemas de defasagem na aprendizagem ou com problemas relacionados a idade/serie, bem como com falta de pré-requisitos.

16.2 Articulação com os objetivos de as metas do PPP

O CEd 02 do Cruzeiro pressupõe uma organização escolar dos componentes curriculares a partir do seu PPP para apoiar e fortalecer o trabalho do professor em sala de aula, na perspectiva de construir uma prática pedagógica centrada no aluno, com ações para eles concebidas e se possível com eles.

A prática educativa deve ir ao encontro dos objetivos definidos na proposta pedagógica, sem perder a especificidade de cada área, os conteúdos e estratégias de avaliação que devem

levar o aluno a refletir de maneira autônoma sobre seu aprendizado. O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da escola.

No âmbito escolar, a participação é o principal meio de se garantir a gestão democrática, viabilizando o envolvimento de todos os profissionais e usuários no processo de tomada de decisões. Propicia a todos a compreensão dos objetivos e metas da estrutura organizacional, de suas ações, das relações da escola com a comunidade, contribuindo para uma maior proximidade entre professores, alunos e pais. Assim, é indispensável o trabalho em equipe, de forma colaborativa e solidária, primando pela formação e a aprendizagem do aluno e que se aproxima do contato com o mundo Acadêmico e profissional a partir da relação com parceiros como SESC, SESI, SEBRAE e SENAC – principalmente no que tange as disciplinas eletivas ofertadas.

16.3 Articulação com o PDE e/ou com PPA e/ou com PEI e/ou ODS

Acredita-se que o custo relacionado em educação se trata de um investimento na jornada para as gerações futuras. Essa jornada inclui estágios de implantação, e o CEd 02 tem possui estratégias em etapas de sua jornada, incluindo compartilhamento entre pares, e de estratégias de portfólio (trabalhos), práticas de acolhimento e acesso a projetos de pesquisa desenvolvido por profissionais experientes e capacitados para o desenvolvimento do corpo discente.

Para quem está começando, o CEd 02 criou um programa abrangente de eletivas direcionadas ao PAS/UnB e ENEM, que está incluído na sua estrutura. E como forma de estímulo parceiros como mercados, farmácias e demais grupos da sociedade procuram os serviços disponibilizados para oferta de estágios, seleção para menores aprendizes e primeiro emprego como forma de incentivar o estudo. O objetivo da série de ofertas acadêmicas e profissionais é fornecer aos “Alunos” ferramentas de que precisam para começar sua jornada acadêmica e profissional.

Quando é falado sobre em meio ambiente equilibrado de busca-se mostrar o que

realmente significa: Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação e travar e reverter a degradação da terra e travar a perda de biodiversidade. Mas, para isso nossos educandos necessitam ter de onde recorrer para extrair recursos na praxis para sobrevivência sua e de sua família.

Portanto, articular o mecanismo económico e sustentável e incluir os discentes em suas necessidades nos propiciam aproxima-los de uma possibilidade real de manter um meio equilibrado e possível.

17– Desenvolvimento do Processo Avaliativo da Unidade Escolar:

17.1 Avaliação para as aprendizagens

A concepção de educação defendida neste projeto aponta para um sistema de avaliação que se caracterize, essencialmente, formativo, o que, de antemão, é conveniente ressaltar que não são os instrumentos/procedimentos que definem a função formativa das avaliações, mas a intenção do professor, e o uso que se faz deles (Hadji, 2001). Por isso, o entendimento e a compreensão do professor acerca desta modalidade de avaliar são imprescindíveis para compreender a diferença entre avaliação da aprendizagem e avaliação para a aprendizagem que é a melhor forma de definir a avaliação formativa.

Neste sentido, o CED 02 propõe a superação da pura e simples perspectiva quantitativa e classificatória de avaliar, dando lugar a avaliação formativa, cujos princípios exigem que a avaliação diagnóstica que a acompanha aponte as necessidades de intervenções pedagógicas, oferecidas sempre que se julgar conveniente. Como destacam as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF – triênio 2014 – 2016, "é importante destacar que os instrumentos/procedimentos avaliativos devem expressar claramente os objetivos de aprendizagem e os critérios de avaliação", (p. 17).

O CED 02, portanto, propõe a utilização de formas diferentes de avaliar que contribua para o sucesso do processo de aprendizagem do aluno e que toda a prática avaliativa esteja, impreterivelmente, resguardada pelo que preceitua as diretrizes acima citadas, principalmente, no que diz respeito aos tipos de instrumentos de avaliação que potencializam as práticas de avaliação formativa como portfólios, registros reflexivos, seminários, provas, pesquisas, verificação de registros diários no caderno, etc. Como diz Villas Boas (2013) "avaliar não se confunde com medida. Medir é apenas uma pequena parte do processo

avaliativo, corresponde à obtenção de informações”

Estratégias que implementam a perspectiva formativa da avaliação para as aprendizagens:

Avaliação do Ensino médio - Diurno

A definição fundamental da LDB sobre a avaliação está no inciso V do artigo 24, sobre a organização da educação básica. Nele, são indicados os critérios para a verificação do rendimento escolar. O primeiro critério é: Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais e, um outro critério que se pode destacar é a obrigatoriedade de estudos de recuperação de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar (BRASIL, 2008). Vale ressaltar este ponto porque uma escola que prima pela inclusão social não pode reforçar nenhum tipo de exclusão.

Considerando o acima exposto, em nossa escola são adotadas metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes, reforçando assim a construção da sua autonomia frente ao processo de ensino e de aprendizagem.

No Centro Educacional 2, o processo avaliativo é de caráter formativo e delimitado pelas determinações propostas pelas DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, conforme já mencionado acima. Ao se dispor do mecanismo de provas e testes, que não deve superar o percentual de 50% da nota total, é imperativo considerar os seguintes critérios:

- Questionar para que o aluno responda de forma reflexiva, sem decorar;
Avaliar com enunciados e questões com entendimentos claros;
- Avaliar, por meio de questão, sempre que possível com um texto que a embase; Elaborar questão que exija uma reflexão e senso crítico do aluno como comparar, interpretar e relacionar;
- Conectar os objetivos de aprendizagem, e o nível em que se encontram os estudantes em relação ao conteúdo ministrados, em sala de aula, com as questões propostas; Considerar as situações reais ou similares àquelas que o aluno pode encontrar na vida real e principalmente no meio em que ele vive, sem deixar de contextualizar;
- Corrigir e dar “feedback” aos alunos por meio das correções das questões

após emissão da nota, em sala de aula, para que o aluno possa melhorar a partir da avaliação recebida;

- Nunca usar as expressões “cite exemplos” ou “na sua opinião” nas avaliações elaboradas;
- Nunca usar questões de múltiplas escolhas com opções do tipo () VFVFVF()
Nunca usar a expressão “apenas” nas questões propostas;
- Considerar o raciocínio lógico;
- Avaliar de forma que o aluno aprenda, também, ao resolver as questões;
Comunicar aos alunos, o que será estudado no período e como será a avaliação;

Quanto ao Ensino Médio regular, foram discutidos nas Coordenações Pedagógicas, os critérios de avaliação para as atividades pedagógicas desenvolvidas pelos alunos na escola. As diversas atividades desenvolvidas pelos alunos, durante o processo de construção da aprendizagem, devem ser avaliadas. Em nossa escola, a avaliação não deve se resumir à aplicação de provas e testes ou a critérios puramente de medidas. Enquanto se aprende se avalia. A medição, quando realizada, deve ser avaliada para que sejam procedidas ações interventivas e não classificatórias. Tudo isto completa o ciclo de avaliação dos alunos no CED 02. No entanto, como o “sistema” nos obriga a atribuir um valor para cada aluno avaliado nos aspectos e atividades acima definidos, abaixo reproduzimos um quadro que representa as diversas atividades avaliadas e os valores de zero a dez atribuídos a cada conjunto de atividades.

Itens	Descrições das atividades avaliativas	Valor das atividades		Atividades avaliativas no CED2-Cruzeiro
1	Trabalhos em sala de aula, lista de exercícios, seminários, entrevistas gravadas ou escritas, júris simulados	4,0	Individual	Avaliações denominadas AVALIAÇÕES CONTÍNUAS. São avaliações das atividades executadas e aplicadas pelos professores, de forma contínua, dentro e fora da sala de aula. As notas obtidas valem apenas para a disciplina objeto da atividade.

	s, debates, elaboração e montagem de filmes e documentários em curta metragem, produção de textos nos diferentes gêneros.			
2	Provas interdisciplinares Ou Observações verbais ou escritas, elaboradas pelos alunos para fenômenos observados. EXPOCIE-Feira de Ciências Arte e Cultura do CED 02-Cruzeiro	2,0	Coletiva. Nota única para cada aluno em todas as disciplinas	Avaliação denominada INTERDISCIPLINAR. É uma avaliação definida pelo CED2-Cruzeiro em conjunto com os professores. Esta avaliação é elaborada mediante um tema gerador definido pelos professores. É aplicada em duas ocasiões no semestre, envolvendo todas as disciplinas. Cada avaliação aplicada tem o valor de 1,5 pontos. Para os professores de Português, Matemática e Educação Física, vale 0,75 para cada avaliação aplicada. As notas obtidas nessas avaliações devem ser lançadas, para cada aluno, como nota única para todas as disciplinas. Esta avaliação é válida para todas as disciplinas. Outra forma: Avaliação por meio de observações verbais ou escritas. São atividades realizadas de forma verbal ou não. São realizadas pelos alunos para fenômenos observados tanto na EXPOCIE ou em outro evento na escola. EXPOCIE-Feira de Artes, Ciências e Cultura no CED 02-Cruzeiro. Nesta feira, apresentada ao final de cada semestre, duas vezes por ano são apresentadas pelos alunos as práticas derivadas das teorias aprendidas em sala de aula de forma interdisciplinar em no mínimo três disciplinas. As notas obtidas nessas avaliações devem ser lançadas, para cada aluno, como nota única para todas as disciplinas. Válida para todas as disciplinas
3	Prova disciplinar:	3,0	Individual com supervisão da coordenação.	Avaliações oriundas de uma prova escrita com dez questões. Sendo recomendadas questões abertas ou de cálculos para o desenvolvimento da escrita e da linguagem matemática. Com objetivo de procurar nas habilidades desenvolvidas em sala que não foram alcançadas. Para que possam fazer a recuperação contínua.

4	Trabalhos interdisciplinares	1,0	Coletivo. A nota do aluno será atribuída somente para os professores atuantes.	Avaliações nas quais podem ter de dois professores até todos os docentes. Buscando nestes trabalhos o desenvolvimento de aspectos sócio científicos como: CTS e Educação ambiental.
	Total	10,0		

Práticas Pedagógicas de Avaliação da EJA

A avaliação deverá ser integrada, centrada na organização do processo de ensino e aprendizagem, tanto quanto no desempenho dos educandos, de forma diagnóstica contínua e progressiva, abrangendo todos os momentos, observando-se os mesmos critérios de avaliação estabelecidos no Plano de curso do Técnico em Serviços Públicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos.

A avaliação, elemento fundamental para acompanhamento e redirecionamento do processo de desenvolvimento de competências, estará voltada para a construção dos perfis e conclusão estabelecidos para a habilitação profissional e as respectivas qualificações previstas.

O caráter diagnóstico do processo de avaliação permite oportunizar condições de superação dos baixos rendimentos do aluno, no processo, bem como subsidiar as decisões do Conselhos de Classe acerca dos processos e critérios regimentalmente previstos que são os seguintes:

- aproveitamento de estudos;
- recuperação contínua;
- progressão parcial.

Para tanto, a Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional adota a concepção, metodologia, processos, normas e procedimentos de avaliação dispostos nas Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala 2014-2016 (DISTRITO FEDERAL, 2014b), com o intuito de não promover as exclusões a que os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos foram submetidos na vida escolar, mas pelo contrário, que a avaliação tenha como objetivo a promoção das aprendizagens.

17.2 Avaliação em larga escala

Essa Instituição participa de avaliações em larga escala propostas pelo governo local e federal, como por exemplo o SAEB. Outras promoções são realizadas por entidades público privadas que podem ser levadas em consideração para aferição da aprendizagem como universidades e organizações: OBMEP e OBA.

Não obstante, as avaliações não se restringem aos resultados de desempenho dos alunos, em geral, em provas de português e matemática, não contemplando nem todas as áreas de conhecimento que são tratadas na escola, nem as diversas dimensões em que se trabalha com o aluno no âmbito da escola. Usa-se nesta Instituição para informar o que os diversos grupos de alunos em diferentes séries sabem e são capazes de fazer em um determinado momento, e acompanhar sua linha histórica de aprendizagem. Do exposto, os resultados são divulgados e analisados e a partir deles são tomadas ações de recuperação processual, bem como idealizadas políticas educacionais setoriais e projetos e programas de avançamento e recuperação processual. Nesse sentido, conhecer o perfil dos estudantes e dos docentes que atuam nessa modalidade é fundamental. O diagnóstico do perfil desses sujeitos é relevante para a elaboração e atualização de uma proposta de ensino-aprendizagem condizente com a realidade dessa clientela que se caracteriza como alunos trabalhadores. Esse diagnóstico pode ser feito a partir do Censo Escolar e/ou Educa censo e/ou diagnósticos específicos com instrumentos próprios elaborados pelos níveis central, intermediário e local da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Com o conhecimento da diversidade sobre os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, levar-se-á em consideração que a aprendizagem não ocorre de maneira imediata e instantânea e nem, apenas, pelo domínio de conhecimentos específicos ou informações técnicas; a aprendizagem requer um processo constante de envolvimento e aproximações sucessivas, amplas e integradas, fazendo com que o educando possa, a partir das reflexões sobre suas experiências e percepções iniciais, observar, reelaborar e sistematizar seu conhecimento acerca do objeto em estudo.

17.3 Avaliação Institucional

Vale ressaltar que no ano de 2022 não se foi capaz de aferir uma avaliação institucional no Ced 2 do Cruzeiro. Esse fato é justificado pelas dificuldades apresentadas na educação pelos reflexos trazidos pela Pandemia do Covid-19.

Nesses termos, essa instituição assume o compromisso de apresentar avaliação tão logo seja possível resgatar os conhecimentos no decorrer de 2023.

Nesse sentido, assume-se, para a Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional a concepção de avaliação desenvolvida numa perspectiva processual e continua que busca a (re) construção do conhecimento coerente com a formação integral dos sujeitos, por meio de um processo interativo, considerando o aluno como ser criativo, autônomo, participativo e reflexivo, tornando-o capaz de transformações significativas na realidade, conforme as diretrizes Da Secretaria Educacional.

Ou seja, é de suma importância que o professor utilize instrumentos diversificados, os quais lhe possibilitem observar e registrar o desempenho do aluno nas atividades desenvolvidas e tomar decisões participativas, tal como refletir com o aluno sobre os aspectos que necessitem serem melhorados, reorientando-o no processo diante das dificuldades de aprendizagem apresentadas, reconhecendo as formas diferenciadas de aprendizagem.

Nesse sentido, o processo avaliativo considera que o desempenho dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos será representado por conceitos, conforme ampla discussão e aprovação nas plenárias do Currículo em Movimento no ano de 2013 e os critérios, previamente, estabelecidos no Plano de curso, conforme a correspondência dos seguintes valores:

Tabela 06: Conceitos avaliativos

CONCEITOS	SIGLAS	CORRESPONDÊNCIA	SITUAÇÃO FINAL
Aprendizagens Consolidadas	AC	8,0 – 10,0	Aprovação
Aprendizagens Parciais	APPP	5,0 – 7,9	
Aprendizagens Pouco Evidenciadas	APE	0 – 4,9	Não aprovação

Assim construímos ao longo das bimestres avaliações bimestrais e temáticas –

chamadas de multidisciplinares onde encontram-se separadas por Áreas de Conhecimento e por Eixo Temático a totalizar 30% do conhecimento que é considerado por todo o bloco de professores das respectivas áreas. Os 70% restantes assumem um caráter mais geral abordado por outras temáticas de avaliação e por metodologias diversas na liberdade de cátedra de cada profissional acompanhado pelo trabalho dos coordenadores disciplinares.

17.4 Estratégias que implementam a perspectiva formativa da avaliação para as aprendizagens:

Vale ressaltar que a concepção de avaliação defendida neste curso exige que ela aconteça de forma contínua e sistemática, mediante interpretações qualitativas dos conhecimentos produzidos e reorganizados pelos estudantes. Para tanto, consideram-se as múltiplas dimensões da avaliação:

Diagnóstica: na medida em que caracteriza o desenvolvimento do aluno no processo de ensino e aprendizagem, visualizando avanços e dificuldades e realizando ajustes e tomando decisões necessárias às estratégias de ensino e ao desempenho dos sujeitos do processo;

Processual: quando reconhece que a aprendizagem acontece em diferentes tempos, por processos singulares e particulares de cada sujeito, tem ritmos próprios e lógicas diversas em função de experiências anteriores mediadas por necessidades múltiplas e por vivências individuais que integram e compõem o repertório a partir do qual realiza novos aprendizados, e ressignifica os antigos;

Formativa: na medida em que o sujeito tem consciência da atividade que desenvolve, dos objetivos da aprendizagem, podendo participar na regulação da atividade de forma consciente, segundo estratégias metacognitivas que precisam ser compreendidas pelos professores.

A apresentação dos trabalhos resultados do Projeto Integrador, seja Relatório de pesquisa ou Portfólio, ocorreu por ocasião dos Eventos Integradores (SEMANA EJA), juntamente com toda escola, mediante uma comissão avaliadora composta por um professor do curso, o professor de Projeto Integrador e o coordenador do curso. Todos os demais professores do curso poderão emitir parecer quanto ao desenvolvimento e avaliação dos referidos trabalhos. Os representantes das instituições/empresas objeto de estudo da pesquisa deve ser convidados a participarem das apresentações.

A avaliação das apresentações será realizada com base nos critérios previstos no Plano

de Curso, bem como a partir de ficha própria que destaque a proposta do projeto, suas etapas, objetivos e cronograma e deverá observar os seguintes critérios:

- O Projeto Integrador poderá ser desenvolvido em grupo, porém a avaliação é individual. A nota será atribuída a cada aluno de acordo com os resultados alcançados;
- A nota final do Projeto seguirá os critérios do quadro de conceitos das Diretrizes

Operacionais da EJA, numa escala compreendida entre zero a dez. Do total desta nota um percentual a ser discutido em Conselho de Classe, será distribuído para todas as disciplinas integrantes do processo de interdisciplinaridade do projeto. Por isso, todo o processo avaliativo será organizado para promover as aprendizagens e levar os estudantes a alcançarem o perfil profissional de Técnico em Serviços Públicos e, assim, participarem ativamente da sociedade com condições de responder às demandas exigidas pelo mundo do trabalho.

17.5 Conselho de classe:

O Conselho de Classe é de decisão soberana nos andamentos pedagógicos. Ele é o órgão máximo das decisões pedagógicas. Seu grande objetivo é promover o bem-estar e a eficácia de toda a comunidade escolar, a fim de melhorar o aprendizado dos alunos por meio do desenvolvimento, da revisão e da avaliação dos programas de melhoria e orçamentos escolares.

O conselho de classe é uma reunião na qual participam os professores, o orientador educacional, o coordenador pedagógico e o diretor. No CED 02 não se inclui representante dos pais e/ou dos alunos.

Dentre outras funções estão analisar o desempenho dos alunos, identificar possíveis necessidades de intervenção e propor ações para melhorias do ensino. Além disso, ele também precisa analisar projetos pedagógicos e facilitar o processo de avaliação da escola.

De acordo com o Regimento escolar, ao Conselho de Classe cabe verificar se os objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliativos e relações estabelecidas na ação pedagógico-educativa, estão sendo cumpridos de maneira coerente com o Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino. Para maior clareza didática, com base na análise das normas correntes dos conselhos de educação, este documento estabelece a divisão das competências dos conselhos em quatro principais: deliberativa, consultiva, fiscal e

mobilizadora.

O Conselho de Classe deve oportunizar à comunidade escolar momentos de discussão e reflexão referentes à problemática do cotidiano escolar, como prática pedagógica, frequência, disciplina, relacionamento, acompanhamento familiar, participação e aproveitamento nas aulas, desde o início do ano em curso. O não-comparecimento do docente nos dias de convocação para participar de reuniões pedagógicas, de conselho de classe ou de escola, para atender a pais, alunos e à comunidade, acarretará em falta, conforme o caso.

A direção deve assegurar a participação democrática de todos os segmentos da comunidade escolar na eleição. Nos dias seguintes ao conselho de classe, é altamente recomendada a realização de uma reunião de pais. Nessa oportunidade, entregue os boletins, explique o trabalho que foi realizado até então e as dificuldades e potencialidades da turma.

A UE em questão permite ao aluno que fique em até três disciplinas para que seja levado ao conselho de classe, salvo casos de ensino da sala de ensino de apoio à aprendizagem. A Ata deve ser redigida por um secretário efetivo do órgão ou, na falta deste, por um secretário ad hoc, isto é, eventual, designado na ocasião. A Ata é um registro fiel dos fatos ocorridos em determinado evento e sua linguagem deve ser simples, clara, precisa e concisa.

18 – PAPÉIS E ATUAÇÃO:

18.1 - Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA): Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (EEAA) e Serviço de SAA

Como é sabido e bastante difundido o Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA) é um serviço de apoio técnico-pedagógico, de caráter multidisciplinar, composto por profissionais com formação em psicologia e em pedagogia. Dessa maneira pode-se verificar que o trabalho desenvolvido configura-se o plano de ação para o desenvolvimento para o projeto pedagógico as dimensões conforme disponibilizadas no apêndice, tabela A e B

18.2 - Serviço de orientação educacional:

O Serviço de Orientação Educacional desta Unidade de Ensino tem como atribuições:

Eleição do representante de turma, e escolha do professor conselheiro;

Encontro com os professores para orientações em reunião de área ou individual, com dinâmicas, mensagens para reflexões, nas coordenações;

Entrevistas de acompanhamento dos alunos indicados pelos diversos setores (professores, direção, coordenador ou por solicitação da família ou por iniciativa do próprio aluno);

Reunião de Pais para fortalecimento da família e da situação educacional do aluno;

Entrevistas de orientação, aconselhamento e encaminhamento, com os pais dos alunos indicados pelos professores;

Vivência e participação nos projetos interdisciplinares;

Encontros diários com a coordenação para troca de informações e planejamento estratégico;

Relatório e arquivo das fichas de encaminhamento e atendimento dos alunos.

Sessões em sala de aula sempre que se fizer necessárias, inclusive, voltadas para a autoestima, o disciplinamento, etc.;

Estimular a criação do Grêmio

Trabalhar hábitos de estudos/ planejamento

Seleção dos textos de reflexão para conselho de classe

Participação nos conselhos de classe;

Levantamento bimestral do rendimento escolar de cada aluno e atendimento dos pais juntamente com o aluno (filho), a fim de melhorar a aprendizagem. Segue o plano de orientação educacional do CEd 02 do Cruzeiro.

PEDAGOGO(A) - ORIENTADOR(A) EDUCACIONAL	MATRÍCULA	TURNO
Airan Almeida de Lima	0033834-6	Noturno
Erika Akemi Yoshida Teles	212.206-5	Matutino / Vespertino

De acordo com a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional, o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional integra a equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. (2019, p. 30).

Tendo em vista o que está preconizado no Regimento da Rede Pública de ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127, a atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada à Proposta Pedagógica - PPP da unidade escolar, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p.59).

Assim, segue o planejamento da Orientação Educacional para o presente ano letivo:

METAS

1. Realizar ações de acolhimento e desenvolvimento de competências socioemocionais, junto aos discentes, famílias, professores e demais membros da comunidade escolar.
2. Desenvolver ações educativas, em parceria com o SEAA, os docentes, Coordenação Pedagógica e Direção, com foco na reflexão, aprendizagem e desenvolvimento integral dos educandos.
3. Fortalecer a ideia de pertencimento ao grupo e promover espaços para o diálogo, humanizando o processo de ensino-aprendizagem.
4. Atuar de forma preventiva em situações relacionadas ao baixo desempenho escolar, bullying, uso de drogas, mediação de conflitos, saúde e sexualidade.
5. Desenvolver atividades que proporcionem aos estudantes reflexões sobre seu papel na escola e na sociedade.
6. Propiciar espaço de fala e reflexão para que os alunos se expressem.
7. Articular ações com representantes de turma para acompanhamento da frequência escolar, bem como, a divulgação de informativos e materiais relevantes ao conhecimento da comunidade escolar.
8. Contribuir com o acesso, permanência e conclusão dos estudos dos discentes.
9. Apresentar as ações do Serviço de Orientação Educacional e sensibilizar a comunidade escolar para o fortalecimento do elo com a instituição educacional.
10. Articular, junto à gestão, atividades que favoreçam o engajamento escolar dos estudantes, professores e famílias.

18.3 Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos (AEE/SR)

As salas de recursos são espaços instituídos nas escolas públicas brasileiras para atender ao direito universal à educação aos que apresentam deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Do exposto, poder-se-á verificar na tabela A, B e C no apêndice adiante de maneira pormenor, que a essas salas tem-se as seguintes diretrizes e configurações para o plano de ação voltado para o desenvolvimento do PPP.

18.4 Profissionais de apoio escolar: Monitor, Educador Social Voluntário, Jovem Candango, entre outros.

A atuação dos profissionais em apoio escolar conta nessa Unidade Escolar com o Serviço de Orientação Disciplinar – SOD – que tem por finalidade assegurar a tranquilidade do ambiente para o trabalho escolar e regular os direitos e deveres dos alunos, para que a disciplina seja entendida como uma condição indispensável para o aprendizado e a vivência da liberdade. Nesse sentido, são seus objetivos e funções:

Cumprir e fazer cumprir as normas internas e do Regimento Escolar da FEDF.

Orientar quanto às entradas com atrasos e a saídas antecipadas dos alunos.

Emitir carteirinhas para os alunos com comprovada necessidade de entradas ou saídas diferenciadas do horário regular.

Assessorar os professores nas ocorrências de indisciplina.

Documentar as ocorrências de indisciplina e disponibilizar estas informações sempre que houver necessidades.

Convocar pais /responsáveis para reuniões por motivo disciplinar.

Promover ações preventivas que inibam as infrações por parte dos discentes.

Resolver os casos omissos de infrações não contemplados no RE e nas Normas Internas.

Ações Coletivas para Prevenir Problemas Disciplinares:

Todos os profissionais da escola devem se responsabilizar por assegurar um ambiente escolar tranquilo e adequado às práticas educativas.

Orientar os alunos quanto às normas disciplinares da escola.

Avisar o SOD qualquer irregularidade que perceber nas dependências da escola.

Evitar a ociosidade dos alunos. (o professor deve programar suas aulas para o tempo previsto e tenha sempre em mãos uma atividade extra).

Evitar sair de sala durante as aulas. Se a saída for inevitável deixe o representante responsável pela ordem da sala.

Utilizar crachá para as saídas dos alunos de sala.

Só permitir a saída de sala de um aluno por vez. Evitar a saída de grupos de alunos da sala.

Controlar a saída e a entrada dos alunos da sala.

Constam como integrantes desse serviço monitores e educadores sociais voluntários, além de profissionais readaptados que podem exercer as atividades descritas. Suas tarefas são diversificadas como serviço disciplinar, apoio educacional e acompanhamento pedagógico dentro de suas limitações e atribuições elencadas.

Dentre suas atribuições, o monitor escolar convive com os alunos fora da sala de aula e entende o seu comportamento social. Eles conhecem os costumes de cada um, quais grupos convivem juntos, interesses, atividades favoritas e quais são os conflitos recorrentes. Uma das suas maiores qualidades deve ser dialogar e conviver com diferentes tipos de personalidades, respeitando e observando. A relação de confiança entre alunos e monitores é uma das mais importantes da escola e garante a boa convivência e segurança.

Por conhecerem tão bem os alunos, os monitores resolvem mais rapidamente os conflitos e desentendimentos do dia a dia, auxiliando a escola e responsáveis a entenderem quais são as maiores necessidades e dificuldades cotidianas. Em uma situação de

emergência, eles devem estar atentos para dar o suporte necessário a todos e sempre ter como objetivo o bem estar do aluno.

Os monitores do Ced 2 têm papel fundamental na adaptação de novos alunos na transição dos que estão iniciando uma série com mais desafios. Por estarem presentes em todos os espaços da escola, dos pátios até as quadras e secretarias, eles são os mais indicados a guiar e orientar. Cabe ressaltar que eles também são uma peça chave para auxiliar aqueles que têm dificuldades sociais ou de aprendizado a compreender suas limitações e encontrar soluções de engajamento, com apoio dos orientadores pedagógicos e se revestem de Educadores Sociais Voluntários e contemplam a política pública chamada nesta Unidade da Federação de Jovem Candango.

Oficineiros / Parceiros da Escola

A escola conta com o apoio do SEBRAE, a realizar um apoio dúplice na completude da educação. Esses atores são desenvolvidos e organizados em conjunto com o Serviço de Coordenação pedagógica a oferecer oficinas e parceria de atendimento complementar aos alunos. A Unidade de Ensino trabalha também estimulando a monitoria entre alunos destaques que auxiliam os professores em algumas matérias a fim de aprofundar no conteúdo e desenvolver talentos, esses são valorizados pelos professores com indicação de emprego, estágios e com possibilidade de receber menções pela honrosa dedicação.

Disso resulta um belo trabalho de empreendedorismo capaz de ser um agente transformador da educação. Ademais, a escola busca de forma perene parcerias com profissionais liberais e órgãos distritais e federais incentivo e palestras para propiciar um conhecimento diversificado, dentre eles temos a PCDF, PMDF, DPDF, MPDFT e outros.

Laboratórios:

-Laboratório de Informática – LIED - O Laboratório de Informática do CED 02 – LIED – turno diurno e noturno é um setor de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, cujas metas principais são desenvolver um plano que promova a Cultura Digital no âmbito do corpo docente, principalmente, no sentido de se tornar um instrumento de trabalho presente nas práticas pedagógicas dos professores e suporte para o aluno nas pesquisas escolares com os recursos disponíveis no próprio laboratório. Além disso, ajudar a escola a

desenvolver os trabalhos de inscrições referente ao ENEM, PAS e Vestibulares, bem como proceder cadastros dos alunos e fornecer informações referentes ao banco de dados. Esse trabalho será desenvolvido a partir de dois planos de ações: um referente ao turno diurno, realizado, atualmente, por uma professora de biologia readaptada, e outro referente ao turno noturno que enfatizando, preferencialmente, a cultura digital, no sentido de promover a inclusão de professores e alunos no contexto da informática.

Meta geral – Promover a cultura digital no contexto do corpo docente e discente da instituição, bem como disponibilizar auxílio aos alunos e professores referente a informática e intermediar comunicação entre a comunidade escolar, no que diz respeito ao uso dos meios eletrônicos.

Além disso, nossa escola conta com laboratório que atendem, apesar da precariedade, as aulas de Biologia, Física e Química. Esses conhecimentos especializados são de extrema importância com o auxílio lúdico e prático de instrumentos laboratoriais.

18.5 Biblioteca

Biblioteca - Sala de Leitura – Compreende um setor integrante da estrutura física da Gestão Administrativa do CED2, de atendimento e funcionamento nos/aos turnos diurno e noturno da escola, à Educação de Jovens e Adultos – EJA, com características específicas. Está subordinada à Direção Geral da escola; de apoio ao trabalho pedagógico da escola e auxiliar no desenvolvimento das atividades de sala de aula, no que diz respeito ao fornecimento do material didático-pedagógico para uso e pesquisa dos alunos, em benefício do seu rendimento acadêmico e de suporte às práticas pedagógicas do professor.

Como todos os setores de apoio, deverá desenvolver, periodicamente, um plano de ação para cada turno, acerca da natureza dos serviços básicos desenvolvidos, bem como das suas propostas de inovação em favor do processo ensino-aprendizagem e do sucesso da formação do aluno.

A Biblioteca – sala de leitura - de natureza pública é de acesso livre a todos os alunos regularmente matriculados na escola. Também está aberta a ex-alunos e comunidade, desde que identificados na portaria e devidamente cadastrados na biblioteca.

META GERAL – Integrar suas ações como sala de leitura aos trabalhos exercidos em sala de aula, de modo a ampliar as possibilidades de pesquisa, informação e cultura,

contribuindo para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem. Reconhecer as especificidades da clientela da Educação de Jovens e Adultos, bem como da Educação Profissional Integrada à EJA. Incentivar os alunos pelo gosto e o interesse pela leitura.

OBJETIVOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS:

- Oferecer apoio ao processo de ensino-aprendizagem, de modo a auxiliar o professor regente na separação e escolha de obras e acervo de pesquisa;

- Estimular os alunos, independente da forma, na busca da informação, pesquisa, leitura, de modo a facilitar o seu acesso às essas buscas, se valendo de todos os recursos possíveis, seja literatura, enciclopédia, internet, revistas ou jornais. Assessorar e incentivar o aluno na busca do conhecimento.

- Orientar o uso adequado do acervo, norteando a busca pela área de interesse, manuseio, cuidado e zelo. Deixar o aluno à vontade na procura pelo que lhe interessa, ensinando-o a valorizar e zelar pelo acervo e ambiente.

- Buscar contato com autores, especialistas, filósofos, historiadores, etc. para realizarem palestras sobre assuntos da atualidade e de interesse dos alunos.

18.6 Conselho Escolar

Os conselhos escolares são constituídos por pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola. Cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas de eleição dos membros do conselho.

Não diferente das demais o CEd 2, tem seu Conselho de Escola como um canal de comunicação com papel decisivo na democratização da educação. Esse Conselho de Escola possibilita a criação de uma nova cultura e novas relações entre a sociedade civil e o poder público. A função desse conselho distribui-se em: função deliberativa, função consultiva, função fiscalizadora, função mobilizadora e função pedagógica.

A presidência do Conselho Escolar será exercida pelo Diretor da escola, cabendo a este diligenciar pela efetiva realização de suas decisões, para a consolidação do Projeto Político-Pedagógico da Escola. Os representantes do Conselho Escolar serão escolhidos entre seus pares, mediante processo eletivo. No ato da eleição, para cada representante será eleito também um suplente.

É competência dos conselheiros orientar pais, estudantes, professores, funcionários e

movimentos sociais sobre o encaminhamento de problemas relacionados à escola, elaborar e estabelecer normas e aconselhar e fiscalizar as ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, deixa claro que a própria escola tem o direito de definir quais normas serão utilizadas no conselho, mas aponta sobre a necessidade de ele ter participação plural.

Dessa forma, a função político-pedagógica do Conselho Escolar se expressa no comprometimento que desenvolve durante todo o processo educacional, tendo como foco privilegiado a aprendizagem, qual seja: no planejamento, na implementação e na avaliação das ações da escola. Mais uma vez, destaca-se que adiante na seção dos apêndices, TABELA C e D, poder-se-á verificar a distribuição das atribuições do Conselho Escolar.

18.7 Profissionais Readaptados

O professor readaptado é aquele que teve uma redução da sua capacidade laboral por algum problema de saúde e precisou ser realocado para um novo cargo que estivesse de acordo com as suas limitações. Geralmente essa readaptação do professor é feita com o objetivo desses profissionais realizarem as funções pedagógicas (orientador, coordenador, ou até mesmo algum cargo na direção) ou administrativas, ou seja, para outras funções em que ele seja capaz de exercer.

Conforme ao que se prescreve na identificação dos professores e demais servidores desta UE, pode-se verificar quais são os servidores readaptados nessa unidade. De tal sorte, que o Centro Educacional 2 respeita a realocação condizente com o grau de possibilidades desses servidores a estabelecer e desenvolver o máximo possível de suas habilidades e exercícios.

Para melhor visualização faz-se importante verificar as dimensões apresentadas na tabela do item- PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO no apêndice desse documento. Na mesma seção observa-se o QUADRO PARA SÍNTESE DOS PROJETOS INDIVIDUAIS, EM GRUPOS E OU INTERDISCIPLINARES DESENVOLVIDOS NA ESCOLA de maneira integral.

18.8 Coordenação pedagógica

O plano de ação para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico segue Dimensão estrutural capaz de desenvolver e estabelecer um ambiente de aprimoramento dos diversos setores da escola. O Responsável por essa ação se perfaz e concretiza na Coordenação pedagógica. Para tanto no apêndice verificar-se-á como são detalhados os objetivos, metas e ações. Ademais Avaliação das ações, responsáveis e cronogramas de desenvolvimento veja na secção indicada TABELAS A, B e C.

18.8.1 Papel e atuação do coordenador pedagógico

As coordenações pedagógicas constituem-se instâncias da instituição escolar que estrutura e viabiliza todas as atividades e práticas pedagógicas locais. O planejamento e a realização das coordenações pedagógicas locais são de responsabilidades dos integrantes da direção da instituição educacional, bem como dos coordenadores pedagógicos, com a participação da equipe de professores, em consonância com as equipes de coordenação intermediária e central (Portaria nº 29/2006), visando possibilitar as condições necessárias para que a escola alcance os objetivos relativos à sua proposta de trabalho como promotora do ensino público.

Este é um espaço-tempo de reflexão coletiva que visa a superação da fragmentação do trabalho pedagógico (Silva, 2007) e o isolamento das práticas escolares dos professores entre si, pois a fala e a escuta sobre a realidade do trabalho entre os pares constituem mecanismos que possibilitam dar visibilidade à criatividade e inventividade (Meireles, 2002).

Dentre suas ações, as coordenações devem pautar-se como espaço de formação para os professores, a partir do estudo e reflexões sobre as DCNEM, as Diretrizes e Orientações Pedagógicas da rede de ensino público local ou outros documentos e temas inerentes ao trabalho pedagógico, por meio de debates, leituras, oficinas, palestras. Compartilhamento de experiências entre os professores ou referente a outras iniciativas inovadoras ocorridas no mundo da educação; análise coletiva de resultados pedagógico ou de avaliações, visando viabilizar os planejamentos para as intervenções no processo de ensino-aprendizagem e as

estratégias de ações nas demais frentes do trabalho pedagógico. Também é papel das coordenações, estudo de caso, planejamento coletivo, elaboração de projetos, dentre outras estratégias inerentes ao trabalho pedagógico da escola.

As coordenações pedagógicas no CED 02 compreendem as duas dimensões, conforme especificado abaixo e devem funcionar de acordo com suas peculiaridades e, como sugere a legislação, mediante a elaboração e execução de seus respectivos Planos de ação, que constituem anexos externos deste PPP.

18.8.2 Desenvolvimento da Coordenação

Pedagógica Coordenação Pedagógica

do Matutino

Nas Coordenações Pedagógicas, às quartas-feiras, estão presentes os professores de todas as áreas de ensino da escola, bem como, os professores da sala de recursos, professores da sala de altas habilidades, os Coordenadores Pedagógicos, os Orientadores Pedagógicos. Nas reuniões das quartas-feiras há uma coordenação com o grupo todo para ajustar as demandas pedagógicas e ainda para o relato das áreas de apoio como: Biblioteca, SOD, SOE, Sala de recurso.

Nas segundas-feiras, as coordenações são voltadas para atividades dos blocos. Já nas terças, nas quintas ou nas sextas-feiras a coordenação é voltada para o estudo de áreas nas quais os professores trabalham possíveis aulas interdisciplinares, no sentido de executar a proposta pedagógica prevista neste PPP, estudos de casos específicos de cada área ou mesmo uma palestra com tópicos específicos da área do dia.

É parte integrante da estrutura pedagógica da escola que tem como objetivo principal acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, dando o auxílio e suporte para a instituição cumprir seus objetivos e de acompanhar os índices referentes ao ensino da escola e como melhorar tais “números”. Também é parte dos objetivos da coordenação levar as melhores estratégias de aprendizagem e avaliação, articular para que os projetos da escola sejam realizados, da comunicação entre os setores da escola, atender a comunidade quanto aos assuntos pedagógicos e auxiliar nas resoluções de conflitos.

A coordenação pedagógica age de forma democrática, sempre dando voz à

comunidade escolar, aos professores e também à gestão escolar.

Coordenação Pedagógica do vespertino

Como no turno vespertino a maioria dos componentes são de 20 horas, seguimos com três dias de coordenações, terça-feira para as áreas de ciência da natureza, na quinta linguagens e códigos e na sexta ciência humanas, ainda temos os professores de matemática e língua portuguesa, que são 40 horas que coordenam pela manhã segunda (interdisciplinar), quarta (coletiva) e terça (matemática) e quinta (LP) individual.

Coordenação Pedagógica da EJA – Noturno

As coordenações pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos – EJA, bem como na EJA integrada à Educação Profissional, turno noturno, Alternadamente, numa semana, a coordenação será de natureza integrada, reunião formal, sob a condução direta do coordenador, previamente planejada, a partir de estudos, debates, reflexões e avaliações de eixos temáticos, das legislações pertinentes e afins, das demandas do processo de ensino-aprendizagem e da problemática de sala de aula, bem como da implementação de cursos formativos específicos, visando, fundamentalmente, assegurar um fórum permanente de viabilização, ajustes e implementações da natureza básica da prática escolar que caracteriza a educação de Jovens e adultos, qual seja, a interdisciplinaridade e a contextualização, mediante práticas sociais que contemple a realidade do mundo do trabalho.

Na outra semana a coordenação será orientada pelo coordenador, no sentido de que as demandas decorrentes da coordenação integrada e da prática de sala de aula sejam implementadas e executadas pelos professores, no contexto das suas respectivas áreas de conhecimento e de modo interdisciplinar, com as demais áreas, mediante a interligação realizada pelo coordenador.

As coordenações serão por área de conhecimento, ou seja, às terças-feiras, ciências da natureza; às quintas-feiras, linguagens e códigos e às sextas-feiras, ciências humanas. Dentro das possibilidades e convergências das demandas do trabalho pedagógico, poderá se viabilizar uma alternativa de encontros coletivos, simultâneos, com os professores de todas as áreas de conhecimento, visando assegurar a proposta de ensino integrado da EJA, que prevê um

planejamento coletivo e integrado.

As coordenações se pautaram pela legislação vigente da SEEDF e foram desenvolvidas mediante a regularização de um plano de ação que delimitam suas metas e diretrizes. Este plano será elaborado em consonância com o coletivo dos professores e deverá ter prazo e objetivos definidos.

A prática pedagógica é naturalmente o carro chefe de uma escola; é dirigida pelo corpo docente, o qual deve estar vinculado ao comando da coordenação pedagógica. Razão pela qual ela deve articular o trabalho pedagógico, a partir das diretrizes de um plano de ação em acordo com os objetivos e função social da escola e em consonância com a gestão escolar.

Além disso, considerando as concepções teóricas que fundamentam as práticas pedagógicas do CED 2 e sua organização curricular, que aponta para a questão da integração curricular, o que implica na realização de uma prática pedagógica baseada na interdisciplinaridade e na contextualização dos conteúdos, a pedagogia de projetos é, sem dúvidas, a estratégia indicada para a efetivação desta proposta de ensino, na sala de aula.

Na pedagogia de projetos o aluno aprende no processo a produzir, levantar dúvidas, pesquisar e estabelecer relações, que incentivam novas buscas, descobertas, compreensões no sentido da construção e reconstrução do conhecimento escolar. O papel do professor deixa de ser aquele de ensinar por meio da transferência de informações, para criar situações de aprendizagem cujo foco incida sobre as relações que se estabelecem no processo. Isso não implica, em hipótese alguma, em perda da identidade das disciplinas, segundo Fazenda (1994). Pelo contrário, uma vez resgatada a autonomia intelectual do aluno, as aulas individuais de cada disciplina, onde os conceitos básicos continuam sendo trabalhados, tornam-se muito mais produtivas e base indispensáveis para a realização dos projetos, interdisciplinarmente, desenvolvidos.

Por outro lado, conforme a Resolução nº 2/2012, às unidades escolares devem orientar a definição de toda proposição curricular, fundamentada na seleção dos conhecimentos, componentes, metodologias, tempos, espaços, arranjos alternativos e formas de avaliação, tendo presente os eixos integradores (trabalho, ciência, tecnologia e cultura), o eixo transversal, o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico. (Artigo 14).

Em 2001, o Parecer CNE/CEB nº 5/2001 já apontava esta estrutura organizacional para o ensino médio e, conseqüentemente, para a educação de jovens e adultos. Isso quer dizer que toda aprendizagem terá origem ou fundamento em atividades desenvolvidas pelos estudantes, o que implica em desenvolver sua autonomia intelectual com o objetivo de promover uma intervenção transformadora na sua realidade.

Assim, para viabilizar a aplicação desta proposta de ensino, prevista neste Projeto Pedagógico – PPP, em conformidade com a Resolução e Parecer acima referidos, implementamos a estratégia de pedagogia de projetos em duas modalidades, quais sejam, Projetos de Implementação Pedagógica e Projetos de Apoio Pedagógico, que serão implementados e anexado a este PPP.

18.8.3 Valorização da Formação continuada do professor:

Além de contribuir para educação de qualidade, continuar-se a aprimorar a qualidade de ensino-aprendizagem é um grande desafio da educação para qualidade do ensino. Esta passa com certeza pela formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na educação. A melhoria da qualidade de ensino, indispensável para assegurar ao cidadão o pleno exercício da cidadania e a inserção das atividades produtivas que permita a elevação constante ao nível de vida, constitui um compromisso desta UE. Este compromisso, traduz-se na continuidade de aprendizagens e técnicas para o aperfeiçoamento da qualidade educacional.

Para isso, o CEd 02 conta com a rede de educação do Distrito Federal, por meio da escola de formação continuada – EAPE – e também com parcerias como o SEBRAE. Ademais, esta instituição realiza atividades necessárias à consecução da educação escolar e não se restringem ao trabalho do Estado, é essencial que a todos os demais profissionais que atuam no ambiente escolar sejam igualmente asseguradas condições para formação continuada, e nesse sentido trabalha-se com os talentos internos do Centro Educacional que conta em sua composição com vários professores Especialistas, Mestres e Doutores que doam seu tempo em corroborar com o compartilhamento de aprendizagens significativas nessa instituição.

A política global de formação dos profissionais em educação deve privilegiar uma sólida formação teórica, a relação teoria-prática, a interdisciplinaridade, a gestão democrática, a formação cultural, o desenvolvimento de compromisso cultural, ético e político da docência e dos trabalhadores que auxiliam sua realização, a reflexão crítica sobre a formação para o

magistério, a fim de favorecer a qualidade da profissionalização e valorização dos profissionais.

A formação continuada dos profissionais da educação pública é garantida pela Secretaria de Educação, cuja atuação inclui a coordenação, o financiamento e a manutenção de programas como ação permanente, além de buscar parceria junto às universidades, instituições de ensino superior e assessorias voltadas para a educação. Esta formação deve estar diretamente relacionada ao ensino público, mas não há em nossa instituição a restrição de trocas com Universidades Públicas ou Privadas para garantir o enriquecimento e crescimento de nossos profissionais, trabalhando esses significativos desenvolvimentos ao longo das coordenações, semanas pedagógicas e jornadas de ensino.

19 – Estratégias Específicas

19.1 - Redução do abandono, evasão e reprovação da educação

O CEd 02 vem por meio da “busca ativa”, incansavelmente, por meio da Secretaria, Coordenação, Direção e Serviço de Orientação encontrar e resgatar aqueles discentes infrequentes ou com faltas acima da média seja perene ou alternada. Para tanto, usa-se hoje o aplicativo de Whatsapp, e-mail e telefone para o resgate.

A desistência como já mencionada anteriormente e como veremos em outros momentos deve ser erradicada dessa Instituição. Sabe-se da dificuldade quando a idade avança pela necessidade de trabalho do indivíduo.

Além disso, a escola com suas parcerias busca alocar os alunos em instituições de ensino superior pela qualidade de ensino que dispõe, além de oferecer dentro do ensino profissional a colocação dos discentes no mercado de trabalho. O resgate de conteúdo ao longo do processo e o desenvolvimento de trabalhos significativos promove a efetivação do conhecimento além de permitir melhor o conhecimento dos alunos.

Trabalha-se com ensino significativo e por meio de projetos, e juntamente com o novo ensino médio, tenta-se oportunizar o conhecimento pleno e integral. Nessa linha de raciocínio são trabalhados conteúdos como “projeto de vida” e disciplinas eletivas que desenvolvam significância, como por exemplo: Direito. Quanto ao processo de recuperação contínua de conteúdo, no CED 02, deve se usar, frequentemente, a avaliação diagnóstica a fim de constatar as necessidades de cada aluno e proceder às intervenções necessárias para assegurar a melhoria no rendimento do aluno.

19.2 - Recomposição das aprendizagens

A recuperação é contínua e ocorre no dia a dia, ao longo do processo, dentro da própria sala de aula com o professor regente, no contexto do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Além do processo normal de aulas, poderão ser desenvolvidos critérios específicos de estudos para o aluno estudar os conteúdos a serem recuperados ou desenvolver algum

projeto interventivo que vise acompanhar o aluno em suas dificuldades de aprendizagem. No final do ano ocorre a recuperação final, sendo obrigatoriamente uma avaliação escrita podendo ser subjetiva ou objetiva. Neste caso, o aluno que não estiver presente, no dia da avaliação, é automaticamente reprovado, conforme a lei. Devido ao momento pandêmico, o aluno poderá, até o momento, fazer todas as avaliações pelo Google Classroom – na Plataforma.

Dessa maneira, a qualidade de ensino deve ser pautada na sua significância e da qualidade que se atribui para tal. Assim, usa-se essas estratégias como meio disseminador de reduzir a evasão escolar, e quando possível procede-se ao resgate a estabelecer a meta pretendida. Ainda, cabe ressaltar que outros atributos de redução de evasão escolar serão esclarecidos em outros momentos deste documento.

Por isso além desses *modus operandi* esta UE preocupa-se em promover a participação dos alunos em suas atividades e planejamento estabelecendo um grande desafio para muitos educadores. Independentemente da faixa etária e da disciplina, despertar o interesse das crianças e adolescentes e elaborar atividades que acompanhem a sua evolução no processo de aprendizagem para mantê-los engajados durante a aula ainda é o que todo educador deseja a fim de mantê-los presos a esta instituição.

Por todo exposto, cabe a esta instituição como princípio educacional de fortalecimento no plano de permanência e êxito escolar: estabelecer relações entre os conteúdos ensinados e a realidade dos alunos, propor desafios e questionamentos, elaboração de um sistema de aprendizado dinâmico, investimento em uso de ferramentas tecnológicas, promoção de momentos de escuta e apoio aos seus alunos, estimular o espírito de liderança e exercitar a empatia.

Ademais, vale ressaltar que um plano de contingência e de benchmarking sempre é revisto alguns pontos como: a reanálise da metodologia de ensino, promoção de capacitação continuada aos educadores, fortalecimento e incentivo de uso da tecnologia para aulas interativas, além das ações educativas.

19.3 Desenvolvimento da Cultura de Paz

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), cultura de paz é um conjunto de valores, atitudes, modos de comportamento e de vida que rejeitam a violência, e que apostam no diálogo e na negociação para prevenir e solucionar conflitos. A cultura de paz tem espaço para ser construída pela comunidade escolar quando são priorizadas a construção e a vivência em um cenário inclusivo, o educar para atitudes e valores morais e éticos e o movimento de engajamento contra a violência.

Na seção do apêndice a ideia supracitada se pormenoriza em tabelas A, B e C a explicar a dimensão a que se trata no plano de ação para o desenvolvimento no PPP da Cultura de Paz.

19.4 Qualificação da transição escolar

A transição para a escola representa uma etapa essencial no percurso de uma criança/adolescente. Esse tema propõe dar mais foco às competências e às habilidades que contribuem para a “preparação para a escola”, assim como entender o papel dos pais e as melhores práticas para favorecer uma transição adequada e o sucesso escolar. O Projeto Transição busca promover atividades de adaptação dos alunos que estão passando por esta fase, garantindo avanços na aprendizagem, nas relações interpessoais e no desenvolvimento pessoal.

A mudança de ambiente e rotina é uma das principais características da transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio. Os estudantes deixam para trás a familiaridade do Ensino Fundamental e se deparam com um novo ambiente escolar, possivelmente com colegas e professores diferentes. No Ensino Fundamental, os alunos conhecem o básico das

matérias, além de conceitos mais simples sobre diferentes assuntos. Entretanto, isso muda quando ele entra no Ensino Médio, já que os assuntos são mais complexos, são adicionadas novas matérias e o foco é o sucesso nas provas dos vestibulares.

Assim, o CED 02 procura a dinâmica foca no desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos, por meio da flexibilização da grade curricular e da ofertados itinerários formativos. Dessa forma, no novo ensino médio, os alunos poderão escolher a área do conhecimento e as práticas com que mais se identificam para cursar durante os três últimos anos da educação básica.

Com essa transformação, as escolas precisaram desenvolver estratégias para se adaptarem ao novo modelo, garantindo a competitividade. Por isso, as instituições que recorreram à tecnologia, como o CED 02, saíram na frente, usufruindo de ferramentas que facilitam a adaptação da grade curricular e o gerenciamento das novas disciplinas.

20 - PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

20.1 - Gestão Pedagógica

A escola hoje tem três modalidades de ensino: no período matutino e vespertino, temos o “ensino médio regular” e no período noturno oferecemos a modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA mediante os seguintes segmentos: 1º segmento, 2º segmento, 3º segmento e a Educação Profissional Integrada à EJA, conforme discriminado abaixo no apêndice em tabelas A, B e C para melhor organização e detalhamento.

Como é de conhecimento geral o PPP é uma ferramenta que vai além do currículo escolar, trazendo os valores, a cultura, as crenças e as diretrizes de ação que devem orientar toda a comunidade escolar. Por isso, é fundamental que ele seja bem elaborado e sempre sirva como orientação para o cotidiano da instituição.

Nesse sentido, uma das funções do gestor escolar é a de coordenar a construção do PPP da escola. Essa tarefa exige a participação de muitas pessoas envolvidas nos processos de escuta da comunidade escolar, planos de ação e relatórios complexos. Ou seja, no CED 02 não é diferente o PPP foi construído como um documento que detalha objetivos, as metas, bem como as ações do processo educativo a ser desenvolvido na e pela escola. O PPP deve trazer também as exigências legais do sistema educacional, bem como as necessidades, propósitos e expectativas da comunidade escolar.

A gestão de coordenação prioriza ações que garantem a colaboração de toda a comunidade escolar na busca da elaboração e execução do PPP. Como apontam Santana, Gomes e Barbosa (2012), a boa gestão é fundamental para buscar caminhos que motivem o envolvimento de todos no processo.

Daí, a gestão deve atuar como um elo com a comunidade escolar, gerindo e avaliando o dia a dia da escola a partir de um trabalho em equipe. No decorrer deste capítulo será descrito as funções do diretor de escola pública, além de seu perfil e como pode atuar transformando e desenvolvendo as ações educativas.

Por fim a gestão pedagógica na construção do PPP se mostra como uma ferramenta que vai além do currículo escolar, trazendo os valores, a cultura, as crenças e as diretrizes de ação que devem orientar toda a comunidade escolar. Por isso, é fundamental que ele seja bem elaborado e sempre sirva como orientação para o cotidiano da instituição

20.2 Gestão de Resultados Educacionais:

É sabido que a gestão de resultados educacionais se refere ao desdobramento do monitoramento e da avaliação de desempenho da escola relacionado à aprendizagem dos alunos. Nestes termos a direção, coordenação e demais integrantes do corpo docente levanta durante os conselhos de classe os resultados capazes de indicar o andamento da instituição.

Essa gestão de resultados educacionais tem a ver com a avaliação do desempenho da escola no que diz respeito à aprendizagem. Como a maioria das gestões, essa examina alguns índices de desempenho para compreender se a escola está oferecendo um ensino eficiente aos estudantes.

De tal forma, os indicadores do SAEB e do IDEB são relevantes para aferir e pontuar as ações a serem tomadas para melhoria na qualidade de ensino. Ademais, são considerados outros pontos como a taxa de aprovação dos estudantes em vestibulares, concursos e certames oferecidos. Ainda pode-se levantar outros dados como desenvolvimento dos discentes em empresas que buscam captação de mão de obra qualificada junto a instituição.

Outros pontos intrínsecos são levantados como indicadores na qualidade de ensino, como: média de alunos por turma, média de horas-aula diária, taxa de distorção idade-série, percentual de docentes com curso superior, adequação da formação docente, regularidade do corpo docente, esforço docente, complexidade da gestão da escola.

Isso possibilita a gestão por resultados como objetivo dessa instituição, a se verificar a escolha das ações e a tomada de decisão de forma participativa, ou seja, o planejamento estratégico, com finalidade de melhoria educacional.

20.3 Gestão Participativa

O Ced 2 encara a Gestão participativa como um modelo administrativo de liderança baseado na confiança, na colaboração e na liberdade. Na gestão participativa desta Unidade Educacional os colaboradores de níveis hierárquicos diferentes atuam em conjunto, pois há espaço para todos participarem das decisões.

Nosso objetivo é descentralizar os processos de tomada de decisão, aumentando a autonomia de cada servidor. Em função disso, os recursos e o tempo normal gasto para concluir cada processo também são reduzidos. Há de se lembrar que a comunidade escolar como pais, alunos e responsáveis também são incorporados nas decisões com finalidade de

permitir que todos os liderados tenham maior autonomia, se sintam importantes no trabalho e auxiliem na tomada de decisão.

20.4 Gestão de Pessoas

A gestão de pessoas é a área responsável por administrar o capital humano. A gestão do Ced 2 utiliza técnicas de recursos humanos para conciliar os objetivos dos colaboradores com as metas da organização. Faz-se importante lembrar que hierarquicamente a maioria dos integrantes são professores e estão em pé de igualdade nas decisões, o que facilita uma gestão pessoal.

De outra forma, os servidores que auxiliares/assistentes gozam de autonomia em suas funções e administram no sentido de não fazer com que a administração seja obstáculo do meio pedagógico, objeto principal da unidade de ensino.

20.5 Gestão Financeira

A gestão financeira do Ced 2 reúne procedimentos administrativos que envolvem o planejamento das finanças da instituição. Isso inclui a análise e o controle de tudo o que for relacionado a entrada e saída de dinheiro.

Sabe-se das dificuldades encaradas por essa instituição por ser uma unidade de ensino pública e para conseguir se organizar a escola organiza o setor financeiro a utilizar a tecnologia a seu favor, além de estruturar o projeto político pedagógico e elaborar um planejamento estratégico. Ainda para melhor eficiência na alocação dos recursos é feito uma projeção dos custos, definição das prioridades, identificação e eliminação dos desperdícios e por fim a

identificação e capacitação da sua equipe em sentido de melhorar os rendimentos e controle dos recursos.

20.6 Gestão Administrativa

A gestão administrativa escolar da UE é a área responsável por verificar como estão sendo utilizados os recursos financeiros e físicos na instituição, além de cuidar da manutenção da escola. Neste sentido ela é verificada pelos gestores conjuntamente com o conselho escolar.

É essa área que alinha as estratégias, criando ações que realizam a manutenção de recursos escassos e dependentes do empenho da Secretaria de Estado de Educação. Por meio dela ocorre o planejamento da utilização de recursos. Assim os pilares seguidos por essa Unidade Educacional são: planejamento, organização, direção e controle.

21 - PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DOPPP

21.1 Avaliação Coletiva

A prática pedagógica é naturalmente o carro chefe de uma escola; é dirigida pelo corpo docente, o qual deve estar vinculado ao comando da coordenação pedagógica. Razão pela qual ela deve articular o trabalho pedagógico, a partir das diretrizes de um plano de ação em acordo com os objetivos e função social da escola e em consonância com a gestão escolar.

Além disso, considerando as concepções teóricas que fundamentam as práticas pedagógicas do CED 2 e sua organização curricular, que aponta para a questão da integração curricular, o que implica na realização de uma prática pedagógica baseada na interdisciplinaridade e na contextualização dos conteúdos, a pedagogia de projetos é, sem dúvidas, a estratégia indicada para a efetivação desta proposta de ensino, na sala de aula.

Na pedagogia de projetos o aluno aprende no processo a produzir, levantar dúvidas, pesquisar e estabelecer relações, que incentivam novas buscas, descobertas, compreensões no sentido da construção e reconstrução do conhecimento escolar. O papel do professor deixa de ser aquele de ensinar por meio da transferência de informações, para criar situações de aprendizagem cujo foco incida sobre as relações que se estabelecem no processo. Isso não implica, em hipótese alguma, em perda da identidade das disciplinas, segundo Fazenda (1994). Pelo contrário, uma vez resgatada a autonomia intelectual do aluno, as aulas individuais de cada disciplina, onde os conceitos básicos continuam sendo trabalhados, tornam-se muito mais produtivas e base indispensáveis para a realização dos projetos, interdisciplinarmente, desenvolvidos.

Por outro lado, conforme a Resolução nº 2/2012, às unidades escolares devem orientar a definição de toda proposição curricular, fundamentada na seleção dos conhecimentos, componentes, metodologias, tempos, espaços, arranjos alternativos e formas de avaliação, tendo presente os eixos integradores (trabalho, ciência, tecnologia e cultura), o eixo transversal, o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico. (Artigo 14).

Em 2001, o Parecer CNE/CEB nº 5/2001 já apontava esta estrutura organizacional para o ensino médio e, conseqüentemente, para a educação de jovens e adultos. Isso quer dizer que toda aprendizagem terá origem ou fundamento em atividades desenvolvidas pelos

estudantes, o que implica em desenvolver sua autonomia intelectual com o objetivo de promover uma intervenção transformadora na sua realidade.

Dessa sorte nesta Unidade Educacional a progressão curricular na área foi pensada e organizada por processos cognitivos e afetivos que indicam verbalmente o que se espera que o aluno realize para alcançar certa aprendizagem em um determinado nível de complexidade, isto é, seu objetivo de aprendizagem. Dessa forma, cada objetivo de aprendizagem possui um verbo (que representa o processo cognitivo), um objeto de conhecimento (conteúdo, habilidade) e os modificadores (que especificam o contexto, o nível de complexidade, critérios de desempenho aceitável ou maior especificação da aprendizagem esperada).

Cabe aqui ressaltar que a organização curricular em áreas de conhecimento pressupõe uma integração curricular e um planejamento coletivo. Os componentes curriculares das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas precisam interagir entre si e com as demais áreas de conhecimento. Concretamente, a área deverá construir objetos de conhecimento dentro de cada unidade temática, por meio da articulação de dois ou mais objetivos de aprendizagem e, além disso, considerando os níveis de complexidade dos processos cognitivos e afetivos especificados.

Base teórico-metodológica o Currículo da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal fundamenta-se na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural, opção teórico-metodológica que se assenta em inúmeros fatores, sendo a realidade socioeconômica da população do Distrito Federal um deles. Isso porque o Currículo escolar não pode desconsiderar o contexto social, econômico e cultural dos estudantes. A democratização do acesso à escola para as classes populares requer que esta seja reinventada, tendo suas concepções e práticas refletidas e revisadas com vistas ao atendimento às necessidades formativas dos estudantes, grupo cada vez mais heterogêneo que adentra a escola pública do DF.

É importante observar a vulnerabilidade social nas regiões administrativas. Os dados do quadro acima ratificam a necessidade de políticas Intersetoriais democráticas que garantam aos moradores dessas regiões o atendimento a seus direitos, sendo o direito à educação pública de qualidade o principal deles. Para garantir direitos educacionais, é necessário reconhecer as desigualdades relacionadas ao sistema público de ensino. A partir daí, priorizar a construção de um projeto educacional que contribua para a democratização

dos saberes, garantindo a todos o direito à aprendizagem e à formação cidadã. A perspectiva é de retomada vigorosa da luta contra “[...] a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. [...] garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais [...]” (SAVIANI, 2008, p. 25-26).

O desenvolvimento dos estudantes é favorecido quando vivenciam situações que os colocam como protagonistas do processo ensino aprendizagem, tendo o professor como mediador do conhecimento historicamente acumulado, por meio de ações intencionais didaticamente organizadas para a formação de um sujeito histórico e social. Assim, o objeto da educação trata de dois aspectos essenciais, articulados e concomitantes: a) Identificar os elementos culturais produzidos pela humanidade que contribuam para a humanização dos indivíduos, distinguindo entre o “essencial e o acidental, o principal e o secundário, o fundamental e o acessório” (SAVIANI, 2003, p. 13); b) organizar e refletir sobre as formas mais adequadas para atingir essa humanização, estabelecendo valores, lógicas e prioridades para esses conteúdos.

Assim, para viabilizar a aplicação desta proposta de ensino, prevista neste Projeto Pedagógica – PPP, em conformidade com a Resolução e Parecer acima referidos, implementamos a estratégia de pedagogia de projetos em duas modalidades, quais sejam, Projetos de Implementação Pedagógica e Projetos de Apoio Pedagógico, que serão implementados e anexado a este PPP.

21.2 Periodicidade

21.3 Procedimentos/instrumentos:

O acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico de uma escola deve se dar, periodicamente, conforme o planejamento das ações administrativas e pedagógicas, de forma que no início de cada ano letivo deve se elaborar ou reestruturar os planos e projetos, definindo as ações a serem executadas no referido ano letivo. Pela sua natureza, o PPP ocupa um papel importante na construção de processos de participação e, portanto, na implementação de uma gestão democrática. (Caderno Conselho Escolar, 2008, Vol. 04, p.5).

Por isso mesmo, cabe à Direção e à Coordenação Pedagógica da Escola a responsabilidade de articular e proporcionar momentos para a reflexão e implementação

deste importante documento na vida da escola, seja nos encontros específicos com professores e professoras ou nos momentos de coordenação coletiva. Em qualquer situação, os trabalhos referentes a essa tarefa devem ser articulados por uma comissão específica. Em nossa escola, essa comissão será constituída pelo vice-diretor e os coordenadores pedagógicos dos turnos diurno e noturno que conduzirão e orientarão os trabalhos de acompanhamento, avaliação e realimentação do PPP da escola, bem como àqueles relativos às reformulações e adaptações deste projeto.

Dentro do Projeto Político Pedagógico a avaliação é o acompanhamento das metas traçadas para atender as necessidades da instituição escolar. O PPP necessita de acompanhamento sistemático para que se possa verificar se o planejamento está adequado, quais os objetivos que foram atingidos, quais as metas que não foram alcançadas e quais ações necessitam de redirecionamento.

A avaliação deve acontecer no final da realização de cada ação, envolvendo corpo docente e discente, auxiliares de educação, coordenação pedagógica e a direção da escola, de acordo com a natureza de cada situação. No início de cada ano letivo deve acontecer uma avaliação sistemática com a participação de toda a comunidade escolar, visando avaliar se os objetivos e metas definidos foram alcançados no ano anterior e apresentar propostas para a realimentação e execução do PPP no ano em curso.

A avaliação, portanto, objetiva identificar: “[...] em que medida os resultados alcançados até então estão próximos ou distantes dos objetivos propostos e, se possível, descobrir as razões desta proximidade ou distanciamento, para permitir que o novo planejamento a ser realizado possa resolver os problemas com mais precisão. Isto serve tanto

para avaliação institucional quanto para a avaliação da aprendizagem. Isto é, quando na prática pedagógica avaliamos os nossos alunos, o que estamos pretendendo com isto? Dar conta de uma tarefa necessária? Definir quais serão promovidos para a série seguinte? Definir os reprovados?” Souza (1995).

Claro que a resposta a estas perguntas é não. O objetivo de avaliar os alunos é conhecer o que eles sabem, quanto sabem e o quão distante ou perto estão dos objetivos educacionais que lhes foram propostos. Neste sentido também deve ser compreendido o acompanhamento e a avaliação periódica deste PPP.

21.4 Registros

Gerenciar significa monitorar a realização das ações ou modificá-las, se necessário. Trata-se de um passo fundamental às organizações, dada a dinamicidade do cotidiano e da diversidade de atores envolvidos nos processos de trabalho. Assim, é indispensável definir os processos e os instrumentos de gerenciamento (OLIVEIRA; REIS, 2016). O PDCA (em inglês Plan, Do, Check e Action) – planejar, executar, verificar e agir corretivamente – é um processo que constitui uma ferramenta gerencial muito difundida há várias décadas entre gestores de todas as áreas como subsídio à tomada de decisão. Assim, o PDCA representa o ciclo que todo gestor de saúde que atue com foco no planejamento estratégico deve compreender e ser capaz de implementar no gerenciamento dos serviços de saúde.

Planejar:

- Realizar o diagnóstico;
- Identificar o problema e suas causas;
- Identificar a causa prioritária;
- Elaborar o plano para a solução da causa prioritária;
- Definir as metas a serem alcançadas;
- Definir o método para alcançar as metas propostas.

Executar:

- Gerenciar a mudança para a execução do plano;

- Informar e mobilizar os profissionais para a mudança;
- Capacitar os profissionais;
- Estabelecer normas e rotinas;
- Disponibilizar os recursos necessários para a execução do plano;
- Executar as ações exatamente como foram previstas na etapa de planejamento.

Verificar:

- Verificar se o executado está conforme o planejado, ou seja, se a meta foi alcançada, dentro do método definido;
- Identificar os desvios na meta ou no método.

Agir corretivamente:

- Caso sejam identificados desvios, é necessário definir e implementar soluções que eliminem as suas causas;
- Caso não sejam identificados desvios, é possível realizar um trabalho preventivo, identificando quais os desvios são passíveis de ocorrer no futuro, além de medidas para a melhoria contínua.

Em síntese, levantar as possíveis causas do problema e traçar um plano de ação que ataque essas causas constitui o que se denomina direcionamento gerencial, e representa o uso do planejamento como instrumento vivo de gestão por meio dos registros em atas e escrituras do funcionamento da instituição e coordenações pedagógicas.

22- Referências:

___ . Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais. São Paulo: Ícone, 1983.

___ . Class, codes and control: the structuring of pedagogic discourse. London: Routledge, 1990.

___ . Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1997.

AIKENHEAD, G. The humanistic and cultural aspects of science & technology education. In: JANIUK, R. M.; SAMONEK-MICIUK, E. (Eds.). Science and Technology Education for a Diverse World: Dilemmas, Needs and Partnerships. Lublin-Polônia: Maria Curie-Skłodowska University Press, 2006, p. 11-36.

ALARCÃO, I. (org). Escola Reflexiva e nova racionalidade. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

BAZZO, W. A. Ciência, tecnologia e sociedade: o contexto da educação tecnológica. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

BAZZO, W. A. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

BERNSTEIN, B. Class, codes and control. London: Routledge & Kegan Paul, 1977. v. 3.

BONATTO, A.; BARROS, C. R.; GEMELI, R. A.; LOPES, T. B.; FRISON, M. D. Interdisciplinaridade no ambiente escolar. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL - ANPED, 9. 2012, Rio Grande do Sul. Anais eletrônicos... Rio Grande do Sul: 2012, p. 1-12. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2414/501>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DECEI, 2013.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Brasília: MEC/Semtec, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Formação de professores do ensino médio, etapa I – caderno III: o currículo do ensino médio, seus sujeitos e o desafio da formação humana integral. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Formação de professores do ensino médio, etapa I – caderno IV: áreas de conhecimento e integração curricular. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013.

BRASIL. Constituição Federal, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n 9.349, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BUCIOLI, E. R. Currículo de Ciências e Escola Integral: buscando a realidade em um contexto escolar. Maringá: UEM, 2014.

CARVALHO, A. M. P.; SASSERON, L. H. Alfabetização científica: Uma revisão bibliográfica. *Investigações em Ensino de Ciências*, v.16, n.1, p. 59-77, 2011.

CASTELLAR, S. M. V.; CAVALCANTI, L. de S.; CALLAI, H. C. Didática da Geografia: aportes teóricos e metodológicos. São Paulo: Xamã, 2012.

CHALMERS, A. F. O que é ciência afinal?. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHASSOT, A. Diálogo de Aprendentes. In: *Ensino de Química em Foco*. Ijuí: Unijuí, 2010. p. 23-50.

DUSEK, V. Filosofia da Tecnologia. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FEENBERG, A. Racionalização Subversiva: tecnologia, poder e democracia. In: NEDER, R. T. (Org.). *A Teoria Crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina / CDS / UnB / Capes, 2010.

FORGIARINI, M. S.; AULER, D. A. A abordagem de temas polêmicos na educação de jovens e adultos: o caso do “florestamento” no Rio Grande do Sul. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, v.8, n.2, 2009.

FOUREZ, G. Alfabetización científica y tecnológica: acerca de las finalidades de la enseñanza de las ciencias. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 1994.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

GALVÃO, C.; REIS, P.; FREIRE, S. A discussão de controvérsias sociocientíficas na formação de professores. *Ciência & Educação*, v.17, n.3, p. 505-522, 2011.

GUARÁ, M. F. R. É imprescindível educar integralmente. *Cadernos Cenpec: Educação Integral*, n.2, São Paulo: Cenpec, 2006.

GUIMARÃES, C. C. Experimentação no Ensino de Química: Caminhos e Descaminhos Rumo à Aprendizagem Significativa. *Química Nova na Escola*, v.31, n.3, p. 198. Disponível em: <http://webeduc.mec.gov.br/portaldoprofessor/quimica/sbq/QNEsc31_3/08-RSA-4107.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2014.

LENOIR, Y. Relations entre interdisciplinarité et intégration des apprentissages dans l'enseignement primaire au Québec. 1991. Tese (Doutorado em Sociologia) - Université de Paris 7, Paris, 1991.

LURIA, A. R. Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MAURÍCIO, L. V. Escritos, Representações e pressupostos da escola pública de horário integral.

Em aberto / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, v. 22, n. 80, p. 15-31, abr. 2009.

MOREIRA, A. F. B. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

PADILHA, P. R. Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

PINTO, A. V. O conceito da tecnologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PORTO, P. A. História e Filosofia da Ciência no Ensino de Química: Em busca dos objetivos educacionais da atualidade. In: Ensino de Química em Foco. Ijuí: Unijuí, 2010. p. 159-180.

PUCCI, B. Teoria crítica e educação: A questão da formação cultural na escola de Frankfurt. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

ROJO, R.; MOURA, E. Multiteramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SANTOS, C. A. A qualidade da educação: conceitos e definições. Série Documental: Textos para Discussão, Brasília, DF, v. 24, n. 22, p. 5-34, 2007.

SANTOS, M. S. et al. Methodological Innovations Mediated by Technology in Basic Education. In: EUTIC 2016. Network Logic and New Forms of Governance, 2016, Zakynthos/Grécia. EUTIC 2016.

SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da base nacional comum curricular. Movimento, 2016.

SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (Orgs.). Marxismo e educação: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade. In: GIOLO, J. Conferência proferida no I Seminário Internacional sobre Filosofia e Educação. Esp Ped., 2003.

SAVIANI, D. Escola e democracia. Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. Escola e democracia. São Paulo: SAVIANI, D. Escola e Democracia. Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. São Paulo: Cortez, 1987.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL Diretrizes de Avaliação

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, Orientações Pedagógicas da Integração da Educação Profissional com Ensino Médio e a EJA, 2014.

SILVA, M. Complexidade da formação de professores: saberes teóricos e saberes práticos [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 114 p. ISBN 978-85-98605-97-5.

Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SILVA, T.T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Tecnológica – Brasília, 1999;

VIGOTSKI, L. S. (2000). A Construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Martins Fontes.

23– Apêndices:

Vale lembrar que a função político-pedagógica do Conselho Escolar se expressa no comprometimento que desenvolve durante todo o processo educacional, tendo como foco privilegiado a aprendizagem, qual seja: no planejamento, na implementação e na avaliação das ações da escola.

A - PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Dimensão: (ver as dimensões apresentadas neste Documento; outras poderão ser acrescidas)

Objetivos	Metas	Ações	Avaliação das ações	Responsáveis	Cronograma
zelar pela manutenção da escola e monitorar as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade do ensino.	Deliberar, consultar, fiscalizar e mobilizar a escola e seu funcionamento, bem como seus servidores e serviços.	Auxiliar a gestão democrática da escola.	Mensurar e corrigir as ações dos participantes da escolar e fomentar o desenvolvimento do ensino.	pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola.	Durante todo o ano escolar.

B – QUADRO PARA SÍNTESE DOS PROJETOS INDIVIDUAIS, EM GRUPOS E OU INTERDISCIPLINARES DESENVOLVIDOS NA ESCOLA

Projeto	Objetivos	Principais ações	Avaliação das ações	Professor Responsável	AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO
Desenvolver a escola como meio de alavancagem da comunidade local.	fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à escola e discutir o projeto pedagógico com a direção e os professores	deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras	Estabelecer metas, objetivos e diretrizes a serem perseguidas.	pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola.	Durante todo o ano escolar.

A - PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Dimensão: (ver as dimensões apresentadas neste Documento; outras poderão ser acrescidas)

Objetivos	Metas	Ações	Avaliação das ações	Responsáveis	Cronograma
Promover a melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, por meio de ações institucionais, ensino e de aprendizagem, por meio de ações institucionais, preventivas e interventivas	Captar e acompanhar a movimentação dos estudantes para o atendimento através das listas de prioridades.	Fornecer dados educacionais significativos que contribuam com a atuação do professor, no sentido de atender às necessidades educacionais do estudante.	Por meio das devolutivas das famílias atendidas.	Pedagogos e psicólogos.	Anual

B – QUADRO PARA SÍNTESE DOS PROJETOS INDIVIDUAIS, EM GRUPOS E OU INTERDISCIPLINARES DESENVOLVIDOS NA ESCOLA

Projeto	Objetivos	Principais ações	Avaliação das ações	Professor Responsável	AVALIAÇÃO DO PROJETO NO PROJETO
Desenvolvimento e busca ativa e aproximação da família à escola.	Buscar elucidar e esclarecer as dificuldades oportunizando às famílias um desenvolvimento dos educandos.	Atendimentos aos alunos e diagnósticos primários.	Por meio das devolutivas das famílias atendidas.	Pedagogos e psicólogos.	Avaliar as metas previstas.

C- PLANO DE AÇÃO/ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (OTP) COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA - 2024

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES
mediar educandos e demais professores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. eliminar as principais dificuldades, conseguir acompanhar melhor as aulas e perceber que estão avançando, os alunos certamente se sentirão mais confiantes e muito mais motivados para aprender.	mediar relações que os alunos estabelecem com o conhecimento.	Professores e monitores, psicopedagogos, pedagogos e psicólogos.	Corpo discente.	Ano letivo.	Verificar a progressão do aluno nas mensurações em conselho de classe.

A - PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Dimensão: (ver as dimensões apresentadas neste Documento; outras poderão ser acrescentadas)

Objetivos	Metas	Ações	Avaliação das ações	Responsáveis	Cronograma
Potencializar o ensino dos alunos com deficiência ou com altas habilidades para promover condições de acesso, aprendizagem e participação no ensino regular.	identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.	espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais específicos, projetado para oferecer suporte necessário às necessidades específicas dos alunos	Por meio das devolutivas das famílias atendidas.	Pedagogos, psicopedagogos, psicólogos e professores especializados.	Anual

B – QUADRO PARA SÍNTESE DOS PROJETOS INDIVIDUAIS, EM GRUPOS E OU INTERDISCIPLINARES DESENVOLVIDOS NA ESCOLA

Projeto	Objetivos	Principais ações	Avaliação das ações	Professor Responsável	AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO
Aproximar a inclusão de forma ao atendimento ser individualizado e personalizado.	Desenvolver as potencialidades no sentido de Vigotsky.	Atendimentos aos alunos com diagnóstico de deficiência e dificuldades.	Por meio das devolutivas das famílias atendidas.	Professores especializados.	Avaliar as metas previstas.

C- PLANO DE AÇÃO/ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (OTP) COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA - 2024

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES
auxiliar o trabalho do professor de sala de aula e para ajudar a	Realizar atividades para exercer as habilidades físicas e motoras e	Professores e monitores, psicopedagogos,	Corpo discente.	Ano letivo.	Verificar a progressão do alunado nas

criança com deficiência chegar a uma aprendizagem significativa de acordo com cada deficiência.	estimulação com jogos pedagógicos, brincadeiras, contação de histórias, músicas, dentre outras.	pedagogos e psicólogos.				mensurações em conselho de classe.
---	---	-------------------------	--	--	--	------------------------------------

C- PLANO DE AÇÃO/ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (OTP) COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA - 2024

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AValiação DAS AÇÕES
regular o acesso por meio da oferta de ações e serviços mais adequados, contribuindo para a satisfação do usuário.	conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se.	Professores e monitores, psicopedagogos, pedagogos e psicólogos.	Corpo discente.	Ano letivo.	Verificar a progressão do alunado nas mensurações em conselho de classe.

C - PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO

Dimensão: (ver as dimensões apresentadas neste Documento; outras poderão ser acrescentadas)

Objetivos	Metas	Ações	Avaliação das ações	Responsáveis	Cronograma
zelar pela manutenção da escola e monitorar as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade do ensino.	Deliberar, consultar, fiscalizar e mobilizar a escola e seu funcionamento, bem como seus servidores e serviços.	Auxiliar a gestão democrática da escola.	Mensurar e corrigir as ações dos participantes da escolar e fomentar o desenvolvimento do ensino.	pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola.	Durante todo o ano escolar.

D – QUADRO PARA SÍNTESE DOS PROJETOS INDIVIDUAIS, EM GRUPOS E OU INTERDISCIPLINARES DESENVOLVIDOS NA ESCOLA

Projeto	Objetivos	Principais ações	Avaliação das ações	Professor Responsável	AValiação DO PROJETO E NO PROJETO
Desenvolver a escola como meio de alavancagem da comunidade local.	fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à escola e discutir o projeto pedagógico com a direção e os professores	deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras	Estabelecer metas, objetivos e diretrizes a serem perseguidas.	pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola.	Durante todo o ano escolar.

C- PLANO DE AÇÃO/ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (OTP) COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA - 2024

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AValiaÇÃO DAS AÇÕES
estreitar a relação entre o governo e sociedade civil a partir da participação popular em conjunto com a administração pública.	Garantir a participação popular conforme prescreve a garantia constitucional	Entidades públicas e privadas.	Toda comunidade escolar.	Durante o ano letivo.	Por meio de escala likert verificar se as metas e objetivos foram alcançados.

18.8.1 - PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Dimensão: (ver as dimensões apresentadas neste Documento; outras poderão ser acrescentadas)

Objetivos	Metas	Ações	Avaliação das ações	Responsáveis	Cronograma
promover a autoestima destes atores sociais pelo desenvolvimento do sentimento de pertença à organização; incluindo-os em ações significativas e que melhorem o desempenho da organização social como um todo.	Assegurar aos servidores públicos com algum problema de saúde poder permanecer no serviço público em nova função	Realocação em atividades compatíveis com a limitação.	Avaliação de desempenho ainda não definida.	Direção e supervisão	Anual.

– QUADRO PARA SÍNTESE DOS PROJETOS INDIVIDUAIS, EM GRUPOS E OU INTERDISCIPLINARES DESENVOLVIDOS NA ESCOLA

Projeto	Objetivos	Principais ações	Avaliação das ações	Professor Responsável	AValiaÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO
Desenvolver a atividade para melhor aproveitamento do servidor.	Buscar o aprimoramento das atividades desenvolvidas e extrair o melhor de sua função.	Avaliar o trabalho desenvolvido a buscar o que lhe melhor encaixa.	Verificar o atingimento das metas estabelecidas.	Direção, supervisão e demais atores no processo educacional diretamente envolvido.	Inserção de uma escala avaliativa do desenvolvimento do trabalho estabelecido.

C- PLANO DE AÇÃO/ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (OTP) COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA - 2024

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AValiaÇÃO DAS AÇÕES
incluí-los em ações	Desenvolver o	UNIGEP - Recursos	Servidores	Anual	Avaliação feita por

significativas e que melhorem o desempenho da organização social como um todo. Assegurar aos servidores públicos com algum problema de saúde poder permanecer no serviço público em nova função	servidor de maneira plena a atingir o máximo do trabalho por ele realizado entregue à comunidade escolar.	humanos e escola.			objetivos e metas alcançadas.
---	---	-------------------	--	--	-------------------------------

18.9 Coordenação pedagógica

A - PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Dimensão: (ver as dimensões apresentadas neste Documento; outras poderão ser acrescentadas)

Objetivos	Metas	Ações	Avaliação das ações	Responsáveis	Cronograma
oferecer subsídios para ajudar seus professores a entender melhor sua prática e dificuldades encontradas no dia a dia escolar, além de ser um forte articulador na educação dos mesmos.	avaliação do primeiro semestre, planejamento, apoio aos professores no levantamento dos conteúdos do bimestre, cumprimento do plano de formação, organização da rotina dos docentes e previsão de avaliações internas.	Garantir a formação continuada dos docentes. Organizar ações pedagógicas . Ser o elo de comunicação entre todos os envolvidos no processo educacional. Inserir novas práticas pedagógicas . Avaliar o processo de ensino-aprendizagem.	Avaliar o desempenho com a qualidade do trabalho de formação e acompanhar os professores e se o trabalho se há legitimidade frente a equipe.	Direção e supervisão.	Bimestral e anual

B – QUADRO PARA SÍNTESE DOS PROJETOS INDIVIDUAIS, EM GRUPOS E OU INTERDISCIPLINARES DESENVOLVIDOS NA ESCOLA

Projeto	Objetivos	Principais ações	Avaliação das ações	Professor Responsável	AValiação DO PROJETO E NO PROJETO
sistematizar o papel do coordenador pedagógico em sua atuação em conjunto, com a gestão com o corpo discente e docente, administrativos e comunidade.	administrar os assuntos associados à formação e qualificação dos professores, além de orientar como deve ser executado o trabalho pedagógico.	manter a harmonia entre a comunidade escolar, como alunos, professores, direção escolar e pais.	Um coordenador deve ter uma comunicação clara e eficaz com seus funcionários. Assim, eles conseguirão entender suas orientações de forma rápida e assertiva, permitindo que a equipe alcance os resultados	Direção, supervisão e professores.	formar opinião, articular relacionamentos e transformar o ambiente.

			propostos. Uma boa comunicação é fundamental para que esse profissional seja bem-sucedido.	
--	--	--	---	--

**C- PLANO DE AÇÃO/ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (OTP)
COORDENAÇÃO
PEDAGÓGICA - 2024**

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES
Realizar a orientação dos	Valorização dos alunos. A valorização	Coordenador e gestor	Corpo docente e discente.	Bimestral e anual.	Didática.

<p>alunos, articulando o envolvimento da família no processo educativo. Elaborar o diagnóstico dos alunos, suas habilidades e competências; traçar metas para melhorar o rendimento destes alunos.</p>	<p>dos alunos precisa permear todo o trabalho pedagógico, afinal, todo o trabalho dos educadores é voltado para o aprendizado dos estudantes. Socialização Interdisciplinaridade e Uso da tecnologia. Protagonismo dos estudantes. Aprendizagem contemporânea.</p>				<p>Capacidade de motivação da sala. Planejamento da aula. Estratégias de correção. Relacionamento com os membros da instituição de ensino. Nível de conhecimento. Faça um questionário para os alunos. Acompanhe algumas aulas.</p>
--	---	--	--	--	---

PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Dimensão: (ver as dimensões apresentadas neste Documento; outras poderão ser acrescentadas)

Objetivos	Metas	Ações	Avaliação das ações	Responsáveis	Cronograma
-----------	-------	-------	---------------------	--------------	------------

Garantir que a instituição de ensino atenda às demandas relacionadas aos processos de ensino e aprendizagem.	Proporcionar um ambiente que permita o desenvolvimento integral do aluno, estimulando suas atitudes e habilidades; manter o bom relacionamento entre toda a comunidade escolar e famílias; Apresentar constante preocupação com a atualização profissional dos docentes; Repensar a prática docente, técnicas e procedimentos.	Socialização. Interdisciplinaridade. Uso da tecnologia. Protagonismo dos estudantes. Aprendizagem contemporânea.	Classificar os alunos com base nos dois conceitos “aprovado ou retido” e em uma escala de notas (geralmente, de 0 a 10).	Todos aqueles comprometidos e capazes de realizar seu trabalho com qualidade.	Ele serve como uma forma de organizar as atividades da instituição de ensino e os conteúdos que serão trabalhados ao longo do ano letivo, descrevendo os objetivos decada aula e a maneira como cadaumaserá ministrada, divididos nesta UE em quatro bimestres.
--	--	--	--	---	---

QUADRO PARA SÍNTESE DOS PROJETOS INDIVIDUAIS, EM GRUPOS E OU INTERDISCIPLINARES DESENVOLVIDOS NA ESCOLA

Projeto	Objetivos	Principais ações	Avaliação das ações	Professor Responsável	AValiação DO PROJETO E NO PROJETO
Criar e Apresentar diretrizes que deverão ser seguidas em todas as ações de ensino realizadas naquele local, por meio de planos de ação, plano de aula e planejamento escolar.	Valorização dos alunos. A valorização dos alunos precisa permear todo o trabalho pedagógico , afinal, todo o trabalho dos educadores é voltado para o aprendizado dos estudantes.	Ensino por meio de pesquisas e conteúdos significativos a desenvolver metodologias didáticas de aprendizagem.	Responder às questões: Compreender os objetivos e as repercussões do trabalho a ser realizado; Quem são os stakeholders do projeto ; Quais serão os possíveis desafios; Quais métricas serão utilizadas para medir o sucesso; Quais ativos estão disponíveis para o trabalho; Quais são os marcos e as áreas de concentração.	Professores das disciplinas eletivas e professores das disciplinas de formação geral básica.	Metodologia de ensino. As metodologias de ensino fazem parte da proposta pedagógica de uma instituição. Práticas educativas adotadas. Existência de projetos institucionais. Rotina da instituição.

C- PLANO DE AÇÃO/ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (OTP) COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA - 2024

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AValiação DAS AÇÕES
estimular o aprendizado dos alunos,	As estratégias pedagógicas vão desde a disposição	As parcerias são de médio e longo prazo com o	Corpo docente e discente da comunidade	organizar as atividades da instituição de ensino e os conteúdos que	A avaliação, como crítica do percurso, é uma

proporcionando ações que serão facilitadoras e úteis para seu aprendizado, relacionar com o contexto social e cultural, as suas necessidades e a etapa de ensino escolar em que estão.	das carteiras na sala, a forma que o professor se porta, as tecnologias que usa até a metodologia aplicada. Então, o objetivo de uma estratégia pedagógica é um só: ensinar da melhor forma possível.	principal objetivo de melhorar a aprendizagem dos alunos. Após diagnóstico inicial, são definidas e executadas ações com o compromisso de todas as partes – escolas, redes, Parceiros da Educação e parceiros.	escolar.	serão trabalhados ao longo do ano letivo, descrevendo os objetivos de cada aula e a maneira como cada uma será ministrada.	ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no redimensionamento da direção da ação.
--	---	--	-----------------	--	---

QUADRO PARA SÍNTESE DOS PROJETOS INDIVIDUAIS, EM GRUPOS E OU INTERDISCIPLINARES DESENVOLVIDOS NA ESCOLA

Projeto	Objetivos	Principais ações	Professor Responsável	AValiação DO PROJETO E NO PROJETO
Garantir a qualificação e participação nas avaliações externas.	Alcançar as metas determinadas pelos órgãos avaliativos.	Preparação para as avaliações externas. Aulões direcionados às avaliações externas.	Coordenação UINEB Gestão	Acompanhamento do resultado das avaliações externas.

**C- PLANO DE AÇÃO/ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (OTP)
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AValiação DAS AÇÕES
Organizar simulados direcionado a participação nas avaliações externas.	Aulões Simulados	UNIEB COORDENAÇÃO	Estudantes e responsáveis	2021 a 2023	Avaliação institucional.

A - PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO

Dimensão: (ver as dimensões apresentadas neste Documento; outras poderão ser acrescentadas)

Objetivos	Metas	Ações	Avaliação das ações	Responsáveis	Cronograma
Integrar os profissionais da escola responsáveis e estudantes.	Garantir a participação de boa parte da comunidade escolar das ações promovidas pela SEEDF.	Discussão do PPP Estudo das temáticas do PPP na Coordenações.	Avaliação institucional.	Supervisor Administrativo e Gestão	2021 a 2023

B – QUADRO PARA SÍNTESE DOS PROJETOS INDIVIDUAIS, EM GRUPOS E OU INTERDISCIPLINARES DESENVOLVIDOS NA ESCOLA

Projeto	Objetivos	Principais ações	Professor Responsável	AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO
Proporcionar o envolvimento e comprometimento das pessoas voltado ao projeto político pedagógico.	Integrar os profissionais da escola, responsáveis e estudantes.	Discussão da organização do PPP com a comunidade escolar; Estudos sobre temáticas do PPP nas coordenações pedagógicas.	Gestão	Avaliação Institucional

C- PLANO DE AÇÃO/ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (OTP) COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA - 2024

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES
Acompanhamento do PPP visando o envolvimento e comprometimento das pessoas.	Reuniões quinzenais com professores e bimestrais com responsáveis.	SUGEP INIGEP	Comunidade escolar	2021 a 2023	Avaliação institucional.

A - PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Dimensão: (ver as dimensões apresentadas neste Documento; outras poderão ser acrescentadas)

Objetivos	Metas	Ações	Avaliação das ações	Responsáveis	Cronograma
Controlar e acompanhar a vida profissional dos servidores da educação.	Acompanhar e desenvolver ações que permitam o bem estar dos professores e demais servidores	Acompanhar e disponibilizar acesso a todas as ferramentas que permitam o acompanhamento da vida profissional dos servidores.	Avaliação institucional.	UNIGEP Supervisor administrativo	2021 à 2023

B – QUADRO PARA SÍNTESE DOS PROJETOS INDIVIDUAIS, EM GRUPOS E OU

INTERDISCIPLINARES DESENVOLVIDOS NA ESCOLA

Projeto	Objetivos	Principais ações	Professor Responsável	AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO
Plano de ação da gestão	Ampliação no controle e desenvolvimento do Ced 2 do Cruzeiro	Desenvolvimento de um sistema de acompanhamento dos colaboradores.	Supervisor Gestor Agente administrativo	Reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho escolar.

C- PLANO DE AÇÃO/ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (OTP) COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA - 2024

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES
Organizar o controle dos atestados diretamente no SEI Cadastrar os requerimentos direcionais a vida profissional dos servidores	Acompanhamento da vida profissional dos servidores.	SEEDF: UNIGEP SUGEP UNIAE	Profissionais da educação	2021 a 2023	Avaliação institucional.

PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Dimensão: (ver as dimensões apresentadas neste Documento; outras poderão ser acrescentadas)

Objetivos	Metas	Ações	Avaliação das ações	Responsáveis	Cronograma
-----------	-------	-------	---------------------	--------------	------------

Promover a autonomia na gestão administrativa e pedagógica, por meio de ações que se adequam à realidade, identidade, diversidade cultural e religiosa de cada instituição escolar – além de considerar a especificidade de cada escola.	Melhorar a capacidade de ensino da escola como uma entidade inserida em uma sociedade democrática e de interações políticas.	Ações que se adequam à realidade, identidade, diversidade cultural e religiosa de cada instituição escolar – além de considerar a especificidade de cada escola.	Quantificar por meio de escala likert: Métodos de ensino. Verificar recursos. Consultar outros pais. Acompanhar a rotina. Avaliar com coordenadores. Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos.	Corpo Docente e discente.	Bimestral e anual.
--	--	--	---	----------------------------------	---------------------------

QUADRO PARA SÍNTESE DOS PROJETOS INDIVIDUAIS, EM GRUPOS E QUINTERDISCIPLINARES DESENVOLVIDOS NA ESCOLA

Projeto	Objetivos	Principais ações	Avaliação das ações	Professor Responsável	AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO
Construção do próprio projeto auxiliado.	Estabelecer metas e objetivos.	Avaliar antes, durante e depois usando o planejamento de reestruturação.	Por meio de escala likert e questionários seguindo as diretrizes da UNIEB.	Coordenação Direção Supervisão.	Retroalimentação da construção do PPP

C- PLANO DE AÇÃO/ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (OTP) COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA - 2024

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES
Garantir do acesso e permanência, com sucesso, do aluno na escola; Gestão democrática; valorizar dos profissionais da educação; Qualidade do ensino; Organização e integração curricular; Integração escola/família/comunidade; Autonomia.	As diretrizes pedagógicas estão relacionadas com o que se refere a metodologia de ensino utilizada, o currículo que será trabalhado e como serão feitas as avaliações de desempenho.	todos os agentes da comunidade escolar, incluindo também pais e professores.	Comunidade e escolar	Bimestral, anual e para o período de 2021 a 2023.	O processo de avaliação envolve a escuta e o movimento de se colocar no lugar do outro, tornando-se, portanto, necessária a participação de todos: equipe escolar (todos de profissionais que atuam na escola), alunos (desde as crianças bem pequenas até os adultos), famílias e comunidade.

24 – Anexos: (não há).